



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 71

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 01 de junho de 2022

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas.

De acordo com os Artigos 180º e 181º do Regimento da ALRA, foi promovida uma [Sessão de Perguntas ao Governo, apresentada pela Representação Parlamentar do IL](#), intitulada “**Especificidades da ilha do Corvo**” subdividida em 3 objetos:

- 1º - Desenvolvimento Socioeconómico;
- 2º - Transportes e Acessibilidades;
- 3º - Investimentos Públicos Estruturantes.

Assim sendo, estiveram no uso da palavra, os Deputados Nuno Barata (*IL*), proponente da Sessão de Perguntas, Lubélio Mendonça (*PS*), António Lima (*BE*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Estêvão (*PPM*), Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), José Pacheco (*CH*), Bruno Belo (*PSD*), Alexandra Manes (*BE*), Vasco Cordeiro (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*) e Luís Soares (*PSD*).

Para responder às questões colocadas pelos diversos Deputados, intervieram os seguintes Membros do Governo:

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*), Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*), Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*), Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*), Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*), Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*) e o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

O ponto seguinte da Agenda tratou-se do [Projeto de Resolução n.º 55/XII – “Terminal de Cargas da Aerogare Civil das Lajes”](#), da iniciativa do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Sobre o mesmo intervieram os/as seguintes Sras. e Srs. Deputados:

Pedro Pinto (*CDS/PP*), Andreia Cardoso (*PS*), Paulo Gomes (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Gustavo Alves (*PPM*), António Lima (*BE*), Pedro Neves (*PAN*), Carlos Furtado (*Indep.*), Berto Messias (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Vasco Cordeiro (*PS*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*).

O referido ponto foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o [Projeto de Resolução n.º 91/XII – “Medidas de Apoio à Vítima de Violência Doméstica”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, sobre o qual foi votado por unanimidade um requerimento de baixa à Comissão.

Seguidamente, foi presente a [Proposta de Resolução 6/XII – “1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022”](#), apresentada pela Mesa da ALRAA, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Prosseguindo com a Agenda, foi presente a [Petição n.º 18/XII – “Défice de assistentes operacionais na Escola EB1/JI de Matriz e a inerente necessidade de uma revisão urgente da legislação regional que regulamenta a afetação dos](#)

[recursos humanos às escolas](#)”, apresentada por Basílio Aires Raposo Ferreira na qualidade de primeiro subscritor.

Como tal, procedeu à leitura do respetivo Relatório a Deputada Délia Melo (*PSD*), tendo se pronunciado sobre a mesma os/as Deputados/as António Lima (*BE*), Célia Pereira (*PS*), Délia Melo (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) e Gustavo Alves (*PPM*).

Seguiu-se a apresentação de outra Petição, desta feita, a [Petição n.º 20/XII – “Requalificação da Escola Secundária Antero de Quental”](#), apresentada por Amélia Borges na qualidade de primeira subscritora.

Para a leitura do respetivo relatório, usou da palavra novamente a Deputada Délia Melo (*PSD*), tendo-lhe seguido os Srs. Deputados José Pacheco (*CH*), Nuno Barata (*IL*), Deputadas Alexandra Manes (*BE*), Valdemira Gouveia (*PS*), também os Deputados Joaquim Machado (*PSD*), Gustavo Alves (*PPM*) e ainda a Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*).

Procedeu-se, de seguida, à apreciação e votação do [Relatório sobre o pedido de autorização para que o Deputado Tiago Alexandre dos Santos Lopes](#) possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no Processo n.º 780/22.2T8PDL, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

Relativamente ao [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 120/XII – “Recomenda ao Governo Regional a intervenção na República pelo fim da burocracia no Subsídio Social de Mobilidade nos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do Chega, usaram da palavra as/os seguintes Sras. e Srs. Deputados:

José Pacheco (*CH*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Furtado (*Indep.*), António Lima (*BE*), Pedro Neves (*PAN*), Carlos Silva (*PS*).

O Pedido de Urgência em discussão foi rejeitado por maioria.

Para uma interpelação usou ainda da palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada. Faça favor Sr. Secretário.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Lubélio Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Dinis Tomé

Marta Matos

Patrícia Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**
Vilson Filipe da Costa Ponte **Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**
Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**
Délia Maria **Melo**
Elisa Lima **Sousa**
Flávio da Silva **Soares**
Guilhermina **Silva**
Jaime Luís Melo **Vieira**
João Luís **Bruto** da **Costa** Machado da **Costa**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
Luis **Garcia**
Luís Carlos Cota **Soares**
Marco José Freitas da **Costa**
Nídia **Inácio**
Paulo Duarte **Gomes**
Sabrina Marília Coutinho **Furtado**
Salomé **Matos**
Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**
Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares **Manes**
António Manuel Raposo **Lima**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**
Paulo Estêvão

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Deputado Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues **Furtado**

Presidente: Estão presentes à chamada 53 Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, conforme deliberado pela Conferência de Líderes, esta manhã está reservada ao ponto 1 da nossa Agenda – **Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral**, apresentada pela Representação Parlamentar do Iniciativa Liberal.

As perguntas sobre as especificidades da ilha do Corvo têm 3 objetos:

- 1º - Desenvolvimento Socioeconómico;
- 2º - Transportes e Acessibilidades;
- 3º - Investimentos Públicos Estruturantes.

Regem esta matéria os Artigos 180º e 181º do Nosso Regimento.

Também conforme pela Conferência de Líderes, esta Sessão de Perguntas tem um período máximo global de 3 horas.

O proponente tem oportunidade de fazer 3 perguntas por cada objeto. E os outros Grupos Parlamentares – o PSD e o PS – também podem fazer 3 perguntas por cada objeto; o CDS/PP, o Bloco de Esquerda e o PPM 2 perguntas; as Representações Parlamentares do Chega e do PAN 1 pergunta por objeto.

Relembro que só o proponente tem direito à réplica. E os tempos são, no máximo de 3 minutos para a realização da pergunta, 5 minutos para o Governo responder. E na réplica, o proponente tem direito a 3 minutos para fazer a pergunta e o Governo outros 3 para responder.

Peço a vossa colaboração no cumprimento dos tempos, porque é assim que esta figura assim o exige.

Vamos dar início a esta Sessão de Perguntas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para efetuar a 1ª pergunta.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No passado 25 de abril a Iniciativa Liberal entendeu comemorar a liberdade na mais pequena ilha dos Açores.,

Na altura, á saída do Corvo, proferi algumas palavras á comunicação social, de entre as quais na preparação desta Sessão de Perguntas, me recordei dalgumas.

“O Corvo é um símbolo de liberdade, rebeldia e liberalismo. E imbuídos do espírito de Mouzinho da Silveira, daqui vamos libertar o restante arquipélago dos Açores.”

“Os corvinos saberão escolher os seus melhores representantes, garantindo as suas liberdades e respondendo aos seus anseios” – finalizei então.

Recordei estas minhas afirmações e concluí que de facto só a liberdade nos pode garantir um melhor futuro. A Liberdade dos corvinos, disse também na altura, na qual os políticos não devem interferir.

A Iniciativa Liberal foi provavelmente o único partido político representado neste Parlamento que não se pronunciou sobre a exoneração da administração da Unidade de Saúde da ilha do Corvo e a sua substituição por uma nova administração. Parece que o CDS também não proferiu qualquer tipo de consideração sobre esse assunto, seja reposta a verdade.

Não nos importa se o médico pertence ao partido A e o outro ao partido B.

Não nos interessa os líderes partidários dos partidos aos quais os protagonistas pertencem interferiram ou não neste processo.

O que nos interessa saber é que o Governo Regional nos esclareça *preto no branco*, porque foram tomadas essas decisões?

O que foi que de tão grave aconteceu na Unidade de Saúde de Ilha que levou a essa tomada de decisão (isso ainda não foi explicado)?

E que tão graves eram esses problemas que fizeram o povo do Corvo sair à rua e manifestar-se?

Não é fácil, como todos sabemos, mobilizar o povo para sair à rua. Mas eles saíram voluntariamente à rua.

É esta pergunta que deixo ao Governo Regional: que questões tão relevantes, tão importantes e tão graves existiram naquela Unidade de Saúde para que o Governo Regional dos Açores tomasse essa decisão de exonerar um médico e nomear outro médico?

Esta é a questão que os açorianos precisam e querem ver esclarecida.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Menezes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito bom dia a todos.

Antes demais, saudar a iniciativa do IL de utilizar esta forma de perguntas orais ao Governo, desde logo e em 1º lugar, porque é a forma de esclarecer os assuntos de forma direta, imediata e transparente, mas também por aquilo que isto significa em termos de maturidade duma democracia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque há quem estranhe que um partido que tem um acordo de incidência parlamentar com um governo, ou que membros de partidos que fazem parte duma coligação de governo, apresentem alguma posição crítica de fiscalização, ou mesmo de contestação, há quem estranhe isso. Mas isto não é aquilo que alguns tentam fazer crer que é instabilidade.

Isto não é instabilidade.

Isto é democracia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Ana Luís (PS): Responda, Sr. Secretário!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

(Risos da Deputada Alexandra Manes)

Deputado José Contente (PS): Até pedir a demissão é democracia!

O Orador: E há quem, infelizmente, se ria da democracia!

Mas para além de democracia, isto é liberdade!

Por outro lado, há sempre aqueles que entendem que democracia é *todos pensarem da mesma forma*.

Democracia é que *todos digam aquilo que o chefe diz para dizerem*.

Deputado José Ávila (PS): Isso é o que senhor dizia!

O Orador: No tempo em que isto era assim, servia os interesses de quem mandava, mas nunca servia os interesses do povo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Por isso, uma democracia moderna, saudável, é isto mesmo: é que todos, na medida da sua liberdade, assumam as suas posições. Concordando quando entendem que devem concordar. Contestando quando entendem que devem contestar. Mas não querendo dizer que quem apoia está sempre de acordo com tudo. Nem querendo dizer que quem contesta, contesta tudo.

Isto não é assim em nada, nem nos casais. Mesmo nos casais, aqueles que estão sempre de acordo, há qualquer coisa que está mal.

Deputada Alexandra Manes (BE): A vida de cada um já não é com a gente.

Deputado Carlos Silva (PS): Onde é que isto já vai!

O Orador: E os que estão sempre em desacordo, alguma coisa está mal de certeza. É assim também na política.

Por isso, é importante que tenhamos essa noção, sem essa pretensão maniqueísta de *se está tudo bem, está tudo bem, se está tudo mal, está tudo mal*. Nem Manes faria isso ou pensaria desta forma, como alguns pensam na vida política.

Por isso, saudar esta iniciativa, porque é um sinal, este sim, de democracia.

Há aqueles que não entendem isto. Há aqueles que pensam que ainda são poder e que ainda mandam em tudo. E ainda não perceberam que são oposição e ser oposição não é contestar tudo!

Deputado Carlos Silva (PS): E há aqueles que não respondem às perguntas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Quanto à Unidade de Saúde da Ilha do Corvo, é importante que se esclareça – e esta é a oportunidade – que os problemas do conselho de administração daquela Unidade de Saúde não de agora nem começaram agora. Descansem que não vou falar do tempo em que o Partido Socialista era Governo e que o Presidente do conselho de administração era marido da vogal. Não vou falar disso.

Deputada Ana Luis (PS): Não vai, mas já está falando.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Nem vou falar do tempo em que para conseguir um médico, foi um familiar dum alto dirigente do Partido Socialista. Não vou falar nisso. Vou falar do tempo deste Governo e desde que exerço funções.

A 24 de novembro quando iniciámos funções, havia um problema grave na Unidade de Saúde da Ilha do Corvo, um problema gravíssimo.

O Presidente do conselho de administração em maio/junho cessou funções, porque foi para a reforma. Em setembro a vogal deixou de exercer funções. E um órgão que é naturalmente colegial, funcionava com uma única pessoa.

Era o caos organizativo.

Recebi telefonemas quase tantos como recebi agora nesta fase de mais crispação...

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Isso não teve impacto nenhum, tanto que a população nunca se manifestou.

O Orador: A população manifestou-se, mas isso é outra questão.

Na altura era o caos absoluto.

Chegou-se ao ponto em que o Governo anterior tinha dado um Despacho a autorizar que a única vogal em funções, assinasse por si e também com a password doutra pessoa – absolutamente ilegal!

Entrámos em funções e obviamente, perante a indecisão do Governo anterior relativamente a esta matéria, tomámos decisões. E as decisões foi resolver logo esta situação. E no mês seguinte já tínhamos nomeado o novo conselho de administração que era exatamente presidido por um médico que ainda é medico no Corvo e que agora cessou funções.

Presidente: Sr. Secretário Regional agradeço que termine.

O Orador: Termino já.

Na altura, também recebi muitos telefonemas do Corvo a dizerem “o Dr. Salgado não pode ser nomeado, isto é o Paulo Estêvão a Mandar!”. Se calhar são os mesmos que agora telefonam a dizer que não querem a mudança!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Só para terminar, Sr. Presidente, e perante isto, o conselho de administração foi nomeado e obviamente, com uma nova enfermeira no conselho de administração, era mais uma enfermeira no Corvo. Era uma grande conquista termos duas enfermeiras no Corvo, foi uma grande conquista!

Havendo duas enfermeiras, isto causa muito agrado à grande parte das pessoas, mas causa incómodo a alguém.

Presidente: Sr. Secretário Regional tem de terminar.

O Orador: Termino mesmo, Sr. Presidente. E terei oportunidade certamente para falar, porque percebo que é um assunto que alguns quererão abordar para dissipação das questões.

Havendo uma outra enfermeira, o outro vogal ficou incomodado e saiu. Começámos a ter problemas ao longo do tempo nesta matéria da gestão da Unidade de Saúde da Ilha do Corvo, tendo em conta todos estes constrangimentos pessoais. E, por várias vezes, tentei interferir. Fui pessoalmente ao Corvo onde, juntando todos, reuni pessoalmente, para que o problema se resolvesse. E passado este tempo, perante a impossibilidade, recebi duas comunicações dos outros dois membros do conselho de administração a dizer que não tinham condições para ficar.

Fazer permanecer o conselho de administração – e terei oportunidade se o Sr. Presidente me permitir noutra ocasião de ler os textos – deixar que fique tudo igual e não fazer nada, era uma absoluta irresponsabilidade política.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

O Orador: Por isso... é sempre muito complicado poder falar com estas interrupções, mas para dizer que seria uma absoluta irresponsabilidade política, perante estes factos, manter o atual estado de coisas.

Isso seria indecisão, seria igual àquilo que o povo açoriano disse que não queria que os açorianos fossem: governados por pessoas que não decidem. E precisamos decidir em prol dos açorianos e em prol dos cuidados de saúde.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para a réplica. Tem 3 minutos.

(* Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Eu agradeço a sua tentativa de enquadramento, mas eu preferia que tivesse dado a resposta completa.

Por isso, vou usar da minha réplica para o desafiar novamente e diga, *preto no branco*, aos açorianos que problema tão grave era esse que levou à exoneração do Presidente do Conselho de Administração, pois segundo parece, já pela sua resposta, o problema reside nos outros dois membros do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Corvo.

Já agora, como é que justifica o Governo Regional o rácio médico/utente, com 2 médicos agora no Corvo – já sei que o senhor está muito contente porque tem 2 enfermeiras, mas vai explicar aos restantes açorianos esse rácio (médico/nº de utentes) que o Corvo tem agora e que mais nenhuma ilha dos Açores sequer terá, mesmo que quiséssemos, algum dia.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Ah esse é que é o problema?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para responder. Tem 3 minutos.

(* Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Se me permite, Sr. Presidente, para não perder tempo...

Deputado Nuno Barata (IL): Os senhores agora estão nessa: tentar convencer o povo de que eu não sou liberal. Os senhores são comunistas!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Posso continuar, Sr. Presidente?

Deputado Francisco Coelho (*PS*): Agora já não se pode fazer apartes?! Mas que excesso de sensibilidade!

Presidente: Faça favor, Sr. Secretário Regional.

Sras. e Srs. Deputados, assim é impossível.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Sr. Deputado Nuno Barata, agradeço a insistência, porque me permitirá esclarecer devidamente.

Isto para dizer que no final do ano passado começaram a surgir sinais de instabilidade, falta de coordenação e cooperação entre os vários membros do Conselho de Administração. Foi isso que levou a que eu tivesse tomado a iniciativa de, por várias vezes, tentar congregiar esforços para que as coisas funcionassem de forma mais eficaz e no propósito de assegurar os melhores cuidados de saúde.

Perante essa impossibilidade, recebi em abril – ambas em abril, mas em dias diferentes – comunicações de membros do Conselho de Administração, em que um dizia, entre várias considerações, que “esta situação torna impossível a ação dos vogais do Conselho de Administração cuja ação é sistematicamente...

(Apartes impercetíveis trocados entre alguns Deputados das bancadas do PSD e PS)

O Orador: Sr. Presidente, eu posso recomeçar? E peço que me desconte o tempo, senão assim eu não consigo.

Deputadas Ana Luis e Andreia Costa (*PS*): Ohhh Sr. Secretário!

Presidente: Faça favor de continuar Sr. Secretário Regional.

O Orador: Perguntam as razões. Eu tento explicar e não querem saber.

Obviamente trata-se de correspondência oficial que é transmitida, não invocando dados pessoais. É correspondência que dois membros do Conselho de Administração, nomeados por este Governo evidentemente, enviaram. E é nesse contexto que estou aqui a citar. E continuando a citar: “esta situação torna impossível a ação dos vogais do Conselho de Administração cuja ação é sistematicamente colocada em causa pelos anteriores membros do Conselho de Administração, cujas práticas irregulares foram assinaladas em diferentes relatórios. Mas é com eles que de forma informal, mas pública, o Dr. António Salgado decide e delibera os assuntos que são da competência do Conselho de Administração. É impossível trabalhar nestas condições de deslegitimação constante que afeta as condições que devem ser proporcionadas aos nossos utentes.

Assim, devo informar V. Exa. que não é possível manter-me em funções no Conselho de Administração da USI Corvo, nestas condições de descoordenação, deslegitimação das minhas atribuições.

Sei que ainda é possível alterar...”, mas “não é possível neste contexto”.

Há outro membro que refere: “No entanto, como V. Exa. se foi inteirando” – referindo os vários contatos que foram ocorrendo da minha parte com o Conselho de Administração – “ao longo dos últimos meses, o atual Conselho de Administração deixou de funcionar de forma solidária, regular e eficaz. Sendo que o espírito de equipa presente até então desvaneceu. Instalou-se mesmo um relacionamento e um ambiente profissional que prejudica o normal funcionamento e que impede uma colaboração leal, solidária e eficaz entre a equipa que compõe este Conselho de Administração.

Informo V. Exa. que não me é possível manter em funções no Conselho de Administração”.

Perante isto, não fazer nada era uma absoluta irresponsabilidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Por isso, tivemos que tomar uma decisão.

Obviamente havia a hipótese, sem utilizar linguagem desportiva que não é propriamente adequada aqui...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário Regional.

O Orador: mas é meramente caricatural, para dizer que *o treinador por vezes sai quando a equipa não funciona*. E, neste caso, poderia mudar-se dois. Mas mudava-se a enfermeira que saía do Corvo...

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Ela não saía. Neste momento, ela está a fazer um curso.

O Orador: ...não necessariamente. Mas, neste caso, saía do Corvo.

E acontecia o quê? Que o Corvo voltava a ter apenas uma enfermeira como, pelos vistos, era a vontade de alguns. Mas não foi isto que aconteceu. E, neste caso, foi uma decisão responsável.

Só para terminar, Sr. Presidente, para mim, era muito mais confortável não tomar decisões, deixar rolar o tempo. Mas eu não estou aqui para isso. Estou aqui para tomar decisões, por mais que me custem. E custam-me muito. Há decisões que me custam tomar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Eu tenho uma boa relação pessoal com o Dr. Salgado. Manteve-se sempre uma relação de respeito, consideração e apreço recíproco. Tenho uma boa relação com os 3 membros.

Era muito mais confortável fazer de conta de que as coisas não existem. Mas para isso, ou não estava aqui, estava na minha vida pessoal com muito maiores benefícios do que estar aqui. Mas a missão que me foi dada foi a de resolver problemas.

Presidente: Sr. Secretário...

O Orador: Estou a resolvê-los com convicção e sempre, sempre de acordo com aqueles que são os princípios que eu entendo que são ética e deontologicamente adequados às funções dum governante. E é isso que estou aqui a fazer, por muito que custe a alguns, a mim custa-me muito certamente (e sabem bem que me custa muito), mas é com esta frontalidade e, sobretudo, com esta determinação, convicção e rigoroso cumprimento dos meus princípios!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Gustavo Alves (PPM): O melhor é não haver médicos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Aproveito para informar a Câmara que acompanham os nossos trabalhos nas galerias um conjunto de estudantes do 9º e 11º ano da Escola Básica e Secundária de S. Roque do Pico, acompanhados pelos seus professores, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

(Aplausos de toda a Câmara)

Vamos dar continuidade a esta Sessão de Perguntas.

Está inscrito o Sr. Deputado Lubélio Mendonça. Tem 3 minutos.

(*) **Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Benvindo ao Corvo Sr. Deputado Nuno Barata.

Será sempre um prazer recebê-lo naquela ilha, sempre que desejar visitar-nos e com certeza será sempre bem recebido.

É-nos trazido a esta Casa uma Sessão de Perguntas sobre alguns aspetos da governação deste Governo na ilha do Corvo.

O Grupo Parlamentar do PS-Açores faz um balanço extremamente negativo da atividade governamental na ilha do Corvo, ao longo desta Legislatura.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Ah pensava que era nos últimos 10 anos.

O resultado é um saldo governativo que deveria envergonhar qualquer governo democrático.

Não se trata sequer de fazer o mínimo possível. Trata-se, sim, muitas vezes de abandonar forma literal, os problemas e de não fazer qualquer esforço de promoção e desenvolvimento da ilha e da qualidade de vida da sua população.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Isso é um bocadinho excessivo!

O Orador: A minha 1ª questão a este Governo tem obviamente a ver com o serviço de saúde da ilha do Corvo.

Tendo em conta os recentes acontecimentos na área da saúde na ilha do Corvo, onde este Governo lançou a confusão total naquela Unidade de Saúde, lançou o pânico entre a população corvina eu e, sobretudo os corvinos que estão a ver lá em casa, exigem explicações da parte deste Governo.

Existem muitas dúvidas em torno de todo este processo e que merecem, e vão, ser esclarecidas, porque a população da ilha do Corvo quer explicações.

Não basta fazer as trapalhadas e depois vir a público acusar o PS-Açores de ser o culpado. Não vou admitir nem aceitar isso.

O PS-Açores tem tudo menos culpa pelas sucessivas trapalhadas praticadas por este desgoverno que temos nos Açores.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Oh pelo amor de Deus!

O Orador: Vejamos, então, o que dizem acerca desta situação pouco transparente criada pelo próprio Governo.

Primeiro, dizem que não estão a afastar o médico de família de todos os corvinos da ilha do Corvo e que estão, sim, a substituir somente o Presidente do Conselho de Administração, por razões pouco esclarecedoras e nada convincentes.

Dias depois, é enviado um email para o médico, a exigir que o mesmo desocupasse a quase totalidade da habitação destinada desde sempre para alojamento do médico e familiares que estivesse a exercer naquela ilha, como forma de incentivo para os médicos que decidissem exercer medicina naquela ilha.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Nem queira falar nisso!

O Orador: E, agora, dias depois, fazem nova comunicação ao médico da ilha do Corvo a informar a sua cessação de funções como diretor clínico daquela unidade de saúde com desculpas, mais uma vez, pouco convincentes.

Todos estes factos são, sem dúvida, a forma de pressionar o médico de família da ilha do Corvo a abandonar aquela ilha, contra a vontade da população corvina.

Veremos, Sras. e Srs. Deputados, quais serão os próximos episódios desta telenovela governativa.

O que quero aqui deixar claro é que farei tudo o que estiver ao meu alcance, para apurar toda a verdade em torno deste processo pouco transparente e sem nenhum fundamento, pois foi isso que prometi à população da ilha do Corvo.

Sendo assim, Sr. Secretário, eu pergunto, e peço que responda com a verdade e não com *contos de fada* que já ouvimos da sua parte, para tentar remediar toda esta situação...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Diga a verdade toda!

O Orador: ... toda ela pouco transparente e - diria mais – levantando muitas suspeitas.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Menezes):

É preciso ter descaramento!!

O Orador: Quais foram, Sr. Secretário, as verdadeiras razões que o levaram a tomar a decisão de exonerar o Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Corvo?

Quais foram os factos concretos, Sr. Secretário, para a tomada de posição naquela Unidade de Saúde?

Presidente: Sr. Deputado tem que terminar.

O Orador: Existem documentos que comprovam essa sua teoria?

Agradeço que responda, mais do que à minha pessoa, aos corvinos e aos restantes açorianos que estão a seguir atentamente esta Sessão e que querem efetivamente as suas respostas. E mais do que as suas respostas, querem saber a verdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Antes era a ditadura!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Menezes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para fazer dois reparos relativamente à sua intervenção.

1º Reparo: quando alguém vem para um debate destes com um discurso escrito, corre mal quando as respostas são dadas antes da sua intervenção. Todas as minhas respostas foram dadas antes da sua intervenção.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Lubélio Mendonça (*PS*): Isso é a sua opinião!

Eu faço as perguntas que entender.

Era só o que faltava!

O Orador: Mas elas já estão respondidas.

Eu li os factos. Mais transparência e mais verdade do que isto é impossível!

Mas. Sr. Presidente, se me permite, vou continuar.

Para dizer que o 2º repara é: na sequência daquilo que foi a minha intervenção inicial, o senhor demonstrou exatamente que há agentes políticos para os quais a verdade é só aquela que eles querem que seja!

A verdade não é aquela que os senhores querem que seja!

A verdade é aquela que é efetivamente, por muito que os senhores queiram que a realidade da vossa cor e com o totalitarismo com que os senhores governaram os Açores, a verdade não é esta!

Deputada Andreia Costa: Menos retórica e mais respostas.

O Orador: Para além da verdade não ser aquela que os senhores querem que seja, a dimensão da governação é completamente diferente daquela que era no vosso tempo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Lubélio Mendonça (PS): A ver vamos!

O Orador: Quanto à mentira, essa sim, de dizer-se que se queria excluir o Dr. António Salgado de médico do Corvo, eu vou – obviamente – voltar a ler o meu Despacho que é público...

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Não precisa. Distribua, antes, pelos Srs. Deputados.

O Orador: ... o senhor podia ter conhecimento dele, de 14 de maio de 2022, logo no início diz:

“Entendendo-se que a prestação da atividade clínica do Dr. António José Salgado Almeida, enquanto médico e Delegado de Saúde, é relevante para a comunidade em causa e não pode ser afetada com a presente decisão...” – está aqui escrito. Tudo o mais que se diga ao contrário disto é pura e simples mentira e demonstra a falta de argumentos políticos que os senhores utilizam!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: A razão é aquela que referi.

As razões são aquelas que referi.

Apesar das instruções e dos textos escritos que o Sr. Deputado tenha, eu vou referir aquilo que levou a isto e que até merece a concordância do Partido Socialista na altura enquanto Governo.

Enquanto Governo, em 20 de fevereiro de 2003 (na altura em que os plenários eram até às 2 da manhã) o então Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, agora Deputado Francisco Coelho, relativamente à nomeação de órgãos de direção hospitalar, dizia o seguinte – eu só sigo as pisadas que enquanto Membro do Governo nalgum tempo, utilizava muito *antes de 96*.

Deputado Francisco Coelho (PS): E ainda uso!

O Orador: Por isso, como o senhor é um bom exemplo em muitas coisas, neste caso também vou falar do que disse em 2003.

Justificando uma alteração do regime jurídico da nomeação de titulares de direções hospitalares, dizia: “Assim consegue-se assegurar o que o sistema atual não assegura” – referindo-se ao sistema que vigorava entretanto – “ que haja um bom entendimento, um bom relacionamento de trabalho pessoal, até de ideias e de filosofia de gestão, entre todos os membros desse órgão executivo que deve, por definição, ser um órgão coeso, um órgão com posições uniformes que traz, na nossa opinião, algumas vantagens ao nível da coesão da equipa, ao nível duma maior ligação entre a tutela e os próprios órgãos”.

É isso. Estamos a tratar exatamente disso.

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu não estava bem a pensar no Corvo em 2022.

O Orador: Foi a pensar nos Açores. E eu penso que o Corvo é Açores e governo com esse pressuposto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Isto para dizer que exatamente com estes pressupostos é que conforme está descrito duma forma precisa e rigorosa nos respetivos despachos,

estando demonstrada – infelizmente – a falta de coesão, de articulação, de bom ambiente do Conselho de Administração, não poderia ser tomada outra decisão que não fosse a que foi tomada em prol dos corvinos. Por muito que os senhores queiram incendiar a população.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Sou eu que vivo lá, não é o senhor!

Deputado Gustavo Alves (PPM): O Iasalde também vive lá!

O Orador: Por muito que os senhores queiram utilizar – e isto é que é lamentável! – algo que é determinante para a estabilidade emocional das pessoas que é saúde. E que a utilizem e às pessoas, instrumentalizem as pessoas e a saúde, para fazer baixa política partidária, este Governo tomará as decisões que tem que tomar, independentemente dos custos políticos que tenha, sobretudo, porque tem o ganho de consciência, de liberdade e de responsabilidade ética de governar!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Secretário Regional.

O Sr. Deputado Lubélio Mendonça pede a palavra para?

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para uma interpelação. Faça favor.

(*) Deputado Lubélio Mendonça (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu peço a palavra para pedir que a Mesa peça ao Sr. Secretário Regional a cópia dos 2 emails que ele diz que tem em sua posse e dos restantes documentos deste processo.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação. E se o Sr. Secretário assim o entender, facultará os documentos para que possam ser distribuídos. E se assim o fizer, a Mesa distribuirá aos Srs. Deputados.

Está inscrito o Sr. Deputado António Lima. Tem 3 minutos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Olhe mande também aquela coisa do Facebook.

Deputado Tiago Lopes (PS): E já agora os da Santa Casa!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): A gente vai entregar também aos peritos do WhatsApp.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só há duas hipóteses: ou os senhores permitem que os trabalhos continuem, ou eu interrompo os trabalhos! Assim está impossível!

Sr. Deputado António Lima tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta 1ª questão começo pela área da saúde.

O desenvolvimento território, país ou região, passa pelo seu desenvolvimento económico, também pelo seu desenvolvimento social e pelo pilar – naturalmente – da saúde, um pilar fundamental dos direitos sociais.

O acesso à saúde é efetivamente um direito constitucionalmente consagrado que tem que ser protegido e garantido até nos locais com menor população, mais isolados e mais remotos, como é a ilha do Corvo, sobre a qual versa esta Sessão de Perguntas.

É, no entanto, desconcertante que o Governo em vez de procurar melhorar o acesso à saúde da população da ilha Corvo, se dedique a uma guerra de poder na Unidade de Saúde com fins políticos.

Uma guerra que não se preocupa, nem se quer preocupar, com o acesso dos corvinos à saúde, mas quer preocupar-se com o controle político da ilha e com o controle político do Governo Regional.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É esse o problema que existe neste momento na saúde na ilha do Corvo. Não é a saúde dos corvinos. É efetivamente uma guerra de poder. E guerras não fazem bem à saúde, muito menos guerras deste tipo.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Vocês é que estão com guerras!

O Orador: O Sr. Secretário Regional já procurou nos dar algumas explicações, refere realmente um conjunto de queixas. Mas aquilo que lhe pergunto, em primeiro lugar, é se são essas as únicas queixas que existem relativamente à Unidade de Saúde da Ilha do Corvo? Se foram essas as únicas queixas que há pouco referiu ou se há outras? E se há queixas relativamente a outros membros do Conselho de Administração que não o Presidente, que tenham levado à sua demissão? – esta é a 1ª pergunta.

Não posso, no entanto, deixar de fazer uma consideração e fazer notar uma curiosa coincidência. É que entre os milhões de portugueses, os milhares e milhares de médicos que há no País, e as centenas – muitas centenas – de médicos de medicina geral e familiar que há nos Açores, decidiu o Governo substituir o médico que é Presidente do Conselho de Administração, curiosamente, por um dos dois médicos (talvez o único) que foram candidatos do PPM nas últimas eleições legislativas?

Ora, essa coincidência o que nos diz claramente, é que este Governo continua a fazer uma partidarização da Administração Pública.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e de alguns Membros do Governo: E...?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Menezes): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados:

Obviamente que repudio – sem sequer perder tempo em comentar – a parte inicial do Sr. Deputado António Lima relativamente a esta matéria, imputando ao Governo comportamentos e pressupostos que não correspondem àquilo que motivou, conforme tive oportunidade de demonstrar nas minhas intervenções anteriores de forma clara e transparente.

É exatamente para isso, para que os corvinos e os açorianos, em geral, tenham melhores cuidados de saúde.

Por isso, nos Açores temos menos açorianos em listas de espera, temos mais consultas, mais cirurgias e também estamos a fazer assim no Corvo.

Aproveitando esta oportunidade que vai ao encontro da sua pergunta, mas que não tive oportunidade de clarificar aquando duma pergunta do Sr. Deputado Nuno Barata, também respondo sobre a questão do rácio de médicos no Corvo por habitante.

É uma questão importante e concretiza aquele que é o propósito deste Governo em termos de saúde, de conceder as melhores respostas de saúde aos açorianos, na sua possibilidade de escolha.

Não é adequado – está nos manuais e faz parte da atividade médica em geral, que uma comunidade tenha apenas uma possibilidade de resposta de saúde, quer seja em termos médicos quer seja de enfermagem. É assim no mundo desenvolvido e é assim que acontece. Porquê?

Imagine-se que uma pessoa daquela comunidade tem uma má relação com aquele médico ou com aquele enfermeiro. E fica constrangido na sua

possibilidade de ter uma resposta de saúde por apenas haver uma resposta exclusiva.

Deputado Carlos Silva (PS): Oh Sr. Secretário!

O Orador: Isto é saúde moderna. Isto é a saúde que pretendemos implementar nos Açores.

Por outro lado, havendo apenas uma resposta de saúde, não há a necessária articulação interpares na resposta e no próprio aconselhamento das decisões. E, por outro lado, acontecendo algo ao médico, não há outro médico em redundância para dar a resposta necessária e adequada.

Isto também corresponde àquilo que é a nossa política, não só no Corvo. Em S. Miguel são mais 16 médicos de família para termos mais milhares de micalenses com médico de família. Este Governo está a fazer isso. Na Terceira são mais 6 médicos de família para termos mais cidadãos com médicos de família. E estamos a fazer isto em todas as ilhas com aquilo que é a nossa ação governativa.

Esta questão está esclarecida e é contraditória com o outro argumento que muitas vezes se utiliza de que não podemos quantificar a autonomia, não podemos encontrar critérios comparativos dos Açores com o resto do País, para termos acesso a um conjunto de benefícios ou de direitos. Mas se isso é válido para alguns na relação dos Açores com o resto do País, parece que para outros não é válido na relação duma parte das ilhas com as outras ilhas dos Açores. Isto é uma absoluta incoerência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, no que diz respeito a queixas, infelizmente tenho queixas nos Açores todos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Seguindo essa lógica, faz sentido!

O Orador: Pronto. Mas permita-me que esclareça.

Infelizmente tenho queixas nos Açores todos.

Deputado António Lima (BE): Claro. Tem queixas dos Açores todos, mas só valorizou uma!

O Orador: Mas por sinal, a única queixa que tive, entre membros do mesmo órgão colegial nomeado pelo Governo, foi no Corvo. Foi a única. Não há mais nenhuma queixa sobre membros do mesmo órgão colegial. E havendo queixas – nem sequer são queixas – estamos aqui a falar de considerações dos membros do Conselho de Administração que revelam que não têm condições para trabalhar. Não há condições, não funciona.

Deputada Ana Luis (PS): Mas o que é que acontece?! Diga!

O Orador: O que acontece foi que foram criadas condições para que o órgão funcionasse, sem prejuízo – conforme disse e está expresso – da atividade clínica do Dr. Salgado como médico e como Delegado de Saúde.

Nada disto está em causa. Está em causa apenas a gestão dum órgão colegial. Apenas isso.

(Aparte impercetível do Deputado Tiago Lopes)

O Orador: O Sr. Deputado Tiago Lopes está ansioso, porque não consegue falar e então tem estado a mandar apartes a manhã toda. Mas só lhe vou dizer que os corvinos percebem e vão perceber isso. Vão perceber que estão em causa os cuidados de saúde dos corvinos, porque vão ter melhores cuidados de saúde. E não está em causa a saída do Dr. Salgado.

Conforme foi aqui referido, o Dr. Salgado o Despacho prevê expressamente que continuará a exercer funções de médico e de Delegado de Saúde, apenas isso. Obviamente que retirando as funções de gestão. Mas, pelos vistos, o Partido Socialista e outros partidos...

Deputado Lubélio Mendonça (PS): E o seu partido!

O Orador: ...queriam que o Conselho de Administração continuasse a funcionar mal! Era esse o objetivo.

Parece que o Partido Socialista queria que continuasse a funcionar neste caos. Queria que continuasse a funcionar como funcionou quando acabaram as suas funções em que tinha apenas um vogal...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... de forma ilegal a exercer funções!

Era esse caos, era essa desorganização e esta falta de sentido de responsabilidade governativa que o Partido Socialista queria que este Governo tivesse e que, felizmente para os açorianos, não tem!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Depois de lermos a nossa comunicação social e também – obviamente – os *opinion makers*, bem como os políticos que fazem parte desta Assembleia, podemos verificar que isto é uma politiquice danada!

É uma politiquice entre o Partido Comunista e o PPM, é isso que está a acontecer.

Para o PAN isso é pouco importante. Para o PAN o mais importante são os utentes do Corvo.

A mim não me interessa que o partido capitalista – peço imensa desculpa - o Partido Comunista não queira, neste caso, dividir o dinheiro para ter outro médico. Esse é o problema que estamos aqui a ver.

Para o PAN pouco interessa qual é o médico. Desde que seja eficiente, prático e que ajude os utentes do Corvo, é o que interessa. O resto é política e é o Sr. Secretário que decide quem mete e quem não mete, exatamente como o Governo anterior sempre o fez em todos os hospitais e centros de saúde! – ponto final.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Agora há um problema. É que pode ser contraproducente quando pomos dois médicos no Corvo. Não que os corvinos não mereçam, que merecem, mas pode haver um problema tal como houve no passado, pois quem é o médico que quer dividir o dinheiro para estar lá. Isso é um problema, quando à partida nós temos falta de médicos noutras ilhas. E vou dar o exemplo muito prático, isto é, estou a tentar uma reunião com o Conselho de Administração do Centro de Saúde da Ribeira Grande que não tem tempo, porque têm falta de médicos, porque a urgência da Ribeira Grande é uma vergonha, ao ponto que já pediram dois médicos com urgência, porque não têm e não temos. E estamos a pôr dois médicos no Corvo.

É este tipo de comparação que me faz um pouco de confusão. De resto, para mim, é tudo política. E só pergunto ao Sr. Secretário da Saúde se não acha que também é contraproducente e que, de futuro, neste caso a médio prazo, não

poderá ter problemas, porque em vez de dois médicos vai ficar com zero, porque depois não há nenhum médico que queira ir para o Corvo?

Muito obrigado.

Deputada Joana Pombo (PS): E St^a. Maria também.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

De forma clara, para reiterar aquilo que já referi: o Corvo tem um conjunto de especificidades muito particulares que faz com que haja a necessidade de redundância, de acordo com as *guidelines* e com os critérios mais atualizados de cuidados de saúde, por aquelas razões que referi e também por outra; imagine-se que o médico que está no Corvo tem um problema, tem um ataque cardíaco; fica uma população inteira numa ilha que por vezes tem dias que não tem qualquer ligação...

Deputada Alexandra Manes (BE): Oh Sr. Secretário, pelo amor de Deus!

(Apartes impercetíveis entre alguns Deputados das bancadas do PSD e do PS)

O Orador: Não consigo falar, Sr. Presidente.

Há dias seguidos – chegam a ser 4 e 5 dias – em que o Corvo está isolado. Imagine-se que há um problema de saúde do médico que está no Corvo e que a ilha está isolada e não há redundância. Estamos preocupados apenas com isso. Por muito que queiram criar fantasmas e criar um conjunto de outras situações á volta disso, a questão é esta: cuidados de saúde, pura e simplesmente!

Quanto às nomeações, obviamente, Sr. Deputado, elas são da minha responsabilidade que assumo, muitas delas desconfortáveis, mas tenho que as

assumir, porque se fosse para estar confortável estava a fazer outras coisas da minha vida que podia fazer; e quanto à questão partidária que não tive oportunidade de responder ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, tendo em conta a questão de tempo, mas aproveitando a oportunidade, obviamente que durante muito tempo o Partido Socialista quando estava no Governo nomeou pessoas do PS para cargos de nomeação, naturalmente.

Deputada Andreia Costa (PS): Como se percebe pela nomeação do Sr. Salgado.

O Orador: O PSD quando esteve no Governo assim o faria.

O Bloco de Esquerda parece que nomeou a sogra dum antigo líder para um gabinete da Assembleia da República; uma irmã Mortágua, antes de ser deputada, também foi nomeada para o gabinete.

Pronto, são questões ideológicas, são critérios de definição partidária que obviamente cabem à legitimidade de cada um.

Tive oportunidade já de referir em Comissão, até a instâncias do Bloco de Esquerda, que percebo bem que o grau de exigência ética sobre este Governo é superior a outros, percebo isso. Por essa razão é que nomeações de maridos e mulheres, filhos e irmãos e tudo isso, nos outros, nunca é problema.

Deputado João Vasco Costa: Não vá por aí!

O Orador: Não é problema, porque o grau de exigência ética. Neste caso, o grau de exigência ética é este e vai continuar a ser, respeitando princípios éticos e deontológicos de não dizer aos outros o contrário daquilo que fazemos como é o caso do Bloco de Esquerda.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Bem... Liberdade!

Sobre liberdade posso dizer muita coisa. Bati-me muito pela liberdade nesta Região e bati-me muito pela liberdade na ilha do Corvo.

O que eu quero dizer é que a minha mulher levou com vários processos disciplinares, por ser Presidente do Conselho Executivo na altura e não ser do Partido Socialista!!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Perseguição política pura!!

Eu próprio, queria ser candidato em 2008 e o horário de História desapareceu por encanto, 7º, 8º e 9º ano, unificados numa única turma; 11º ano e 12º ano numa única turma e os 2 horários, que sempre existiram, não existiam em 2008, para que eu não me pudesse candidatar na ilha do Corvo!!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Pedi licença sem vencimento para me poder candidatar na ilha do Corvo!!

Liberdade é isto! Isto é que é liberdade!

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Deputado, tenha paciência, isto não é um debate de urgência. É uma sessão de perguntas!

O Orador: Ó Sr. Deputado, deixe-me falar se faz favor!!

(* **Deputado Nuno Barata (IL):** Uma interpelação à Mesa: isto não é um debate de urgência!! É uma sessão de perguntas!!

O Orador: Uma interpelação à Mesa no meio da minha intervenção?!!

(* **Deputado Nuno Barata (IL):** Isto é uma sessão de perguntas ao Governo!!

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata, eu não lhe dei a palavra. Faça o favor de se sentar.

O Orador: Pode fazer interpelações no meio das intervenções dos outros?!

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata, se quer usar da palavra para uma interpelação tem que esperar que o orador termine e pedir uma interpelação.

O Orador: Obviamente as interrupções e as interpelações não são no meio das intervenções dos outros deputados.

O Sr. Deputado Nuno Barata sabe bem isso. E sabe que eu estou a falar sobre o tema da liberdade. E tenho o direito de aqui dizer o aquilo que era dentro do sistema do Partido Socialista.

Deputado Nuno Barata (IL): Não tem não! o senhor conhece o regimento!

O Orador: E, portanto, eu não me esqueci e as pessoas sabem como é que era. E as perseguições políticas que aconteceram a mim e à minha família, ao longo de todos estes anos!

Quero dizer, também, e o Sr. Deputado Vasco Cordeiro está recordado deste tema de forma específica, que em março há uma Petição organizada, escrita pelo Sr. Dr. Salgado e foi ele que instrumentalizou as pessoas para obrigar à colocação da sua colocação na ilha. Sabe bem que foi em março de 2020.

O Dr. Vasco Cordeiro sabe também, é minha testemunha, que em junho de 2020 (no dia 3 de junho), fui confrontado com uma manifestação a favor do Dr. Salgado.

Deputada Ana Luis (PS): E quem é que estava nessa manifestação?!

O Orador: Para que o Dr. Salgado fosse colocado na ilha.

Foi uma manifestação. A diferença é que não foi filmada pela RTP-Açores. Mas as notícias referem a sua existência e o Sr. Deputado Vasco Cordeiro sabe que é verdade e é minha testemunha nesta matéria.

Portanto, esta questão do Dr. Salgado e das manifestações e das petições, já existia em 2020.

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: e o que é muito curioso é que apesar dessa manifestação, apesar da petição, foi o Dr. Salgado nomeado Presidente do Conselho de Administração? Não, não foi!

Foi este Governo que o nomeou em dezembro de 2020.

E agora temos esta questão.

Deputada Ana Luis (PS): Faça a pergunta ao Governo, Sr. Deputado!

O Orador: Que é uma questão que o Sr. Secretário já explicou abundantemente.

Presidente: Sr. Deputado tem que terminar.

O Orador: E termino, Sr. Presidente.

A questão aqui é que há uma questão política. E então? Dantes como é que era?!

O Presidente do Conselho de Administração era um ex-Presidente da Câmara Municipal, um ex-Presidente socialista.

A vogal quem é que era? Era a mulher dele que era deputada municipal do Partido Socialista!

Quem era a outra vogal? Outra deputada municipal do Partido Socialista, afilhada do Sr. Carlos César!

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Esta era a liberdade política no tempo do Partido Socialista ao longo de todos estes anos!

Também quero dizer...

Presidente: Sr. Deputado, eu vou lhe tirar o som!

O Orador: A pergunta é esta: existiram ou não melhorias muito significativas no que diz respeito à dotação de enfermeiros e de médicos para a ilha do Corvo ao longo deste tempo?

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(* **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal agendou... o Sr. Presidente que me perdoe, porque hoje já lhe fiz um elogio, quando tentou pôr ordem na Câmara. Fiz-lhe um elogio daqui em aparte e fiz-lhe um elogio por via telefónica – nem vou dizer o que é que lhe disse pelo telefone.

Presidente: E a interpelação Sr. Deputado?

O Orador: A interpelação é a seguinte, Sr. Presidente: o que está aqui agendado é uma sessão de perguntas ao Governo.

Aquilo que nós assistimos aqui foi às respostas do Sr. Deputado Paulo Estêvão à bancada do Partido Socialista sobre as perguntas que eu fiz ao Governo. E isto não é admissível!

Rege o Art.º 180 e o 181º do Regimento esta figura.

Se eu quisesse que o debate fosse feito doutra maneira, tinha agendado um debate de urgência e não uma sessão de perguntas.

Sr. Presidente:

Eu já fui protagonista naquela bancada, há 23 anos, duma moção de censura a um Presidente da Assembleia.

Não me obrigue a ter que tomar mais uma atitude dessas!

Seria para mim, a pior coisa da minha política!

Por isso, rogo a V. Exa. que faça cumprir o Regimento da Assembleia nesta figura que é a Sessão de Perguntas ao Governo!

O Sr. Deputado Paulo Estêvão não fez uma única pergunta ao Governo!

Deputado Flávio Furtado (PSD): Fez, sim!

O Orador: Isto não é admissível!

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata:

A sua interpelação tem todo o sentido. Mas tem todo o sentido, a seguir a qualquer intervenção ou a qualquer pergunta que os Srs. Deputados estejam a fazer. Porque nas vossas considerações, não fazem mais do que estar a responder aos outros partidos.

Deputadas Andreia Costa e Ana Luis (PS): Não é verdade, Sr. Presidente!

Presidente: Não foi só o Sr. Deputado Paulo Estêvão que o fez. Fazem todos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Nuno Barata (IL): Não é verdade!

Vozes de alguns deputados da bancada do Partido Socialista (PS): Não é verdade! Não é verdade!

Presidente: E, portanto, a interpelação é para todos.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para uma interpelação? Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, falámos aqui de liberdade.

Eu não admito que ninguém, absolutamente ninguém, condicione o enquadramento que eu quero fazer às perguntas que quero realizar!

O Sr. Deputado Nuno Barata também fez uma referência - só estou a referir porque ele me referiu, e sabe que não o pode fazer, porque não está a cumprir o Regimento – de que eu não tinha feito a pergunta. Estão aí as gravações em que se pode verificar que a pergunta foi o reforço dos quadros de enfermeiro e de médico que foi realizado na ilha do Corvo ao longo deste tempo.

Portanto, não é verdade – Sr. Deputado – aquilo que disse!

E digo-lhe uma coisa: não me deixo coagir absolutamente por ninguém!

Presidente: A interpelação é à Mesa, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata pretende usar da palavra para uma interpelação? Faz favor.

Deputado Nuno Barata (IL): Eu requeria à Mesa que distribuísse o Diário das Sessões sobre a sessão que foi aqui agendada relativamente à ilha Graciosa, para ver se eu fiz aquilo que o Sr. Presidente diz que eu fiz.

Eu não respondi a ninguém. E em apertes, há de estar registado, que já na altura com muita calma, tentei pôr esse assunto em cima da Mesa.

Presidente: Sim senhor. Será distribuído assim estiver pronto o Diário dessa Sessão de Perguntas.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto para responder.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Menezes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão colocada, obviamente que há aqui um reforço dos cuidados de saúde no sentido de dotar todas as ilhas dos Açores da capacidade adequada às suas necessidades e às suas circunstâncias geográficas e sociais. E, neste caso, relativamente a enfermeiros, durante anos e anos apenas havia uma enfermeira no Corvo. E havia de facto a vontade de haver mais um enfermeiro.

Mas o Governo do Partido Socialista foi sempre contra a que houvesse mais um enfermeiro no Corvo. Isto é assumido, ainda agora recebo mensagens de enfermeiros que tiveram essa vontade de ir para o Corvo, mas que lhe foi rejeitada essa possibilidade. O que quero dizer é que há de facto uma melhoria das condições de saúde no Corvo com a existência de mais um enfermeiro. Como é óbvio, numa ilha com as características do Corvo que no verão tem um aumento exponencial da sua população, é decisivo.

O mesmo se diga à existência dum médico com os critérios que referi, com a redundância e a necessidade por ser uma ilha que pode ficar isolada, em que o médico pode ter algum problema, em que qualquer pessoa pode ter qualquer constrangimento com o médico, há sempre aquilo que é constitucionalmente e eticamente adequado aos cuidados de saúde que é a livre escolha do profissional de saúde que atende cada utente.

É nesse sentido que estamos a cumprir com a nossa obrigação, estamos a cumprir com os itens e *guidelines* internacionais relativamente aos cuidados de saúde. E estamos a fazer isso no Corvo e em todas as ilhas.

Como referi, S. Miguel tem mais 16 médicos de família. Na Terceira estão autorizados concursos para mais 6 médicos de família. Em todas as ilhas estamos a contratar médicos, na medida daquilo que sejam as suas vontades de se dirigirem a essas ilhas.

Na ilha de St^a. Maria alterámos o quadro para mais 2 internos...

Deputado João Vasco Costa (PS): Mas não estão lá! E o senhor disse que estavam!

O Orador: Eu nunca disse que estavam!

O quadro está alterado.

Se me permite, Sr. Presidente, já agora, isto é inacreditável!

Não estão lá. Obviamente que não estão.

Deputado José Ávila (PS): Se calhar estão na Graciosa.

O Orador: Eu vou explicar: o quadro que recebemos da Unidade de Saúde da ilha de St^a. Maria não previa a existência de médicos com a especialidade de medicina interna. Não previa. O Partido Socialista deixou-nos também esse problema.

Presidente: Sr. Secretário Regional, nós estamos a falar sobre o Corvo. Não vamos falar sobre St^a. Maria. Peço desculpa, mas não vou permitir que isso aconteça.

O Orador: Só para explicar e no sentido de concretizar o que estava a dizer, estamos a fazer esse esforço em todas as ilhas. E todas elas certamente, quando terminar este mandato, terão melhores respostas de saúde do que aquelas que recebemos!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O senhor ainda não parou de falar no Hospital de P. Delgada, devia ter vergonha!

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma vez que estamos aqui numa Sessão de Perguntas sobre a ilha do Corvo e não sobre a Unidade de Saúde de ilha do Corvo ou sobre o Conselho de Administração, em que o objeto é o Desenvolvimento Socioeconómico da ilha do Corvo, este não se cinge apenas à questão da saúde, como tem sido durante esta manhã. E como tal, queríamos abordar a questão da agricultura, porque na verdade é uma atividade muito importante na economia daquela ilha. É uma ilha ainda com grande potencial de crescimento no setor agrícola, com um caminho para crescer na valorização daquilo que é a sua produção agrícola, dos seus produtos, com uma visão de produtos de alta qualidade, dadas todas as circunstâncias em que (os produtos) são produzidos, dadas as características

daquela ilha. Uma ilha de grande naturalidade, Reserva da Biosfera e, como tal, há um enorme potencial no que concerne a agricultura.

A questão que queria colocar ao Sr. Secretário (da Agricultura) é relativa às infraestruturas de apoio aos produtores, quer de abastecimento de água quer na questão dos caminhos agrícolas, que são importantes para o apoio aos agricultores, por isso, gostava de saber o que realmente tem sido feito por este Governo, no que concerne estas duas situações?

Vice-Presidente do Governo Regional: Muito bem Sra. Deputada. Isso mesmo.

A Oradora: Relativamente à agricultura biológica, a verdade é que já em setembro houve o 1º Fórum de Agropecuária Biológica na ilha do Corvo. No Plano e Orçamento para 2021 temos a iniciativa Geo-bio Ocidental que prevê exatamente a sensibilização e a passagem para a agricultura biológica. Realmente o Corvo é uma ilha com grande potencial a esse nível, como tal gostaria de perguntar ao Sr. Secretário o que é que tem sido feito neste âmbito? Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Tem 5 minutos.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Obrigado, Sra. Deputada Catarina Cabeceiras por me permitir prestar esclarecimentos à Câmara sobre o que este Governo, quer no âmbito da agricultura biológica, quer no âmbito das infraestruturas de apoio, seja no abastecimento de água, seja de caminhos, está a executar na ilha do Corvo.

Desde logo, sobre a questão do Geo-bio Ocidental, identificamos que os Açores precisam duma oferta considerável naquilo que são *produtos de naturalidade*.

Dentro dos *produtos de naturalidade*, temos os produtos biológicos. Nesse sentido, realizámos o 1º Fórum Bio 21 que contou com mais de 1000 participantes, 50 ações de formação e sensibilização, sendo que a ilha do Corvo recebeu em nos dias 18 e 19 de setembro uma ação de formação sobre a agricultura biológica.

Como resultado dessa ação de formação, temos já neste momento 1 produtor certificado para a produção no âmbito da bovinicultura de carne. E, portanto, já temos um resultado.

Dizer-vos que o 1º Fórum Bio 21 foi apresentado como exemplo no Encontro das 9 Regiões Ultraperiféricas. Eu próprio apresentei aqueles que foram os resultados dessa ação em 21.

Pediram que as 9 Regiões Ultraperiféricas apresentassem o exemplo e os resultados.

Foram apresentados os resultados e por aquilo que foram as intervenções das 9 Regiões, vão seguir o exemplo dos Açores que é muito simples: de 2020 para 2022, aumentámos em 120% o número de produtores biológicos – neste momento são 202. E aumentámos a área em modo de produção biológica em 311 %. Em maio são 5 mil hectares nos Açores em modo de produção biológica. Ora, isto é um bom resultado, é uma boa perspetiva de futuro relativamente à oferta de produtos agroalimentares em modo de produção biológica.

Também realizámos já este ano, no âmbito do Fórum Bio 22, nos dias 26 e 27 de maio, o 1º Encontro sobre as Bio Regiões.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é no Corvo?

O Orador: Interessa, também, que as câmaras municipais também se possam envolver, para além dos agricultores, o Poder Local. Infelizmente a Câmara Municipal do Corvo faltou. Mas obviamente as Câmaras Municipais das Flores lá estiveram. Mas também realizámos o Encontro Bio Regiões no Triângulo, no Faial, no dia 25 em que todas as Câmaras Municipais participaram.

Portanto, a envolvência do Poder Local nessa estratégia e o exemplo internacional que está a acontecer neste âmbito, era fundamental para criarmos uma imagem e, mais do que isso, criarmos também um conteúdo de oferta de produtos no âmbito da agricultura biológica.

Relativamente aos caminhos e ao abastecimento de água, este ano (2022 e 2023) está previsto o maior investimento em termos de abastecimento de água que alguma vez o Corvo possa ter tido.

Desde logo, está previsto um abastecimento de água, a terminar em setembro/outubro deste ano, para a Casinha Velha. A construção dum reservatório de 100m³ (um investimento de cerca de 32 mil euros), abrangendo 328 hectares – a área agrícola do Corvo – chegando a 34 explorações. Para 2023 está previsto um investimento no abastecimento de água na Ribeira do Cantinho, também um reservatório de 100 m³, cuja conclusão está prevista para 2023.

Pela primeira vez o IROA irá disponibilizar aquilo que entendemos que são os ramais à parcela. Uma parceria entre o IROA e os agricultores em que o IROA fornece a tubagem e os agricultores instalam-na, aqueles que quiserem que a água esteja na sua parcela. Isto está a acontecer pela primeira vez, uma parceria, em que nós damos tudo, nós não podemos dar tudo, mas podemos criar

parcerias e sinergias entre os produtores e a administração regional, neste caso, o IROA. Nós damos a tubagem e os agricultores instalam essa tubagem.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Relativamente aos caminhos, está prevista uma intervenção neste verão no Caminho Agrícola dos Palheiros. É uma intervenção que vai merecer uma parceria entre o Serviços Florestais da ilha das Flores com o IROA no Corvo.

Presidente: Agradeço que termine Sr. Secretário.

O Orador: Nós vamos proceder a uma intervenção com betão neste caminho. E também está previsto fechar um conjunto de caminhos agrícolas (no início), em que o IROA irá proceder também à construção de cancelas para evitar que os bovinos fiquem tresmalhados.

Nesse sentido, ramais à parcela, construção de 2 reservatórios de 100m³, este ano e no ano que vem.

Presidente: Sr. Secretário Regional tem de terminar.

O Orador: Terminou já Sr. Presidente.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Tem agora a palavra para colocar uma questão o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Falar do Corvo é falar duma pequena comunidade. E nisto eu estou muito à vontade, porque vivo numa pequena comunidade – sem querer comparar o que não é comparável – que não tem escola, não tem jardim de infância, não tem nada, nem multibanco, cada vez tem menos pessoas, passou a ser um dormitório. Quando há 30 ou 40 anos era uma referência cultural. Era uma referência de vida e de viver no mundo rural.

Quando pedimos algo mais para o Corvo, é justo.

Quando pedimos para uma ilha rodeada de mar, porque eu posso meter-me no carro e ir a Água do Pau ou a Vila Franca a uma consulta médica, dificilmente um corvino consegue fazer isto. Isto para fazer o enquadramento.

Temos que defender as pequenas ilhas. Temos que defender este isolamento natural e geográfico.

Falar de liberdade e de democracia é muito importante. Usar a liberdade e a democracia é que é errado.

É importante falar nela, porque é por isso que aqui estou. É pela liberdade, pela verdade, pelo combate aos compadrios, pelo combate aos *jeitos* e ao *amiguismo* que aqui estou e estarei sempre que Deus permitir e os eleitores assim queiram.

Eu não tenho a menor dúvida, o Chega não tem a menor dúvida, que este caso da nomeação é um caso político e partidário. E nunca tive filtros na vida. Andar de roda, se houvesse tantos problemas quanto isso, era ver o H10e o que eu ouço todos os dias da administração. Era ver uma série de coisas duma série de centros de saúde, de falta de médicos, falta de material etc.

Não se faz tudo num dia, Sr. Secretário, é verdade. E até tenho o senhor em grande conta. Mas este caso, eu não vou branquear, porque os corvinos que estão em casa foram eles que me contaram. É um caso partidário. E tanto é que já anda por aí o rumor de que até a esposa do Sr. Doutor, já se está arranjando uma maneira dela ficar pertinho dele.

(Aparte impercetível do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: As coisas são para se dizer como elas são!

Se os senhores querem branquear, façam favor. Mas também é preciso perceber uma coisa: o CHEGA não está aqui para apoiar este tipo de situação! O CHEGA não está aqui para apoiar aquilo de que nós sempre acusámos sempre, e bem, o PS...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... sobre as nomeações.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): E a pergunta é?

O Orador: E a pergunta é...Sra. Deputada – e eu não vou falar de agricultura! – a seguinte:

- Sr. Secretário, vai reverter esta nomeação?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Achas isso correto? Falar de rumores?!

Deputada Ana Luis (PS): Ó Sr. Deputado deixe-se de intimidar as pessoas! É o costume!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Menezes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta matéria, já tive oportunidade de explicar, sem com isso pretender branquear ou o que quer que seja sobre esta matéria, como referi, temos reclamações e queixas, infelizmente, e más abordagens nos Açores todos. Mas a única situação de mau relacionamento, má articulação, de deficiente coesão dentro dum órgão colegial nomeado por este Governo é no Corvo. É a única situação. E perante esta situação, no caso do Corvo, tínhamos que tomar uma decisão.

A nossa inação... como lhe digo, desde o final do ano passado que me chegam estas queixas. E é curioso que iniciámos as nossas funções, a saúde é um fator muito importante, perturba as pessoas, porque diz respeito, sobretudo numa ilha como o Corvo, ao combate ao medo da doença. E isso tem um impacto psicológico e emocional tremendo na vida das pessoas. E há quem saiba lidar com isto de forma a tirar proveitos daí.

Mas não é disto que estou a falar.

Quando iniciámos funções tínhamos uma situação em que era absolutamente ilegal. E recebi muitos e muitos contatos do Corvo, porque estava em causa o pagamento de salários. Não havia sequer condições para pagar salários na Unidade de Saúde da ilha do Corvo. Tivemos que resolver a situação.

Entretanto, foi nomeado um novo Conselho de Administração e continua a existir um problema interno – é só isso! - no Conselho de Administração. E vamos resolvê-lo. E foi isso que fizemos. Encontrámos uma solução.

Respondendo diretamente à sua questão, neste momento, está nomeado o novo Presidente do Conselho de Administração, mantêm-se em funções os vogais. E é uma oportunidade que se está a dar ao Corvo para ter 2 médicos, um novo Conselho de Administração, para ter uma organização que dê resposta. Mas também lhe digo com a frontalidade e determinação de sempre que se ficar demonstrado, daqui por alguém tempo (não vou esperar para o final do mandato) , que existem problemas, tomaremos a decisão como tomámos agora. A questão é apenas e simplesmente essa.

Não vai ser dum dia para o outro, só porque há uma manifestação que está demonstrado, foi organizada e instrumentalizada, em que há documentos...

Deputada Alexandra Manes (BE): Está demonstrado?! Onde é que isso está demonstrado?!

O Orador: ... que teve a organização do Partido Socialista, as pessoas obviamente...

Deputada Alexandra Manes (BE): E provas disso?! Isso é uma acusação muito grave!

O Orador: É público, é público.

A questão que está aqui é que obviamente que não é pela pressão política do momento que tomamos decisões.

Não podemos obviamente ser imunes a essa decisão, mas o que vamos fazer é aquilo que temos feito.

Se se demonstrar a necessidade de alterar o Conselho de Administração, alteraremos com a mesma determinação e convicção com que fizemos até agora neste caso e noutros casos nas nove ilhas dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo. Faça favor.

(*) Deputado Bruno Belo (PSD): Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em todas as ilhas dos Açores, mas sobretudo nas ilhas mais pequenas que não têm hospital, naturalmente que os cuidados de saúde têm uma importância diferente e maior, pelo isolamento e pelos recursos que cada uma dessas ilhas dispõe. O Corvo não é exceção. O Corvo vive e viveu, ao longo dos anos, também com essas limitações. E se há matéria que pode ser determinante na coesão, na fixação de pessoas, em tudo isso que são os problemas duma comunidade pequena, a saúde claramente assume importância primordial.

Sr. Secretário Regional, duas questões:

Quando este Governo iniciou funções a Unidade de Saúde da Ilha do Corvo tinha um médico e uma enfermeira. Neste momento, essa Unidade tem dois médicos e dois enfermeiros. Portanto, há uma redundância.

Em que é que isto tornou os cuidados de saúde melhores ou piores relativamente ao período anterior? – 1ª questão.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): A quantidade não é qualidade.

O Orador: 2ª questão, Sr. Secretário Regional: quando este Governo tomou posse e iniciou funções, do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Corvo era constituído por quantas pessoas? E quantas pessoas estavam efetivamente em funções? E como é que era garantido o quórum das decisões dessa administração?

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Deputada Alexandra Manes (BE): Quem te ouvisse falar assim das Flores!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Menezes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Conforme tive oportunidade de referir, a decisão relativa à contratação de mais 1 enfermeiro e 1 médico tem como pressuposto exatamente dar melhor resposta.

Tenho ideia – não era deputados na altura – que houve uma proposta do PPM, na anterior Legislatura, para que houvesse 2 enfermeiros no Corvo. Por sinal, já nessa altura o PS estava contra e votou contra essa proposta do PPM para que houvesse 2 enfermeiros no Corvo.

Já na altura, a visão do Partido Socialista sobre saúde era de restringir os cuidados assistenciais aos açorianos. Por isso, da vossa parte, neste caso, nada mudou. Não há novo PS nem velho PS. É igual PS, restringir cuidados de saúde aos açorianos.

Deputada Ana Luis(PS): O senhor tem que responder àquela bancada. Não é para aqui porque nós não fizemos nenhuma pergunta.

O Orador: No que diz respeito aos membros do Conselho de Administração, conforme tive oportunidade de referir, quando iniciámos funções o Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Corvo era composto por uma única pessoa, em situação de ilegalidade que, como disse, com Despacho em que autorizava que a pessoa assinasse só despesas da plataforma pagamento, sem incluir salários, com a sua password e com a de outra pessoa (absolutamente ilegal). E foi isso que deixaram.

Corrigimos a situação. Passado 1 mês havia o Conselho de Administração a funcionar com 3 membros. E durante 1 ano funcionou.

No final do ano passado surgiram algumas questões, aguardámos durante estes meses para ver se a situação se resolvia. Pessoalmente fui ao Corvo reunir com os 3 membros para ver se resolvia. Não foi possível e encontrámos uma solução.

Perante os problemas e dificuldades, nós não ficámos a olhar para elas nem a culpabilizar os outros. Agimos com determinação e convicção, procurando de acordo com as nossas competências resolver esses problemas.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Avançamos para a pergunta 2 do 1º Objeto.

Faça favor Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O desenvolvimento socioeconómico das nossas ilhas não se cinge à saúde, mas é de facto um assunto preponderante e, portanto, difícil de resolver – reconheço. E queria apenas, no enquadramento desta minha pergunta, fazer um pequeno exercício de matemática.

Eu acredito que o Governo tenha intenção de cobrir todos os Açores e todos os açorianos com o mesmo rácio de médico/utente que tem neste momento no Corvo. Mas para isso, seria necessária a contratação de 1036 de médicos de medicina geral e familiar para os Açores, quase 600 para S. Miguel. St^a. Maria que deveria ter 6, nessas contas, teria 24 e, neste momento, tem 4. Portanto, estas são contas que às vezes não podem ser feitas da maneira que são feitas. Mas vamos seguir em frente.

Desde o início da Legislatura, para além da nomeação do médico do Corvo, foram anunciadas contratações dum terapeuta da fala para a escola, mais 1 psicólogo para a Unidade de Saúde, enfim, uma série de contratações que foram anunciadas. E ao longo do último ano foi também anunciada a aquisição dum novo equipamento de RX para a Unidade de Saúde do Corvo.

A pergunta é esta:

Qual o plano que o Governo Regional dos Açores tem quanto à renovação de equipamentos e que obras serão executadas na Unidade de Saúde do Corvo?

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Menezes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respondendo à questão, e como já tive oportunidade noutra intervenção de dar aquilo que é a minha perspetiva e do Governo Regional sobre esta matéria, obviamente que a rácio do Corvo não pode ser igual à de S. Miguel, como a rácio da Graciosa não pode ser igual à da Terceira, ou a das Flores igual à do Faial. Estamos a falar de realidades que naturalmente constituem a nossa própria natureza como arquipélago e como Região.

Deputada Alexandra Manes (BE): Quando dá jeito fala-se, quando não dá não se fala.

O Orador: Coesão é isto mesmo. É adequar a cada circunstância, comunidade, a cada determinação geográfica e sociológica as respostas adequadas.

Por isso, como disse, isso até é contraditório quando reivindicamos que as nossas contingências exigem rácios diferentes nos Açores, do que aquelas que são abordadas, exigidas e apresentadas em Lisboa. Decorre da nossa autonomia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Por isso, é querendo agir internamente como exigimos que se haja com o exterior que estamos a adequar a nossa atividade governamental.

Por isso, sobre esta matéria, percebo que haja visões diferentes; percebo que haja quem entende... e isto é um dos debates mais relevantes da autonomia...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... apesar de para muitos ser um debate tabu de que apenas nas ilhas grandes é que se pode investir, porque tem massa crítica, tem capacidade, tem gente, tem território; enquanto, que outros entendem que deve ser mais harmónica ou mais adequada à coesão de cada uma das ilhas. Este é um dos debates fundamentais da autonomia e que não pode ser introduzido *de raspão* nestes debates mais específicos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... mas este sim, merece uma reflexão aprofundada daquilo que os açorianos querem para as 9 ilhas dos Açores.

Por isso, a nossa visão é essa, mas claro tem outros que entendem o contrário, conforme temos visto ao longo dos tempos.

Sobre os investimentos, há de facto investimentos previstos e já realizados na Unidade de Saúde da Ilha do Corvo e temos, sobretudo, o grande investimento que é a remodelação do Centro de Saúde. Trata-se duma justa reivindicação de algum tempo atrás, era uma necessidade. O Governo anterior não fez nada, fez zero, absolutamente zero, para que o Centro de Saúde fosse remodelado. Não tínhamos projeto nem tínhamos nada. Não tínhamos nenhum documento que previsse a possibilidade de intervir naquela área.

Em tempo rápido fizemos um novo projeto, lançámos concurso, mas infelizmente ficou deserto na sequência do aumento de preços decorrente da guerra na Ucrânia que levou a isso. E de facto não tivemos ninguém que concorresse. Mas apesar disso, perante este problema, mais uma vez, este Governo não ficou parado.

A Secretaria Regional com a tutela das Obras Públicas já avançou, já está feito o projeto inicial; as peças do procedimento concursal já estão preparadas; e está preparado o investimento de 370 mil euros para a Unidade de Saúde da Ilha do Corvo, sendo que prevê que o concurso seja lançado no mês de julho para que se avance.

Perante este problema vai ser lançado o concurso. E perante o problema, temos soluções, temos resposta.

Dá trabalho? dá chatice?

Dá transtorno muitas vezes. Mas perante o problema, não podemos ficar à espera de que alguém o resolva. Somos nós que estamos determinados pelo

Parlamento a resolver os problemas dos açorianos através da governação e é isso que estamos a fazer.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(* **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Muito obrigado pela sua resposta concisa.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

E uma vez lançado o concurso para as obras na Unidade de Saúde da Ilha do Corvo, importa então saber qual +e plano do Governo Regional quanto ao futuro dessa Unidade de Saúde, nomeadamente quanto ao nível de deslocações de especialistas à ilha do Corvo e quanto à contratação de recursos humanos e de técnicos de saúde, num futuro, para esta Unidade de Saúde renovada no Corvo?

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(* **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Menezes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Nuno Barata:

Para dizer que o projeto é exatamente o de reforçarmos a deslocação de especialistas às várias ilhas.

Na maioria das ilhas, temos um aumento de consultas de especialistas e de deslocação no último ano relativamente aos anos anteriores, mesmo antes da pandemia, e vamos reforçar.

Neste momento, estamos a analisar o quadro jurídico que tem a ver com a existência de ilhas, nomeadamente no que diz respeito à deslocação de especialistas às ilhas, mas também da deslocação de doentes às ilhas com especialistas.

É um quadro jurídico que tem vários diplomas, alguns contraditórios entre si. É um quadro jurídico complexo. E estamos a trabalhar – já tenho alguns dos documentos prontos – para com um novo regime jurídico que adequue à nossa realidade insular a resposta de saúde, considerando que nalgumas ilhas não há especialistas nem pode haver, para que isso seja implementado e melhorado.

No que diz respeito, já há um processo de contratação duma psicóloga, numa ilha com as particularidades do Corvo, é um processo que já está em curso e iremos contratar – há um médico dentista que já existia – aqueles profissionais de saúde que sejam adequados à realidade do Corvo, tentando a redundância nas áreas mais prioritárias como é o caso do médico e do enfermeiro.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Para colocar uma questão tem a palavra o Sr. Deputado Lubélio Mendonça. Faça favor.

(*) Deputado Lubélio Mendonça (PS): Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores promove durante estes dias o encontro anual do projeto Escolinhas do Desporto.

A Secretaria Regional da Saúde e Desporto, através da Direção Regional do Desporto, promove um encontro anual em 8 das 9 ilhas dos Açores, no âmbito do projeto Escolinhas do Desporto.

É isto que se pode ler no anúncio destas atividades na página do Governo Regional.

Depois de apurar os factos junto dos responsáveis da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira e do Clube Escolar e Desportivo da Ilha do Corvo, consegui concluir que não foi realizado nenhum contato por parte da Delegação do Desporto da Ilha do Corvo nem de ninguém ligado à Direção Regional do Desporto, nem tão pouco o envio dum e-mail a promover o encontro ou a sugerir a participação a promover ou a sugerir a participação dos jovens da Ilha do Corvo.

Isto mostra bem mais uma trapalhada. Mostra bem como o funcionamento destas tão importantes Delegações está a contribuir para o melhoramento da vida dos corvinos que, neste caso, prejudicou os jovens do Corvo.

A esta ilha que vale por si só, como dizia o Sr. Presidente do Governo aquando da sua visita ao Corvo, eu pergunto ao Sr. Secretário se foi para isso que foi criada uma Delegação do Desporto naquela ilha, para deixar os jovens do Corvo e a ilha de fora de iniciativas como esta?

Porque não foi feito nenhum contato por parte da Direção Regional do Desporto com as entidades locais, neste caso, a Escola Mouzinho da Silveira e o Clube Desportivo Escolar, para que os jovens do Corvo pudessem participar nessas atividades?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Menezes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Lubélio Mendonça:

Relativamente à questão das Escolinhas do Desporto, é uma iniciativa da escola. Foi sempre assim. Neste caso, a escola não se inscreveu, por alguma razão terá sido, todos os anos se inscreveu, este ano é que não.

Só para dar uma nota da particularidade que as pessoas no Corvo têm pela proximidade, pela dimensão, pelo relacionamento, relativamente ao Governo.

Por exemplo, e porque é público e as pessoas expressaram isso publicamente, o Governo Regional através do Centro de Oncologia dos Açores, determinou a realização dum rastreio no Corvo. Foi para lá uma equipa rastrear cancro da mama, algo muito importante e determinante para a saúde dos açorianos, um rastreio que tem a ver com a prevenção e com o diagnóstico precoce.

Por acaso houve duas senhoras que manifestaram que não faziam rastreio dizendo “eu não participo em nada do governo nem em campanhas do Governo”.

Deputada Andreia Costa (PS): O que é isso tem a ver?!

O Orador: Isto para dizer que às vezes à restrição das pessoas em participar e envolver-se em atividades do Governo, porque pensam que com isso estão a criar uma dificuldade ao Governo. E é isso que infelizmente muitas vezes acontece.

Da nossa parte, estamos abertos a todas as situações para resolver o problema dos corvinos, como estamos preocupados em resolver o problema de todos os açorianos, sem distinção partidária.

Quanto ao serviço de desporto, também este é uma novidade que o Partido Socialista e os governos anteriores nunca quiseram. E, neste momento, temos o serviço de desporto que tem criado e promovido um conjunto de iniciativas que até agora não existiam.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E eu vou lhe explicar a importância.

Pela primeira vez, o Corvo tem um programa Açores Ativos que promove a atividade física, comemora o Dia da Atividade Física a nível europeu. O Corvo tem um conjunto de atividades e o senhor ri-se. Ri-se, porque se calhar nem sequer sabe... o senhor não conhece.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Eu sei, porque estou lá!

O Orador: Estão a ser promovidas atividades, organização. Vá à página da Direção Regional do Desporto e vai ver as atividades, já que não conhece no terreno. A página retrata aquilo que acontece, com fotografias e equipamentos reais, de mar e de todo-o-terreno que estão no Corvo para promover a atividade física.

Obviamente que uma comunidade que esteve durante anos e anos sem esta oferta de atividade física, não adere dum momento para o outro. Mas, independentemente do prazo curto, médio ou longo, é esse caminho que estamos a iniciar, para promover a atividade física como uma das formas de garantir a saúde dos açorianos. E a atividade física é uma das formas preventivas, isto está demonstrado. Grande parte dos problemas de saúde dos açorianos tem base comportamental, fundamentalmente inatividade física e sedentarismo, grande parte tem a ver com isso.

Por isso, estamos a fazer uma aposta inédita e fortíssima na atividade física dos zero até ao fim da vida, para todos, envolvendo toda a comunidade, as famílias, os empregos, criando iniciativas em que isto se vai implementar.

Há ilhas em que tem sido mais fácil a população aderir do que outras. Neste caso, a resposta que lhe dou, é que o Serviço do Desporto do Corvo foi criado para promover a atividade física dos corvinos, promover de forma saudável a atividade das pessoas. E é isso que estamos a implementar. Queiram as pessoas do Corvo, inclusive o Sr. Deputado, participar nesses eventos.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Está visto!

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Para colocar uma questão tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais:

No último ano letivo foi notícia a enorme dificuldade dos professores colocados no Corvo em encontrar casa, o que exigiu a intervenção da Secretaria.

Tendo em conta a dificuldade existente ao nível de habitação na ilha e com o aproximar do próximo ano letivo, importa perceber o que fez o Governo para resolver este problema de fundo? De outro modo, poderemos estar no próximo ano letivo deparados com o mesmo problema.

De modo a atrair docentes para a Ilha do Corvo e garantir estabilidade, é fundamental garantir não só a existência de alojamento nas ilhas, mas também a

existência de incentivos. Era o que defendia o PSD na passada Legislatura e que se encontra no atual programa do Governo, mas que até hoje está por cumprir.

Sra. Secretária, que medidas aplicará o governo para garantir os docentes necessários na ilha do Corvo?

Irá aplicar os incentivos à estabilidade previstos no Estatuto da Carreira do Docente?

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Para a resposta tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente a situação em específico da falta de habitação no Corvo, Sra. Deputada Alexandra Manes, é já recorrente e que o ano passado exigiu a nossa intervenção para podermos garantir que existisse habitação disponível para os docentes a nível do Corvo. Essa iniciativa da nossa parte para podermos garantir a disponibilidade de habitação é mantida este ano e, portanto, continuamos em diligências para podermos garantir que haja recurso ao arrendamento de casas disponíveis para docentes. Esse trabalho continua a ser feito. Mas deixe-me dizer-lhe, Sra. Deputada, que essa é uma questão que ultrapassa a situação em específico da educação. Ela é transversal a toda a administração pública. Coloca-se no reforço de trabalhadores ao nível da administração pública na Ilha do Corvo, quer ao nível docente, mas também para o pessoal de ação educativa – chamar-lhe-ei já assim – com dificuldades também acrescidas para as colocações de pessoal ao nível da saúde ou outros serviços da administração.

Portanto, este é um trabalho que está a ser desenvolvido para provimento de habitações. No caso em específico da ilha do Corvo, nós temos garantido a estabilidade do pessoal docente e esse trabalho continuará a ser feito.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Tema deste conjunto de perguntas é “especificidades da Ilha do Corvo” que são também, se pudéssemos dar-lhe um horizonte mais largo, muitos dos problemas que a Graciosa ou St^a. Maria ou as Flores também têm.

Há uma ideia em relação a quem criou a autonomia dos Açores, aos pais fundadores desta autonomia: é que caminhamos todos juntos. E é por isso que com tão poucos habitantes estão aqui 2 Deputados do Corvo. E é por isso que temos aqui 3 Deputados das Flores. E é por isso que todas as ilhas, com independência da comunidade e do número de habitantes, estão aqui representadas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Porque a ideia é de que caminhamos juntos e que é necessário desenvolver um conjunto de políticas que cheguem a todas as ilhas, para que todas as populações, onde quer que vivam, tenham condições para o seu desenvolvimento económico e social.

É evidente que isso tem custos, mas essa foi a opção do povo dos Açores. Essa foi a opção da autonomia dos Açores.

Por isso, quero aqui dizer que nós estamos de acordo que estas comunidades, e vejam, mesmo assim não está a ser suficiente aquilo que estamos a fazer, porque as ilhas mais pequenas estão a ficar despovoadas. E isso significa, para os Açores, uma catástrofe a médio prazo. E temos que evitar isso. O que temos que fazer é exatamente o contrário do que muita gente quer fazer, muitos centralistas querem fazer que é, sim, custa dinheiro, como por exemplo – é a pergunta que eu vou colocar – na Unidade de Saúde. Quando este Governo chegou ao poder, tínhamos 1 médico e 1 enfermeiro. E agora temos 2 médicos e 2 enfermeiros.

E quem é está contra?

O PS, porque diz “não, é demais, não podemos ter 2 médicos e 2 enfermeiros, isso é demasiado”.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Isso é mentira!

O Orador: E é a mesma coisa que se está a dizer noutras ilhas onde se estão a criar mais respostas.

Quando se fala aqui de rácios, é exatamente para isso. Mas eu pergunto:

Em ilhas com este isolamento (ontem nem consegui chegar a horas aqui), ilhas que estão afastadas, as respostas evidentemente não são imediatas, não há hospitais e, portanto, é necessário criar respostas mínimas, para que as pessoas possam ser atendidas. E o que é impressionante é que ao fim destes anos todos, eu tenha que me bater ainda. Não havia um museu porque o Corvo era um museu a céu aberto. Os miúdos não podiam frequentar o 12º ano porquê? Porque tinham que ter outras experiências. E eu continuo a bater-me para que a Ilha do Corvo tenha as mesmas condições do que as outras cidades das nossas ilhas, por mais pequenas que sejam. É preciso que exista essa resposta.

Sr. Presidente, a pergunta que lhe coloco é: esta estratégia do governo de criar novas condições, remodelar a Unidade de Saúde, dar-lhe condições dignas que não tem neste momento, de ter 2 médicos, 2 enfermeiros, se o Governo também está disponível para que seja possível contratar um enfermeiro para o lar de idosos, neste momento não tem, e é dos pouco que não tem?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à dotação de recursos humanos capazes de dar uma resposta mais adequada ao Corvo, penso que nas minhas intervenções anteriores já demonstrei aquilo que é a visão deste Governo Regional, no sentido de que o Corvo seja efetivamente uma das 9 ilhas dos Açores.

Vivemos durante 24 anos com uma governação socialista que tinha um pressuposto de que a dependência das pessoas era um alimento de poder.

Deputado José Contente (*PS*): Isso era no tempo do Dr. Mota Amaral.

O Orador: E criou isso em várias ilhas e em várias estruturas que foi criando.

Na Ilha do Corvo de facto não existia um conjunto de serviços que existia noutras ilhas. Apesar desta lógica de dependência para alimentar poder, no Corvo nem isso acontecia.

Um conjunto de serviços para dar uma resposta adequada às necessidades das populações. É este um pressuposto fundamental desta governação do XIII

Governo Regional dos Açores, no sentido de que em qualquer área, as pessoas do Corvo não sejam prejudicadas por viver no Corvo.

A questão da saúde é fundamental, prioritária, como referimos, quer seja nas infraestruturas físicas quer seja em profissionais de saúde, mas também noutras áreas. E este esforço está a ser feito.

Por exemplo, no desporto, como ainda há pouco foi aqui referido, nunca na história houve escalões de formação de desporto no Corvo. Agora existem escalões de formação em futsal que nunca tinha existido antes.

Esta é mais uma resposta que demonstra que esta intervenção transversal para todos, independentemente da idade, da ligação que tenham a esta ou aquela pessoa, num meio pequeno com os constrangimentos que tem, é este caminho de envolvimento, transversal, aberto, livre e equitativo para todos.

Obviamente que há sempre muito a fazer. Há sempre coisas cujo resultado não é aquele que se identifica com o pressuposto que determinou a decisão, mas podem crer que a boa-fé e a vontade de fazer, de acordo com aquilo que é melhor vida para os açorianos, independentemente da ilha onde vivem, será sempre prioritário.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Vamos fazer um intervalo e regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 07 minutos.

Presidente: Vamos dar continuidade à Sessão de Perguntas.

Estava inscrita a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras a quem dou a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Numa ilha como a do Corvo que é também uma ilha definida e classificada como Reserva da Biosfera, sem dúvida que a sustentabilidade energética é algo fundamental para o desenvolvimento socioeconómico desta ilha.

A verdade é que é desígnio deste Governo tornar aquela ilha com uma autonomia energética superior, acima dos 60%, é esse objetivo que está plasmado no programa do Governo. E, como tal, uma vez que essa sustentabilidade energética é fundamental para esta ilha, por toda a sua naturalidade também e por ser Reserva da Biosfera, e tendo em conta também o anúncio do procedimento concursal para o fornecimento de aerogeradores, gostava de colocar uma questão à Sra. Secretária, na medida em que este desígnio deste Governo quanto à sustentabilidade energética, e aquele que é o entendimento quanto ao novo parque eólico da Ilha do Corvo, qual o ponto de situação? O que é que já foi feito e o que é que pretende este Governo continuar a fazer nesta matéria naquela ilha?

Muito obrigada.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima) e Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada Sra. Deputada.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito obrigada à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras pela questão que me coloca.

Saúdo também a Iniciativa Liberal por esta Sessão de Perguntas ao Governo, é sempre uma oportunidade para também darmos a conhecer aquele que tem sido o nosso trabalho nas diferentes matérias que constituem o foco desta discussão e destas perguntas ao Governo.

Efetivamente o Corvo tem sido, e continuará a ser, um laboratório vivo em matéria de sustentabilidade, de descarbonização e de transição energética.

Foi assim quando se decidiu instalar os sistemas solares e as bombas de calor. E temos que prosseguir nesse desiderato, para conseguir realmente que uma ilha com as características do Corvo, possa ser de facto esse laboratório que nós todos desejamos.

Por isso mesmo, para além da questão do parque eólico, eu gostava de começar por referir que está em construção a central fotovoltaica de instalação de mais 75, ou seja, 150 kilowatts para podermos também ganhar maior autonomia em termos de energias alternativas. E isso só será possível com a construção de baterias para armazenagem e criar estabilidade na rede.

Para além deste projeto do parque fotovoltaico, e como disse e bem, há ainda em concurso (terá terminado por estes dias) que estará em apreciação por parte da EDA, a construção dum parque eólico de 700 kilowatts que pretende exatamente, também a través da instalação do mesmo sistema de estabilização e armazenamento de energia, dar maior estabilidade à rede, maior autonomia energética à ilha. E este é de facto um investimento muito significativo e muito importante, porque uma vez concluído, a Ilha do Corvo ficará próxima dos 60% de autonomia energética.

Associado a isso, e como já referi, também financiado pelo PRR, quer estes dois que já referi quer agora o sistema de armazenamento da Ilha do Corvo, também será instalado este sistema (de armazenamento) que é um conjunto de baterias que permitirá exatamente apoiar os dois outros sistemas e, assim, dar maior estabilidade e qualidade de serviço, bem como potenciar os recursos de origem renovável, porque efetivamente a armazenagem é essencial para se dar um pleno aproveitamento dos recursos de energias renováveis.

Portanto, tudo isto associado a um conjunto de outros investimentos, desde a teleação que tem a ver com a medida e com a deteção de avarias na rede, que está a ser levado a cabo entre Direção Regional da Energia (Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas) e a EDA, para que o Corvo seja cada vez mais sustentável.

Falando de sustentabilidade, gostaria também de dizer que ainda no dia 25 deste mês se realizou no Corvo uma reunião relativa à Certificação de 3º Grau da ilha, Medalha de Prata, em termos de sustentabilidade. E isso é importante, porque tem-se refletido naquilo que são as visitas ao Corvo, os passageiros descarregados no Corvo...

Deputado José Ávila (PS): Passageiros descarregados?!

A Oradora: ... aquilo que também tem sido a procura do transporte aéreo para o Corvo.

E também por isso mesmo, gostava de anunciar aqui que nos meses julho, agosto e setembro, terá uma ligação diária Horta/Corvo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Isso é que é espetacular. Sta. Maria não aparece em lado nenhum!

A Oradora: Ou seja, vai ter 9 ligações semanais, mais do que 1 por dia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: E, portanto, isto tem a ver com a grande procura que tem havido e que se estima continue a haver e à qual não é alheia a tarifa Açores. E queria deixar aqui esta nota, porque é fundamental que reconheçamos a política que o Governo tem desenvolvido em matéria energética; a política que o Governo tem desenvolvido em matéria turística; e aquilo que o Governo tem desenvolvido em matéria de transportes para dar resposta a todas essas solicitações.

Muito obrigada.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito desta 2ª pergunta do 1º objeto?

Não havendo, vamos avançar para a 3ª pergunta do 1º objeto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na verdade, e no seguimento da pergunta formulada pela bancada do CDS, em 2012 – salvo o erro – foi anunciado o projeto *Green Island* para o Corvo, uma parceria pomposamente anunciada com o MIT/Portugal. Entretanto, constata-se que esse projeto em parceria com o MIT foi abandonado.

Nesse sentido, importa saber, no âmbito do, entretanto anunciado, projeto *Small Islands Organization*, anunciado pelo Sr. Secretário Regional das Alterações

Climáticas, um conjunto de pequenos projetos financiados até ao montante de 50 mil euros.

Nesse sentido, pretende-se saber qual o ponto de situação desse projeto? O que é que ele preconiza e o que é que está em causa nesse projeto?

Quem se pode candidatar a esses investimentos?

Quantas candidaturas já foram submetidas? E os montantes elegíveis para a concretização desse desiderato?

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(* **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada.

(* **Deputado Nuno Barata** (*IL*): O Sr. Secretário Regional (do Ambiente) estava distraído!

(* **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, terei o maior gosto em dar-lhe esses dados todos – se eles existirem na minha Secretaria - e o Governo terá o maior gosto em fazer-lhe chegar numa próxima oportunidade.

Entenderá que é uma pergunta com muito detalhe para podermos estar aqui a incorrer em qualquer tipo de erro numa resposta que exige a maior correção e precisão possível.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(* **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A réplica tem essas vantagens.

O Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas já não está ocupado ao telefone e assim poderá ouvir convenientemente a pergunta sobre o *Small Islands Organization*. Em tradução livre, como diz o Sr. Deputado António Lima, Organização das Ilhas Pequenas. E a pergunta é simples:

São pequenos projetos até ao montante de 50 mil euros e penso que o Sr. Secretário terá esses dados, pelo menos na sua cabeça, senão muito corretos, ao menos uma ideia geral do que são as respostas às perguntas que fiz.

Ao certo, o que é que está em causa?

Quem se pode candidatar a esses financiamentos?

Quantas candidaturas já foram submetidas?

E que montantes e com que nível de execução essas candidaturas já estão em andamento?

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações e Climáticas para responder.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, peço desculpa, de facto não tinha registado a questão.

Este programa SMILO prevê candidaturas de baixo valor (até 50 mil euros) para ilhas que tenham menos de 150km². Foi efetivamente feita uma candidatura pela Ilha do Corvo. Aguardamos ainda resultados em relação a essa candidatura. E a ideia é de facto poder promover pequenos projetos, porque os financiamentos também não são extraordinariamente elevados, que possam melhorar as condições de sustentabilidade das ilhas.

Naturalmente poderei depois reunir toda a informação para disponibilizar ao Sr. Deputado. Mas, em termos gerais, são para pequenas ilhas, menos de 150 Km².

Realmente a Ilha do Corvo teve uma candidatura cujos resultados aguardamos ainda. Mas serão sempre pequenos projetos de intervenção local, porque os valores estão limitados a 50 mil euros.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições ainda no âmbito deste 1º objeto?

Sr. Deputado Bruno Belo faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Faz hoje 1 ano que se iniciou uma revolução nos transportes aéreos da Região, a implementação da tarifa Açores.

Faz hoje 1 ano que este Governo conseguiu pôr em prática aquilo que alguns diziam que era impossível, que não se conseguia fazer.

Deputado Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Aliás, chegavam ao ponto de dizer que já existia uma coisa ainda melhor do que isto.

Faz hoje 1 ano e, hoje, este ano de implementação da tarifa Açores confirma que foi uma medida de sucesso, uma medida que aproximou os açorianos, uma medida que aumentou a economia dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): O Presidente da SATA não disse bem isso.

O Orador: E, Sras. e Srs. Deputados, naturalmente que essa medida teve os seus impactos em todas as ilhas e também no Corvo.

Sra. Secretária: será que nos pode fazer uma análise comparativa daquele que era o número de passageiros desembarcados no Corvo, antes e depois da tarifa Açores?

Muito obrigado.

Deputado Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo para responder.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Muito obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bruno Belo, muito obrigada pela questão que me coloca.

Eu começaria por dizer que de 2020 para 2021, ou seja, o crescimento de 2021 relativamente ao ano de 2020, foi de 73,3%. Mais 1936 passageiros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): A sério Sra. Secretária?!

Deputado Berto Messias: A sério?! O Ano de referência é 2020

A Oradora: E tudo isto se deve, sobretudo porque os maiores crescimentos se registam exatamente depois da entrada em vigor da tarifa Açores e, em particular, nos meses de agosto e novembro.

Não é fácil saber exatamente qual é o valor destes passageiros que recorreram à tarifa Açores, mas a verdade é que um crescimento de 1936 passageiros e com crescimentos percentuais desta natureza nos meses de verão, logo após a entrada em vigor da tarifa Açores, têm uma relação direta.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

Pergunto se no âmbito do 1º objeto há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não sei se é possível fazer duas questões – são do tema, uma delas é mais concretamente um pedido de esclarecimento.

Nós ouvimos o Sr. secretário Regional do Ambiente informar que ainda não havia resposta à candidatura do programa *SMILO*. Mas então eu gostaria de perceber qual a referência do comunicado do Conselho do Governo de 25 de fevereiro de 2022, na visita ao Corvo, em que dá conta que a candidatura foi aprovada?

Portanto, se foi aprovada já tem resposta. E gostava só de perceber se estamos a falar da mesma coisa ou estamos a falar de coisas diferentes?

Em segundo lugar, na sequência da questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Bruno Belo, gostaria de perguntar à Sra. Secretária Regional da Mobilidade que é a evolução, por exemplo face a 2019, uma vez que 2020 teve influência da pandemia?

Julgo que era importante também a Câmara perceber essa evolução.

Muito obrigado.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para?

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Para uma interpelação Sr. Presidente.

Presidente: Faz favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Penso que na sequência do que já se passou aqui no mês passado, relativamente a uma sessão de perguntas e na sequência desta intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, era importante que a pessoa que faz a pergunta diga qual é a pergunta que quer fazer, porque há apenas a hipótese de um Membro do Governo responder. E como isto já não como antigamente em que só havia um Membro do Governo sentado naquela bancada, era bom que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro dissesse qual é a pergunta que quer fazer.

Muito obrigado.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado José Ávila(PS): O senhor espere até 5ª feira para ver quantos é que vão ficar aí!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro também para uma interpelação.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, eu percebo a questão, sobretudo do ponto de vista prático, aquilo que significa a interpelação do Sr.

Deputado Presidente do Grupo Parlamentar do PSD. Percebo do ponto de vista prático e percebo do ponto de vista político. Mas eu penso que não estarei errado na minha leitura do Regimento, quando ele estabelece que a interpelação é ao Governo. E nada impede que informações tão concretas como aquelas que solicitei, sejam dadas pelo mesmo Membro do Governo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Antes nem em 60 dias vinham por escrito!

Deputados José Avila e Joana Pombo Tavares (PS): Agora também não!

O Orador: E, portanto, julgo que havia utilidade, porque são questões e dúvidas concretas, face àquilo que o próprio Governo anunciou – no caso, o Sr. Secretário Regional do Ambiente – em fevereiro de 2022, em que dava como já tendo sido aprovada a candidatura no comunicado do Conselho do Governo. E a questão em concreto sobre a evolução, uma vez que 2020 teve o efeito que julgava eu e todos nós, que estávamos a par.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Está registada a sua interpelação.

Pergunto ao Governo se pretende usar da palavra?

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente para uma interpelação.

(* Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sr. Presidente, para saber sobre este objeto, quantas perguntas tem o Partido Socialista sobre esta questão?

Presidente: Tem 3 perguntas.

(* Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): E quantas já fez?

Presidente: Acabou de fazer a terceira.

(* Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): A terceira. Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Bela oportunidade para ficar sentado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas para responder.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, na Resolução do Conselho do Governo foi aprovado criar um Comité Insular de Acompanhamento. A antiga SRIAT demonstrou vontade que a Reserva da Biosfera do Corvo pudesse participar neste programa *SMILO* que é promovido pelo Fundo Francês Ambiental. E nesta Resolução foi declarado que sim senhor, que se aprovava a criação do Comité Insular para a Organização. Tendo o Corvo sido pré-selecionado para isso, que se formulava esta candidatura. Não foi dito que já estava feita e aprovada e que nem tínhamos resposta nem absolutamente nada.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra para?

(O Deputado Vasco Cordeiro dá a indicação à Mesa de que prescinde da palavra)

Presidente: Avançamos para o 2º Objeto – Transportes e Acessibilidades (curiosamente).

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para colocar a 1ª pergunta. Faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os transportes são de facto um daqueles assuntos, logo a seguir à saúde, que os Açores carecem de ver resolvidos nos próximos anos. Mas também não é fácil de resolver.

Em 13 de fevereiro passado o navio Thor foi-nos anunciado como um navio *do outro mundo* que mantém o abastecimento regular ao Corvo; despachou transporte de gado das Ilhas do Corvo e Flores; abasteceu de combustível o Pico.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): É verdade.

O Orador: E ficou à disposição da Marinha de Guerra Portuguesa para qualquer eventualidade no Atlântico.

Ora o contrato de prestação do serviço de transporte marítimo regular de mercadorias entre Faial, Corvo, Flores e Faial com a empresa Mutualista Açoriana tem uma duração de 1 ano, um custo superior a 2,6 milhões e foi assinado a 15 de junho do ano passado. Significa isto que dentro de 15 dias, está a terminar

A pergunta que se quer ver respondida é se vai o Governo prorrogar o prazo de vigência por mais 1 ano, conforme previsto na cláusula 2ª do mesmo contrato?

Se sim, se já o comunicou ao armador?

E se tem a confirmação que o navio Thor será a embarcação que este armador utilizará no contrato subsequente? Se é isso que de facto vai acontecer.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, eu penso que o mérito da operação do Thor, melhor do que o Governo, serão as pessoas que residem nas Ilhas do Corvo e Flores que podem responder face àquilo que tem sido o serviço público prestado por este navio.

Queria só fazer uma pequena correção – até posso ter entendido mal – à sua intervenção, porque efetivamente o contrato é por 1 ano, renovável e o valor é 1.3 milhões por ano. Ou seja, os 2.6 é pelos 2 anos.

Portanto, tudo indica que dada a circunstância de ainda não termos porto acostável nas Flores e termos toda esta necessidade de acudir várias falhas de abastecimento, sobretudo naquelas duas ilhas, temos que renovar. Ainda não comunicámos, mas é uma questão a decidir pelo Governo muito brevemente.

Muito obrigada.

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, muito obrigado pela sua resposta.

Ao longo do último ano, ouvimos várias declarações de responsáveis políticos da Região e outras vezes de outros açorianos preocupados com os desmandos financeiros do erário público. E ouvimos também que o navio Thor tinha ido ao Pico levar gado, que tinha ido a S. Jorge, que tinha feito viagens suplementares, tinha estado no porto de Ponta Delgada, da Praia da Vitória. E todas essas viagens são feitas fora do contrato de prestação de serviço que está firmado entre a Região Autónoma dos Açores e a Empresa Mutualista Açoriana.

Importa, por isso, perceber quantas foram as viagens extra contrato mandadas realizar pelo Governo Regional através de solicitação que é pública?

Para que portos e com que finalidades?

E quanto é que já custou ao Governo Regional dos Açores, aos contribuintes açorianos e ao Fundo Regional de Coesão toda esta operação feita à margem do contrato que de facto foi elaborado entre a Mutualista Açoriana e o Governo Regional dos Açores?

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para uma interpelação? Faça favor.

Deputado Carlos Silva (PS): Não gostam da pergunta?

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há pouco V. Exa. advertiu o Sr. Secretário da Saúde sobre o facto de estar a falar de questões doutras ilhas e a pergunta que o Sr. Deputado Nuno Barata acabou de fazer, penso que não tem nada que ver com o Corvo, mas sim com um navio que por acaso tem um contrato para ir ao Corvo.

Deputada Ana Luis (PS): A Mesa é que faz essa avaliação.

O Orador: Era só para esclarecer isto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, o Thor tem feito várias viagens e nunca foi faturado nada fora do contrato, está dentro do mesmo. A única viagem que fez e foi paga à parte, foi para suprir um problema dum navio da Transinsular que, como sabe,

entrou em estaleiro –o Margareth – e teve que esperar pelo que está agora – o Caroline.

Deputado Carlos Silva (PS): Então não fez, *mas fez?!*

A Oradora: E nesse intervalo teve que ir fazer uma viagem fora do contrato. De resto, tem sido sempre dentro do contrato.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições neste 2º Objeto?

Tem a palavra o Sr. Deputado Lubélio Mendonça.

Vice-Presidente do Governo (Artur Lima): É agora: *50 dias sem abastecimento.*

(*) **Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A decisão do Conselho de Governo em suprimir a operação sazonal de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre o Grupo Ocidental e o restante arquipélago, traduz-se numa verdadeira penalização para a mobilidade das Ilhas das Flores e Corvo, com implicações no desenvolvimento económico, mas também para garantir o princípio da coesão entre o arquipélago.

As péssimas decisões deste Governo de acabar com os encaminhamentos gratuitos para as ilhas sem *gateway* e também a decisão de acabar com o transporte marítimo de passageiros e viaturas...

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Deputado Bruno Belo (PSD): Isto é uma coisa absurda!

O Orador: ... tenha calma Sr. Deputado, foram sem dúvida um rude golpe.

Quais são as medidas previstas, se é que elas existem, para compensar os empresários da Ilha do Corvo, tendo em conta que esses mesmos empresários

terão uma quebra significativa de reservas, consequência destas péssimas decisões?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Bruno Belo (PSD): Quais foram os prejuízos?!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas para responder.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Lubélio Mendonça, eu não sabia que a linha amarela ia ao Corvo. Deu-me agora uma novidade!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

E como estamos a tratar de assuntos do Corvo, vou-lhe responder relativamente à operação da Atlanticoline entre as Flores e o Corvo pela lancha Ariel, a chamada linha rosa.

Devo-lhe dizer que é a linha com maior taxa de ocupação.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Isso já existia antes.

Isso é que é a novidade?!

A Oradora: É a linha que liga as Flores e o Corvo. E que nos meses de junho, julho e agosto terá 2 ligações diárias, 6 dias por semana. Logo, praticamente todos os dias e mais do que 1 vez por dia, tem ligação à Ilha das Flores.

Nesse sentido, penso que o contrato que está em vigor e que foi fruto da Resolução 187/2021, que mantém-se por 24 meses, prorrogado por mais 12, continua a servir muito bem a Ilha do Corvo.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária.

Para colocar uma questão tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Quero felicitar o Sr. Deputado Nuno Barata por esta Sessão de Perguntas, pois tem sido muito esclarecedora, apesar dos resultados não serem do agrado de todos.

Já verificámos que afinal tínhamos um médico e uma enfermeira no início do mandato deste Governo e agora temos 2 médicos e 2 enfermeiras – há quem não goste.

Deputada Andreia Costa (PS): E no fim deste debate se calhar serão 3!

O Orador: Também tivemos há pouco uma notícia extraordinária que nos deu a Sra. Secretária: é que pela 1ª vez na História dos Açores, a Ilha do Corvo vai ter ligações aéreas diárias. Nunca aconteceu!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Tínhamos de 2^a a 6^a e acabava aí, mesmo na época alta. Agora, vamos ter todos os dias da semana, incluindo também o sábado e o domingo. Nunca aconteceu!

Mas temos mais novidades – mas eu tenho que fazer a pergunta. E a questão é esta:

Quando este Governo tomou posse, a operação de transporte de mercadorias que nós tínhamos era o caos absoluto na Ilha do Corvo.

50 dias sem abastecimento. Lembram-se?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Lembram-se que estávamos a 12 horas de terminar o combustível na Ilha do Corvo e a ilha ia ficar apagada?!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Na passagem de ano!

O Orador: Lembram-se que estivemos à beira disso?!

Lembram-se que os senhores diziam *não é possível, neste mundo, não existe nenhum barco com essa capacidade!*

Afinal existe e chama-se Thor, está a fazer este serviço e tem mantido a regularidade ao longo de todo o ano na Ilha do Corvo!!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É caro! - dizem algumas vozes.

Então temos aqui os números do período que medeia 2019 e meados de 2021. Sabem quanto é que se pagou em operações extraordinárias que se tinha que fazer para abastecer o Corvo e evitar a rotura? Pagou-se 1 milhão e 341 mil

euros, fora do contrato da outra embarcação. Ou seja, um preço caríssimo que pagámos por não termos um serviço eficiente!

Por isso, o barato saiu muito caro à Região! Muito, muito caro! Muito mais caro do que este serviço que está a ser efetuado agora!

Deputada Andreia Costa (PS): E a pergunta é...?

O Orador: A pergunta é – Sra. Secretária – se concorda e se os números que tem garantem que a regularidade do abastecimento da Ilha do Corvo foi garantida ao longo de todo este ano?

Esta é uma resposta fundamental, porque do ponto de vista económico e social, o abastecimento regular – posso vos garantir! – significa muitíssimo para a Ilha do Corvo, como significaria para qualquer outra ilha.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas para responder.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Obviamente, Sr. Deputado Paulo Estêvão, todos temos que concordar consigo. É impossível não concordar, porque toda a gente conhece, são dados objetivos, são dados públicos.

É do conhecimento que não tem havido problemas de abastecimento.

É do conhecimento que o Corvo deixou de ter todos aqueles problemas que nos habituámos a ouvir ao longo de anos e anos.

Portanto, este problema resolvido, deixa-nos a todos descansados e, sobretudo, deixa a população do Corvo descansada, porque não só está em causa o abastecimento de bens essenciais, como também está em causa a segurança da população da Ilha do Corvo.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Mas já agora, Sr. Deputado Paulo Estêvão, se me permite, queria acrescentar ainda alguma coisa a esses investimentos já referidos aqui por mim e também por si.

Trata-se da aquisição do *sideloader* para descarga dos navios, um equipamento que o Corvo não tinha,

Deputado Gustavo Alves (PPM): Fundamental.

A Oradora: ... vivendo sempre do empréstimo e da boa vontade de terceiros e que a partir de agora já está naquela ilha e também uma grua portuária de 50 toneladas, cujo investimento será feito ainda durante este mandato.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Gustavo Alves (PPM): E quem estiver mal, pode apanhar boleia no Thor. Basta apresentar o cartão de deputado.

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos avançar para 2ª pergunta do 2º Objeto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Importa dizer que o acordo de incidência parlamentar que existe entre a Iniciativa Liberal e o PSD, numa das suas cláusulas, diz que não deve existir ingerência do Governo na gestão das empresas do setor público empresarial regional por serem...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Por serem públicas!

O Orador: Exatamente.

Acontece pela resposta que acabou de dar a Sra. Secretária Regional ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, que o Governo Regional não adquiriu um camião para a utilização no Corvo de contentores de 10 e 20 pés.

O que o Governo Regional dos Açores fez foi ingerir num ato de gestão da Portos dos Açores...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não. Nada disso!

O Orador: Dizendo à empresa na qualidade de acionista – o que é legítimo! – que comprasse esse camião para o Corvo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Disse também à Portos dos Açores que adquirisse mais uma grua. Nós sabemos que é longa e vetusta a vontade de ter carga contentorizada na pequena Ilha do Corvo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não! Isso era uma verba que estava inscrita no Plano.

Deputada Andreia Costa (PS): Sim. Foi um *Espírito Santo de orelhas!*

O Orador: Acontece que este ato de ingerência provoca, inclusivamente noutras ilhas pequenas dos Açores, um nível de desigualdade muito grande, porque há ilhas dos Açores onde os privados é que têm que ter os camiões para

prestar este serviço. E ilhas há onde ainda não há um camião desta natureza. Mas a pergunta que faço é esta e gostava de a ver respondida:

- Qual foi o contrato de financiamento que o Governo Regional efetuou, e se efetuou, com a Portos dos Açores para garantir a aquisição desses equipamentos?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está no Plano, aprovado pelo Sr. Deputado.

O Orador: E que fique claro que a nós não nos move criar aqui constrangimentos ao Governo ou a qualquer bancada parlamentar. A nós o que nos move aqui, é esclarecer assuntos sobre o Corvo e garantir a sustentabilidade de todos os abastecimentos à Ilha e População do Corvo.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, eu gostava que ficasse muito claro aqui que não há nenhuma ingerência nem relativamente à Portos dos Açores nem relativamente à qualquer outra empresa pública dos Açores.

Não há um único investimento feito pela Portos dos Açores, feito pela Sata Aeródromos ou pela EDA se for um caso de ser obrigado pela Região, que não tenha um contrato-programa ou um protocolo de transferência de verbas.

Deputada Ana Luis (PS): Oh paciência, quem será que foi?

A Oradora: Até porque as próprias administrações não o permitem. E quem conhece as administrações dessas empresas, sabe bem do que eu estou a falar.

São extremamente rigorosos e exigentes na transferência das verbas para o cumprimento de quaisquer investimentos que sejam ditados por obrigações do serviço público que o Governo entenda delegar nessas empresas.

Muito obrigada.

Deputado Gustavo Alves (PPM): E o Iasalde?!

Deputado Vílson Gomes (PS): Ó Gustavo, não te fica bem!

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É um facto que os contratos-programa existem – não vou duvidar da palavra da Sra. Secretária Regional, acontece, porém, que as manutenções e o custo da operação desses equipamentos ficam por conta da companhia. E eu espero que de facto a Portos dos Açores construa uma garagem para esse camião no Corvo, para daqui a 2 ou 3 anos não estarmos a adquirir outro.

Mas a réplica que lanço desta bancada é em relação a uma coisa que a Sra. Secretária Regional também tentou responder e que tem a ver com a SATA Gestão de Aeródromos que, nos últimos tempos, lançou procedimentos para a contratação de pessoal para a Ilha do Corvo. A título de exemplo foram lançados avisos para a contratação de *agente de informação de tráfego aéreo em aeródromo, técnico de operações aeroportuárias, operadores de assistência em escala e técnicos de tráfego de assistência em escala.*

Qual o quadro de pessoal das diversas empresas do Grupo SATA atualmente ao serviço do Aeródromo do Corvo? E quantas são as necessidades que importa ainda suprir?

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): Isso é alguma empresa familiar Sr. Deputado?

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ó Sr. Deputado Nuno Barata, a gente não pode querer ingerir num dia e não ingerir no outro!

Eu não sei qual é o quadro da SATA Aeródromos em nenhuma ilha!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Então a gente quer ingerir ou não quer ingerir?!

A SATA faz a sua gestão de pessoal, faz a gestão dos seus meios e quando algum equipamento ou algum investimento que decorre das obrigações do serviço público lhe é delegado, aí tem um contrato-programa ou tem um protocolo. De resto, em termos de gestão, seja de pessoal seja dos recursos, nós não temos qualquer ingerência.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Rui Martins faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Aproveito que a Sra. Secretária já deu alguns esclarecimentos acerca dos investimentos feitos no Porto da Casa para, no fundo, dotar aquela estrutura portuária de melhores condições para a descarga de mercadorias e um melhor abastecimento da população, salvaguardando também, obviamente, questões de segurança, como a questão do armazenamento de combustível que é importante que seja precavido. E, assim, uma vez que o Porto da Casa é também uma infraestrutura crucial e muito importante para a Ilha do Corvo, houve um projeto adjudicado no final do ano passado. Pedia-lhe que, se pudesse, nos pusesse a par de qual é o ponto da situação? E também, havendo outra infraestrutura fundamental no Corvo que é o aeroporto, sabendo nós dos constrangimentos do passado, até pela situação de não haver raio-x, tratando-se numa infraestrutura relativamente pequena, pergunto-lhe quais são os investimentos previstos para o Aeroporto do Corvo, para dotar aquela ilha de boas condições, fazendo face àquele que é o aumento notório dos passageiros desembarcados, o que é uma boa notícia que nos trouxe aqui e que mostra bem o empenho deste Governo em efetivamente diminuir as assimetrias naturais entre as ilhas?

Muito obrigado.

Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente está prevista a construção dum abrigo de passageiros – é chamado assim, mas no fundo, é uma pequena gare – de apoio à atividade da circulação marítima de passageiros na Ilha do Corvo, essencialmente vocacionada para a operação do navio Ariel da Atlanticoline e também para as empresas marítimo-turísticas. Portanto, constituída por uma sala de espera, por uma instalação sanitária de apoio e por um espaço exterior coberto, garantindo, assim, melhores condições aos passageiros que se dirigem ao Porto da Casa.

Foi também efetuada a dragagem do Porto da Casa, é importante que também se diga.

Como já referimos, também foi adquirido o porta-contentores a que há pouco fizemos referência. E está prevista a grua portuária a adquirir ainda ao longo do mandato deste Governo.

Em relação à aerogare, já houve obras de construção. Já houve (ou vai haver) obras também de alteração da vedação, assim que terminem as obras da aerogare, de forma a ultrapassar a torre e esta fica do lado da aerogare. De forma que está a ser feito um conjunto de investimentos em matéria de transportes aeroportuários e portuários que é importante referir.

São imensos, desde o *follow me*, à aquisição de máquina de corte de vegetação, a monitorização da vida selvagem, do cumprimento de normas da ICAO relativamente à manutenção dos aeródromos e da cobertura do pavimento da própria pista; a realização de estudos e ensaios, no âmbito dessa monitorização, dos pavimentos da pista que têm sido feitos com regularidade; fornecimento e montagem dos *papis* (sistemas de aproximação da pista); a ampliação da aerogare, como referiu e bem, constituiu a construção de um edifício para o serviço e também um armazém para o equipamento relacionada com o

salvamento e luta contra incêndios, porque se pretende dotar o aeródromo do Corvo duma aerogare capaz, cumprindo todas as normas de segurança em vigor. Também com o controle e rastreio de bagagem que não existia e agora já está incluído nesta obra; o edifício da aerogare também terá um armazém para material de placa e para os tais equipamentos de segurança que eu referi há pouco; um posto de transformação e um grupo de emergência; arranjos exteriores; alteração da vedação da pista de forma a que, como eu referi há pouco, a torre de controle fique do mesmo lado da própria aerogare; a manutenção dessa vedação que é uma tarefa permanente, bem como das pistas e das zonas de estacionamento são também trabalhos quase em permanência para podermos cumprir todas as normas de segurança. E também um abrigo para as novas viaturas de bombeiros, onde certamente daremos também apoio a um conjunto de equipamentos valiosos e que têm que estar devidamente salvaguardados. Também a manutenção da central de bombagem. E eu podia continua a ler por aqui abaixo todas as ações que estão no Plano e que constituem um conjunto de investimentos que nós temos em curso na Ilha do Corvo, naquilo que diz respeito **apenas** – refira-se – a questões aeronáuticas e portuárias. Porque naquilo que diz respeito a infraestruturas de estradas e outras, desde logo de outras Secretarias Regionais, algumas já foram aqui referidas como o caso da escola, do centro de saúde e muitas outras que estão em curso na Ilha do Corvo, assim como estão por todas as ilhas dos Açores. Eu estou a falar do Corvo, porque nós estamos a falar desta ilha. Quando falarmos da Graciosa, falarei da Graciosa. E quando falarmos doutra ilha qualquer, teremos também um igual leque de investimentos para mostrar a esta Câmara e para divulgar a todos os açorianos.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lubélio Mendonça.

(*) Deputado Lubélio Mendonça (PS): Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, esses investimentos de que fala a realizar nas instalações da aerogare e do quartel de bombeiros do Corvo já estavam todos previstos pelo anterior executivo e, portanto, é só a continuidade dum excelente trabalho que foi feito anteriormente.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Vocês prometiam muito!

O Orador: Em relação ao equipamento portuário, concretamente a grua de que fala no valor de 200 mil euros, ainda antes deste Governo entrar foi adquirida pelo anterior uma auto-grua no valor de 500 mil euros. Portanto, esse trabalho já vinha sendo feito.

A pergunta que eu tenho para si, Sra. Secretária é a seguinte:

- O avião cargueiro recentemente anunciado pela Sra. Secretária vai também servir a Ilha do Corvo na importação e exportação de cargas? Essa aeronave vai também operar na Ilha do Corvo?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, como eu aqui já referi em resposta ao Sr. Deputado António Lima, na altura, o avião cargueiro é um projeto que vai ser concretizado, vai ter as suas rotas e horários e que vai ser bem definido. Não podemos definir hoje.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Mas eu quero é saber se vai operar no Corvo!

A Oradora: Agora, aquilo que está em cima da mesa neste momento, é a transformação dum Dash-400 que eu aqui referi, em cargueiro. Um Dash-400 não vai ao Corvo. E, portanto, não vamos aqui estar a iludir as pessoas. E quando me faz a pergunta, já sabe que se for um Dash-400 não consegue ir ao Corvo. Mas consegue-se através da Ariel...

Deputado Berto Messias (PS): A Ariel, Sra. Secretária?!

A Oradora: ...e das ligações diárias que tem por via marítima, colocar **duas vezes por dia**, toda a mercadoria que bem entender nas Flores para ser transportada pelo voo cargueiro.

Deputado Paulo Menezes (PSD): Ora Bem.

A Oradora: É uma questão de racionalidade e, sobretudo, é uma questão de servir bem todos os açorianos.

Muito obrigada.

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): A Ariel vai fazer transporte de mercadorias?! Oh Sra. Secretária!

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

A verdade é que está planeada uma obra de enorme dimensão que é absolutamente estruturante que é a ampliação da aerogare do Corvo e do quartel dos bombeiros.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Mas já estava!

O Orador: Não, não estava! O que lá está são situações degradantes que não podem continuar. E este Governo está a alterar isso!

Se formos ao baú, encontraremos centenas de projetos que estavam por fazer!

Portanto, por alguma coisa que está no baú há 5,6, 7 ou 8 anos é para V. Exas. é algo que é da tutoria do Partido Socialista, isso não funciona assim. Aquilo que funciona é aquilo que está feito e aquilo que este Governo se comprometeu a fazer. Trata-se dum investimento de cerca de 4 milhões de euros.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): O Sr. já fez 4 requerimentos com isso!

O Orador: Mas este investimento, Sra. Secretária, preocupa-me porque trata-se dum investimento já planeado já há 2 anos e a verba que estava prevista era de 4 milhões de euros. Atualmente deve existir um incremento em relação aos preços e estou preocupado com esta questão. Ou seja, que este preço de 4 milhões de euros que tem 2 anos, possa já não ser suficiente para a aerogare.

Preocupa-me que este valor não possa corresponder já àquele que é o valor real dum empreitada desta dimensão.

Portanto, a pergunta que lhe faço é obviamente saber qual a análise que o Governo pretende fazer em relação a esta matéria?

Quanto ao transporte de carga, pois é evidente que eu tenho a certeza – e também lhe pergunto, Sra. Secretária – serão encontrados os mecanismos para que toda a produção da Ilha do Corvo possa ser escoada, quer através de meios marítimos quer através do aumento muito grande que está a ser realizado de ligações aéreas, nomeadamente também realizando pela primeira vez, ligações aéreas diárias ao Corvo. E, portanto, tenho a certeza de que será dada a resposta para que toda a carga da Ilha do Corvo seja transportada também.

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Atingimos a nossa hora regimental. Vamos interromper para o almoço e continuaremos o debate à tarde para os tempos sobrantes que são cerca de 30 minutos que nos falta para atingirmos as cerca de 3 horas.

Eram 13h00

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Os trabalhos recomeçaram às 15h05

Antes do intervalo para o almoço o Sr. Deputado Paulo Estêvão tinha colocado uma questão.

Dou a palavra à Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas para responder.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente o Sr. Deputado Paulo Estêvão tinha colocado a questão do preço-base da aerogare e a necessidade de termos em conta que estão a ficar alguns concursos desertos por força do aumento dos preços de construção, dos fatores de produção, sendo que tudo isso tem levado a que, infelizmente, muitas obras tenham que estar a ser reprogramadas, reavaliadas do ponto de vista do seu preço-base.

A aerogare ainda não foi lançada, vamos ter em conta exatamente essa realidade, tentar aproximar o mais possível o preço-base através dos projetistas e das entidades competentes para fazerem essa orçamentação, conseguindo aproximar o mais possível do valor real para tentarmos ter concorrentes a esta

obra, dado que é de todo o interesse não se perder tempo com aspetos concursais repetidos.

Em relação ao aumento que isso pode trazer, gostaria de deixar aqui a referência ao facto de que esta é uma obra cofinanciada, logo do ponto de vista da Região, 15 % de financiamento e 85% do plano operacional. A partir daí, nós temos que acrescer nos nossos 15% essa diferença que se venha a registar no preço-base, o que é facilmente acomodável no nosso plano, porque efetivamente trata-se duma obra cofinanciada com fundos comunitários.

Recordo, também, que houve alguns concursos, não só no Corvo mas em outras ilhas, que têm vindo a ficar desertos, é uma informação adicional que deixo à Câmara, para perceber que alguma programação inicial não vai poder ser cumprida, porque temos que repetir os concursos.

Já que estou no uso da palavra e porque também ficou aqui por responder uma outra questão relacionada com a intermodalidade do transporte de carga do Corvo para fora da Região, eu queria dizer aos Srs. Deputados que levantaram a questão da Ariel transportar ou não carga que, no último ano, transportou mais de 3 mil quilos de pescado. E, portanto, chega a transportar mais de 460 quilos nalgumas viagens. Por isso, não é nada que não se faça, já foi feito várias vezes e será feito sempre que for preciso.

Deputado Carlos Silva (PS): A Ariel vai resolver os problemas todos.

A Oradora: Para além disso, o aumento da frequência dos voos para o Corvo também disponibilizará, só por si, carga para poder ser utilizada fundamentalmente no transporte de pescado e produtos frescos.

Muito obrigada.

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais intervenções no âmbito desta 2ª pergunta do 2º Objeto?

Não havendo, avançamos para o 3º Objeto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para colocar a 1ª pergunta relativa ao 3º Objeto – “Investimentos Públicos Estruturantes”. Faz favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano Anual Regional aprovado nesta Assembleia, tem para o Corvo investimentos destinados na ordem dos 11,5 de euros.

Sendo os valores alocados às diversas Ações – Porto da Casa, Aeródromo do Corvo, reabilitação da rede viária regional, Escola Mouzinho da Silveira, requalificação da Unidade de Saúde, estabilização da falésia adjacente à Vila, requalificação do Miradouro das Eiras do Maranhão – estimados num total de 1,3 milhões de euros, ou seja, volta de 10%, a minha pergunta é precisamente um esclarecimento em relação ao que está executado nestas Ações descritas no Plano?

Em que serão investidos os outros 10 milhões de euros não especificados no Plano Anual para a Ilha do Corvo este ano?

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, posso-lhe dizer obra a obra, ação a ação, qual é a situação em que se encontra cada uma deles. Mas a pergunta que me faz é uma pergunta bem mais detalhada e que eu sugeria que lhe enviemos um mapa de execução, um mapa de pagamentos e compromissos, porque efetivamente são

questões com todo o detalhe e que nos temos também todo o gosto de lhe prestar esses mesmos esclarecimentos com a maior precisão possível.

Muito obrigada.

Deputado Carlos Silva (PS): Oh Sra. Secretária, a gente também gostava de saber.

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para a réplica.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha pergunta tinha dois níveis de resposta. A Sra. Secretária Regional, já vem sendo habitual, respondeu à 1ª fase da pergunta, mas não respondeu à 2ª fase da mesma. Isto é, usando da réplica, repito a pergunta:

-Em que serão investidos os restantes 10 milhões de euros que não estão especificados no Plano Anual, para a Ilha do Corvo, este ano, e nestas medidas que foram aqui faladas e que são de apenas 1 milhão e 300 mil euros?

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, tem 1 milhão e 300 mil euros para os investimentos da responsabilidade direta da Secretaria Regional de Transportes, Mobilidade e Infraestruturas. Tem 1 milhão 261 mil 542, de outros departamentos do Governo Regional. E depois tem todos os investimentos que são programados e que são objeto de contrato-programa e de protocolos com a SATA Aeródromos e com a Portos dos Açores.

Portanto, é esse total que perfaz o valor de investimentos inscritos no Plano da Secretaria Regional.

Muito obrigada.

Deputado Carlos Silva (PS): Afinal a senhora sabia a resposta!

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, pergunto ao Sr. Deputado Nuno Barata se pretende colocar mais alguma questão? Faça favor.

(* Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estruturantes são também os cuidados e os investimentos que o Estado Português não cumpre - uma coisa de que já temos falado aqui muitas vezes! – em todas as ilhas açorianas, mas em especial na Ilha do Corvo.

A ilha tem 2 agentes da GNR, 2 agentes da Polícia Marítima. Não tem PSP e quer os serviços da PSP quer os serviços da GNR, têm sido garantidos pela deslocação semanalmente de agentes da PSP, nomeadamente de S. Miguel, Terceira, Pico e Faial.

O Sr. Presidente do Governo, com alguma insistência, tem tecido os maiores elogios à atitude do Governo “cooperante” do Governo da República com os órgãos de governo próprio da Região. E, nesse sentido, a pergunta que faço é:

- Que garantias tem o Governo Regional de que os serviços do estado – justiça, segurança – vão ser melhorados na Ilha do Corvo, com agentes locais, com efetividade local e sem que a Região Autónoma dos Açores tenha encargos com a deslocalização de agentes para aquela ilha, nomeadamente agentes da PSP e da Polícia Marítima?

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, para lhe dar nota de que essa é uma matéria que preocupa o XIII Governo Regional, como já preocupou responsáveis governativos da Região ao longo dos anos e que irá continuar a preocupar até que possa ser de alguma forma resolvida a contento das necessidades dos açorianos e em função das suas especificidades.

Aquilo que lhe posso responder, neste momento, é que tendo o Governo da República sido empossado há relativamente pouco tempo e tendo sido o Orçamento de Estado aprovado muito recentemente, essa matéria (como outras) naturalmente será prioritária no diálogo que vamos ter em breve com os novos responsáveis do Governo da República, tentando ultrapassar algumas das fragilidades que esses serviços têm denotado nos últimos anos.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado ao Sr. Secretário Regional pelo esclarecimento. Eu espero que de facto este bom relacionamento com o Governo da República seja profícuo. E estará aqui também certamente noutra circunstância o Partido Socialista para responder por isso.

Para além da questão da PSP, são também bombeiros doutras ilhas da Região que são deslocados para o Corvo, nomeadamente para apoio à atividade da aeronáutica.

Nesse sentido, perguntava ao Sr. Secretário da tutela o que preconiza o Governo Regional para evitar esses custos acrescidos com a deslocação de bombeiros para o Aeródromo do Corvo, garantindo (obviamente) que a operação aeroportuária é feita naquela ilha com eficiência e eficácia, garantindo segurança a todos os corvinos que para lá viajam e todos aqueles que não sendo corvinos, para lá viajam.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*):

Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à Proteção Civil e Bombeiros dos Açores que é uma área fundamental para a nossa realidade arquipelágica em que a natureza por vezes exige que estejamos em prontidão para intervir, há uma preocupação clara do Governo Regional, desde logo, no aumento dum conjunto de participações às associações de bombeiros, ao nível do transporte não urgente de doentes e também para aquisição de equipamentos de proteção individual que é um processo que, neste momento, está a decorrer, para que os mesmos deem outra capacidade e robustez para essa resposta.

No caso concreto do Corvo, temos uma associação e corporação de bombeiros que está sediada, em termos da sua parte operacional, exatamente junto ao aeroporto que dá esta resposta essencial e decisiva. Há a perspetiva de avançarmos para um projeto de remodelação de toda aquela área que de facto, neste momento, exige e necessita de obras que capacitem o corpo de bombeiros do Corvo para uma intervenção mais adequada e eficaz, felizmente ainda nunca necessária, mas temos que estar prontos para nunca ser necessário, mas se for, darmos a resposta.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Para colocar uma questão tem a palavra o Sr. Deputado Lubélio Mendonça.

(* **Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A falta de habitação na Ilha do Corvo é um problema que se tem vindo a agravar durante os últimos tempos.

É verdade que muitos teriam gosto em fazer a reabilitação das suas casas, mas por falta de mão-de-obra ou estaleiro montado para as obras, têm sentido muitas dificuldades.

Este Governo disse na pessoa do seu Presidente aquando da sua visita ao Corvo, estar a trabalhar para ter uma *solução integral e integrada* para a resolução deste problema. Mas o que se vê, meses depois destas mesmas declarações, é zero, enquanto a situação se agrava de dia para dia.

Também, ainda na sequência do mesmo problema, foi anunciado na Ilha do Corvo a compra e reabilitação dum imóvel para alojamento de professores, problema este também recente na Ilha do Corvo. Mas o que se verificou até hoje é que nada foi feito, no sentido de resolver esta questão.

Pergunto ao Governo qual o ponto de situação do mesmo e o que foi feito, no sentido de resolver todas estas situações?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Lubélio Mendonça, com muito gosto lhe respondo à questão, embora não seja habitação social que é exatamente a minha área, mas gostaria de dar alguns esclarecimentos, já que citou o Sr. Presidente do Governo, sobre a sua questão.

De facto, é preocupante a situação habitacional no Corvo, como o senhor sabe, quer para o alojamento de professores quer para o alojamento de médicos, enfermeiros quer também para qualquer pessoal técnico superior especializado ou não, quer até para os bombeiros, como aqui já foi falado, termos alojamento global – digamos assim – para as pessoas ficarem no Corvo, pelo menos enquanto estão lá a prestar serviço quando são colocados.

Ora, como sabe e bem referiu, aquando da visita estatutária ao Corvo, tratou-se de adquirir aquele imóvel, uma casa (um T3) e de imediato demos início aos procedimentos. O que aconteceu foi que, como sabe, a casa não estava registada no nome dos proprietários, a Câmara não tinha licença de habitabilidade, houve alguns entraves por parte da Câmara Municipal na legalização desse imóvel e, portanto, todo esse procedimento foi tratado e está em processo de aquisição esse imóvel. Mas o Governo também tem em estudo, como sabe, o Corvo tem uma zona de reserva agrícola muito grande, é preciso desanexar algumas zonas dessa reserva, em articulação com a Câmara, de modo que na Vila do Corvo se possa instalar mais algumas habitações. E o governo tem já uma proposta em estudo para rapidamente (num prazo muito curto), ter uma oferta habitacional para técnicos.

Porém, é preciso também dizer aqui que as *casas de função*, são casas de função. Não são propriedade de quem lá vive. A casa quando é atribuída – há casos desses – há casas que são divididas, isto é, se a casa é uma casa de função dum enfermeiro ou dum médico, se vai um médico prestar serviço ao Corvo, havendo obviamente quartos nessa casa, tem direito a lá ficar; não é uma casa de família; é uma casa de função. Tal como quando os professores forem para o Corvo, naturalmente um professor não ocupar um T3 (talvez até um T4) sozinho; ficará para 3 ou 4 professores. O mesmo se diz para a casa dita *casa do médico*; a casa não ficará para um médico, mas sim para dois ou para os que lá forem prestar serviço.

Portanto, é nessa solução integrada, que é a única maneira que o Governo tem de resolver o problema habitacional (legado que herdámos!), que o podemos fazer. E o Sr. Deputado sabe tão bem ou melhor do que eu que é esta a única solução. Ainda por cima com o constrangimento que temos agora pelo facto da unidade hoteleira no Corvo também está com algumas dificuldades, o que dificulta também o alojamento. Temos, contudo, contado com alguns particulares que, como o senhor também sabe, alugam as suas casas e essa é a oferta habitacional que se tem procurado no Corvo e que temos feito agora.

Quanto à casa, o desenvolvimento é que está em processo de legalização, é só fazer a escritura, logo que haja também a licença camarária. E estamos a negociar a desafetação duma zona de reserva agrícola para podermos instalar ali residências para professores, enfermeiros e para quem for necessário.

Presumo que respondi à sua pergunta.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PPM: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Fica registado que o senhor foi o único que respondeu.

Presidente: Muito obrigado Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra para colocar uma questão o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

A falta de habitação na Ilha do Corvo é de facto um problema, mas não tem 1 ano e meio.

Deputada Andreia Costa (PS): Também ninguém disse isso!

O Orador: É um problema que já existe há algum tempo e que o Governo anterior não resolveu.

A verdade é que a Câmara Municipal também não resolve e até tem competências nessa matéria.

A Câmara tem um orçamento de 2.7 milhões de euros e executou 1,7 milhão e não executou o outro milhão.

Portanto, tinha capacidade financeira para fazer alguma coisa, só que não faz, por incapacidade total.

Portanto, este é um problema que tem que ser resolvido, o mesmo acontecendo em relação àquilo que o Governo anterior deixou, que era a promessa dum projeto de regeneração urbana da zona classificada da Vila do Corvo. Nunca encontrou financiamento para isso.

Portanto, as pessoas ficaram à espera, tenho aqui uma notícia de jornal que diz que se iniciava em 2018, não houve nenhum início nem nenhuma concretização desse projeto. Por isso, em relação a esta matéria em concreto, o Governo anterior nada fez.

O que existe são dificuldades colocadas pela Câmara para resolver o problema, nomeadamente por exemplo em relação a essa habitação e nomeadamente pela incapacidade total que tem demonstrado nesta matéria, em que não faz absolutamente nada.

Deputada Andreia Costa (PS): Mas isto é uma pergunta ou uma resposta?

O Orador: Não só não faz, como também não deixa fazer!

A questão que eu coloco ao Governo é esta:

- Em relação ao projeto de regeneração da zona classificada da Vila do Corvo, pergunto à Sra. Secretária é que projeto concreto, em relação ao financiamento efetivo daquilo que estava projetado, é que o Governo anterior deixou?

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, a informação que nós temos é que não avançou qualquer tipo de projeto.

Era ser necessário ser constituída uma equipa especializada para dar andamento a este processo e que depois não terá tido seguimento, além de que careceria de enquadramento com fundos comunitários e, por essa mesma via, não foram efetuadas quaisquer diligências nesse sentido e nessa recuperação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não vão deixar nada por fazer!

Mas os senhores não deixaram nada feito!

Deputada Andreia Costa (PS): Foi feito, sim.

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra para colocar uma questão o Sr. Deputado Luis Soares.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todos nós sabemos que a segurança interna – segurança de pessoas e bens – nos Açores, é uma competência da soberania da República e que é exercida nos Açores de acordo com os meios que são disponibilizados.

Ora bem, atendendo até à alteração da Lei de Segurança Aeroportuária, obrigou a que o Corvo tivesse o OPC competente nessa matéria. Sendo a Polícia de Segurança Pública o OPC com competência específica naquela que é a segurança de pessoas e bens, levou a que tivessem que ser deslocados agentes da PSP para o Corvo. E como disse o Sr. Deputado Nuno Barata, e muito bem,

foram inicialmente da ESA da Horta (Esquadra de Segurança Aeroportuária), depois passou a ser também da Terceira e de Ponta Delgada.

Porque é que estes agentes são deslocados para o Corvo?

Porque é que os cidadãos do Corvo não têm direito a ter Polícia de Segurança Pública em permanência?

Porque não há condições físicas para que isso aconteça. Não há infraestruturas no Corvo para que isso aconteça. É preciso construir uma esquadra. A Direção Nacional da PSP tem essa situação sinalizada - eu estou bastante à vontade para falar sobre esta matéria. Houve no passado alguns entraves e alguma dificuldade de negociação entre a Direção Nacional da PSP, o Comando Regional da PSP e o anterior Governo.

Portanto, a questão que lhe coloco – Sr. Secretário – é a de saber se a situação deste diferendo e de alguma obstrução a que essa situação possa acontecer no Corvo, continua ou está V. Exa. consciencializado de que é preciso criar no Corvo... porque é uma dificuldade adquirir um terreno no Corvo ou um edifício para colocar uma esquadra de polícia. E é vontade do Comando Regional e da Polícia de Segurança Pública, apesar de todas as dificuldades de efetivos que são transversais ao todo nacional e mais agudizantes nos Açores, o que é verdade é que há a intenção e vontade de prestar segurança aos corvinos na igual medida daquela que o resto dos açorianos têm.

Portanto, é preciso fixar agentes da PSP no Corvo para fazerem o aeródromo, porque é competência específica da PSP e eles têm que lá estar sob pena de não saírem nem aterrarem aviões e continuar o serviço para o resto das diligências que possam acontecer no Corvo.

O que pergunto, Sr. Secretário, é se está o Governo Regional dessa necessidade e constitui-se assistente neste processo de aquisição dum imóvel ou dum terreno, para que seja estabelecida uma esquadra na Ilha do Corvo?

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): E segurança.

(Risos do Secretário Regional da Saúde e Desporto)

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luis Soares, no seguimento dos esclarecimentos que prestei ao Sr. Deputado Nuno Barata, da parte do XIII Governo haverá toda a disponibilidade para encontrar as melhores soluções para que se possa efetivar a presença permanente dos efetivos policiais na Ilha do Corvo.

É evidente que temos outro tipo de situações ainda para resolver, como a aquisição dos terrenos para implantação de habitação, mas naturalmente que se os responsáveis nacionais da PSP quiserem as diligências do Governo Regional para ajudar a encontrar uma solução para implantação da esquadra, terão a melhor colaboração deste Governo.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições para perguntas?

(Pausa)

Sr. Deputado Nuno Barata não tem mais perguntas?

Pergunto também aos outros partidos?

Muito bem.

Encerramos, então, esta Sessão de Perguntas.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Graças a Deus!

Presidente: Avançamos para o ponto 5 da nossa Agenda - **Projeto de Resolução n.º 55/XII – “Terminal de Cargas da Aerogare Civil das Lajes”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A 31 de março de 2021 o grupo parlamentar do CDS-PP submeteu a esta Assembleia o projeto de resolução agora em debate sobre o terminal de cargas da aerogare civil das lajes. Esta infraestrutura é muito importante para a ilha Terceira e é reivindicada pelo CDS-PP desde 2009, inclusivamente com propostas em vários Planos anuais de investimento.

O novo terminal de cargas da Aerogare Civil das Lajes, um projeto do anterior Governo Regional, foi inaugurado pelo atual Governo no dia 19 de fevereiro de 2021.

Trata-se de uma infraestrutura fundamental para a economia da Ilha Terceira e há muito necessária, representando um investimento de quatro milhões e seiscentos mil euros que demorou dois anos e três meses a ser construída;

Volvido pouco mais de um mês de funcionamento, os operadores económicos que utilizam esta infraestrutura já manifestavam publicamente falhas consideradas graves, não só por se tratar de uma obra nova, mas também porque

demorou cerca de década e meia a ser projetada e edificada, tendo havido tempo suficiente para ter sido concebida a pensar nas necessidades do futuro;

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Verifica-se uma perda significativa de capacidade de armazenamento em frio, por comparação com o anterior terminal de carga, sendo que, em tempos, uma das falhas apontadas ao anterior terminal de carga era a capacidade de armazenamento em frio.

A operação de carga, descarga e conferência de mercadorias realiza-se com exposição direta aos elementos atmosféricos podendo danificar a carga, quando no anterior terminal era possível efetuar essa operação ao abrigo das condições atmosféricas. A própria localização e a orientação do edifício tornam-no demasiado exposto aos elementos atmosféricos, nomeadamente ao vento que quando tem determinada orientação coloca dificuldades acrescidas às manobras que ali se realizam;

Acresce que a capacidade e dimensão do parque de estacionamento de viaturas condiciona as manobras de máquinas e veículos e as operações de carga e descarga;

Já no interior do novo terminal haverá condicionamentos à manobra das cargas; Por fim, o novo terminal de cargas da Aerogare Civil das Lajes apresenta-se como um imóvel contemporâneo que parece não conseguir servir satisfatoriamente as necessidades que estão subjacentes à sua conceção e construção.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Volvido pouco mais de 1 ano desde a submissão desta iniciativa a comissão permanente de economia realizou diligências e apresentou um relatório de onde se pode concluir que o novo terminal de cargas da Aerogare Civil das Lajes padece de alguns problemas de inadequação à função para a qual foi projetado,

verificando-se inúmeros constrangimentos, evidenciados pelo rol de queixas que gerou.

O novo terminal de cargas foi projetado e concebido no século XXI, mas não tem cais de carga e de descarga de mercadorias.

O espaço disponível para manobras de veículos é exíguo e para o estacionamento é escasso.

O novo terminal de cargas tem menos 70% de capacidade de armazenamento em frio do que o terminal de cargas do século passado.

A entrega de mercadorias é feita a céu aberto, completamente exposta aos elementos atmosféricos, enquanto no terminal do século passado era possível fazê-lo ao abrigo dos elementos.

A desadequação do novo terminal de cargas é tal que os CTT optaram por continuar a operar no terminal do século passado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Volvido um ano desde a apresentação da iniciativa, podemos concluir pela sua atualidade e pertinência.

Assim, nos termos das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o seguinte Projeto de Resolução que recomenda ao Governo Regional que realize uma avaliação do projeto de conceção e construção do novo terminal de cargas da Aerogare Civil das Lajes, do edifício e dos seus equipamentos, identificando os pontos onde não satisfazem os requisitos da função para que foram projetados ou adquiridos e proceda às alterações que considere possíveis e necessárias para corrigir esses erros.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Está apresentado o diploma.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Andreia Cardoso faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS propõe recomendar ao Governo Regional proceder a uma avaliação do edifício e equipamentos do novo terminal de carga da Aerogare Civil das Lajes, no sentido de corrigir os erros detetados com a entrada em funcionamento desta infraestrutura em fevereiro de 2021.

Importa, a este propósito, referir que o contrato desta empreitada de construção do novo terminal foi assinado a 21 de setembro de 2018, por valor superior a 4.600 mil euros com o IVA incluído, com um prazo de execução de 540 dias.

O concurso foi lançado em 2016, não sendo à data do seu lançamento expectável que o processo de cedência e desafetação dos terrenos se prolongasse como se veio a verificar.

Previamente ao lançamento deste procedimento, o projeto foi revisto...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não, não!

A Oradora: ... foram consultados um conjunto de entidades e acolhidos os contributos dados por estas entidades. A salientar: a SATA – Gestão de Aeródromos que foi ouvida em outubro de 2015 e que se pronunciou, fazendo sugestões e tendo sido as mesmas acolhidas; a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo que foi ouvida em dezembro de 2015 e que se manifestou, conforme consta do Diário Insular de 30 de março de 2016, dizendo que “a

Câmara do Comércio de Angra foi ouvida no processo, sendo que a infraestrutura terá em conta as sugestões dos empresários”.

Citando o Sr. Presidente da Câmara do Comércio à data, “Com a construção do novo terminal de carga aérea na Aerogare Civil das Lajes, há condições para albergar esses produtos, fazendo-se depois seguir para os seus destinos. Muitas vezes o que acontece” – referindo-se a alguns produtos – “no caso do peixe, iogurtes e flores, por exemplo, os fornecedores têm de ir muito em cima da hora entregá-los ao aeroporto e estes podem ficar em condições que não seriam as ideais”.

Importa referir que foi ouvida também a FRUTER em novembro de 2015, tendo esta mesma entidade feito sugestões a propósito do armazenamento em frio e do raio-x, tendo as mesmas sido acolhidas.

Para mais, importa referir o seguinte:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista naturalmente ouviu atentamente todas as entidades que mais recentemente se pronunciaram a este propósito, muitas delas não têm as mesmas Direções das instituições e, portanto, não acompanharam o processo a esta data, de qualquer forma importa e releva, neste momento, é que foram melhoradas as condições de frio, pese embora, ainda não de acordo – pelos vistos – com aquilo que é efetivamente necessário e o Sr. Vice-Presidente disse na Comissão já estar a tratar do assunto, no sentido de acautelar um reforço das condições de frio e também outras situações já solucionadas de realocização do raio-x que, penso, eram as mais fáceis de resolver no imediato.

Há, contudo, uma questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Pedro Pinto e que tem a ver com o processo de cargas e descargas acontecer em condições que não são as referenciadas como sendo as ideais. Penso que o Governo Regional com certeza avaliará essa situação, na sequência daquilo que foi aqui dito. Mas o que importa para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista é que

naturalmente todas as entidades, em função daquilo que é o funcionamento da infraestrutura no momento, podem e detetaram algumas disfuncionalidades. E por aquilo que percebi do Sr. Vice-Presidente na Comissão respetiva, haverá a abertura do Governo Regional para avaliar e corrigir, aliás algumas delas o Governo já avançou que as está a alterar.

É fundamental, no entanto, que se diga que todas estas entidades a que eu fiz referência e outras, designadamente a PSP, foram ouvidas antes do lançamento do concurso e mais, fizeram sugestões, as quais foram acolhidas, que levaram a alterações do projeto pela empresa Projeto Angra que era a empresa da altura. Há inclusivamente pronúncia pública em como isto de facto aconteceu, designadamente pelo Sr. Presidente da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.

Obrigada.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes.

(*) Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, saudar a aparição do Partido Socialista neste Projeto de Resolução, depois do silêncio ensurdecador nas Comissões, porque realmente não houve uma pergunta em Comissão, depois de todas as situações graves que foram comunicadas pelos parceiros ouvidos nas audições. Portanto, bem-vindos a este debate sobre uma matéria que para nós é muito importante.

Na verdade, o terminal de cargas da aerogare civil do Aeroporto das Lajes é uma infraestrutura muito importante para a economia e o desenvolvimento da Ilha Terceira. É muito importante para a economia e o desenvolvimento das restantes ilhas que o utilizam. É muito importante também para os nossos agricultores, pescadores, empresários, associações e cooperativas de produtores.

E o que foi feito ali é uma autêntica desgraça, porque repare: há anos que o terminal anterior padecia de graves défices de acessibilidade, de espaço, ou seja, da falta de todas as condições que os operadores necessitam para efetuarem as cargas e descargas.

E o que fez o anterior Governo?

Pensou – e bem – numa solução nova, a construção dum novo terminal; só que este tem piores condições do que o anterior.

Isto é inconcebível.

Isto é o mesmo que um casal que tem 3 ou 4 filhos e vive num T5 resolve fazer uma casa nova, só que constrói um T1.

Foi exatamente isso que aconteceu com o terminal.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Na opinião do Grupo Parlamentar do PSD, tratou-se dum desrespeito pelos nossos empresários da Terceira e das restantes ilhas. A Sra. Deputada Andreia falou sobre os parceiros terem sido ouvidos em 2015 e 2016, então eu faço duas perguntas:

- Será que eles concordaram que a capacidade de frio fosse inferior em 70% ?!

Deputada Andreia Costa (PS): Sim, concordaram com o projeto.

O Orador: Será que os parceiros concordam que as cargas e descargas fossem realizadas à chuva e ao sol?!

Será que os parceiros concordaram com um outro facto que é um camião de maior porte querer utilizar o novo terminal, mas vem no sentido Lajes-Praia, não consegue entrar no portão, tem que ir dar a volta à rotunda do aeroporto.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Ouça, Sr. Deputado Berto Messias!

Deputado Berto Messias (PS): Estou ouvindo!

O Orador: São situações destas que não foram acauteladas e eu não percebo porque é que quem fiscalizou a obra não teve a devida atenção, porque são erros clamorosos, erros demasiados graves para o dinheiro que foi investido naquela infraestrutura.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É bastante pertinente este Projeto de Resolução do CDS, porque de facto a infraestrutura aeroportuária civil das Lajes carece de melhores condições de trabalho, não só o terminal de carga, mas também o terminal de passageiros.

Este caso do Aeroporto das Lajes eu diria que é o paradigma do dinheiro mal gasto na Região Autónoma dos Açores.

Primeiro, durante anos prometeu-se uma nova aerogare, depois acabou-se construindo uma aerogare em cima do velho barracão militar que veio-se a revelar que não funciona, que tem enormes constrangimentos à operação. Traz enormes constrangimentos aos seus utentes (que ainda se vão adaptando), mas principalmente à operação em si, pois o problema é não conseguir ser operacional.

Depois o terminal de carga, uma longa, velha e vetusta aspiração do tecido empresarial terceirense, enrolado ano após ano, projetos feitos, promessas feitas...e eis senão quando, em vésperas e ano de eleições, o Partido Socialista lança a obra e constrói o dito terminal do Aeroporto das Lajes com algumas derrapagens de projeto...

Deputada Andreia Costa (PS): Poucas, muito poucas!

O Orador: ...algumas derrapagens financeiras. Uma obra que ascendeu a quase 5 milhões de euros. Uma obra que teve derrapagens de prazo, de projeto. Provavelmente não teve derrapagens financeiras, mas custou 4,6 milhões de euros (quase 5 milhões de euros). E é também um adágio popular – não gosto muito de usar lugares-comuns – de que “depressa e bem não há quem”. Pressa também essa que teve o Sr. Vice-Presidente em colocar a placa de inauguração deste XIII Governo Regional, sem garantir que a obra tinha os tais problemas que o CDS agora encontrou e bem.

Por isso, é óbvio que a Iniciativa Liberal vai associar-se a esta Resolução do CDS, porque é fundamental para o desenvolvimento socioeconómico da Ilha Terceira e dos Açores, que a segunda ilha mais populosa da Região tenha um terminal de carga e um terminal de passageiros que satisfaça, no mínimo, a operação que não envergonhe os seus concidadãos e que não dê a péssima imagem que tem dado a quem nos visita. E isto para não falar do terminal do aeroporto de Ponta Delgada, mas este não compete à Região que apenas pode – passe o termo – “espernear” por ele.

Sobre o terminal de carga ainda há a dizer talvez mais uma ou duas coisas.

Desde logo, foi ele ter partido dum pressuposto de quem não acreditava que a economia da Ilha Terceira iria crescer e iria exigir mais, mais e mais investimento para poder crescer naquelas áreas que tem condições para crescer. É fundamental, é muito importante.

Eu sinceramente não consegui perceber na Orgânica do Governo, porque é que aquele terminal ficou na competência da Vice-Presidência. Mas por isso mesmo, e pelo facto do Sr. Vice-Presidente ser uma pessoa empenhada no futuro da sua ilha, deve forçar de forma convincente e entusiástica que aquele terminal de carga e também o de passageiros tenham de facto uma intervenção que melhore a operação naquela infraestrutura.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) Deputados Gustavo Alves (PPM): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Está em discussão um Projeto de Resolução trazido pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP em que se centra na construção e no término do terminal de cargas da aerogare civil do Aeroporto das Lajes, uma obra que foi iniciada em 2018, mas que foi prometida ainda pelo Partido Socialista desde 2007, tendo sido finalizada recentemente em 2021. Mas estava para ser finalizada em 2020 (cada um tira as conclusões que quiser!).

Após a sua conclusão, os utilizadores dessa mesma infraestrutura mostraram-se insatisfeitos com a reduzida capacidade de armazenamento em frio. Ou seja, ficou ainda mais reduzida daquela que era a dimensão do terminal antigo, com as alterações existentes, nomeadamente ao nível dos contentores extra e tudo isso.

A verdade é que pelo relatório da Comissão Permanente de Economia isso comprova-se, isto é, ficaram com a capacidade reduzida, desde logo, prova-se também neste Projeto de Resolução apresentado aqui.

O que é que daqui releva?

Releva que o Projeto (também está dito no relatório) está desatualizado e antigo, porque é um projeto com mais de uma década de planeamento e que não foi ajustado à realidade. E aqui, fazendo referência ao que disse antes o Sr. Deputado Nuno Barata, isto sinceramente revela qual era o sentido estratégico que na altura o Governo tinha para aquela ilha.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ou a falta dele!

O Orador: Ou seja, na minha ótica, a obra foi lançada à pressa, para fazer jus a um slogan – “pra frente é que é caminho”.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão)

E então para resolver este problema...

(Aparte impercetível do Deputado Berto Messias)

O Orador: Se quiser intervir, tem bastante tempo, faça favor.

Então o que é o mais prudente e o mais responsável?

Seguir o ponto resolutivo trazido pelo CDS/PP e que espero seja validado por esta Assembleia.

Realizar uma avaliação do projeto de conceção e construção do novo terminal de cargas da aerogare civil das Lajes, do edifício, dos seus equipamentos, identificando os pontos que não satisfazem os requisitos da função para que foram projetados ou adquiridos e proceda às alterações que consideres possíveis e necessárias para corrigir esses erros.

Isto é o que tem que ser feito, porque foi realizada uma obra que não contemplou tudo o que os seus utilizadores queriam ver concretizado para satisfazer as suas necessidades.

Posto isto, resta-me agradecer mais uma vez ao CDS/PP a apresentação deste Projeto de Resolução, sendo que nós votaremos obviamente a favor.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos das bancadas da Coligação e de alguns Membros do Governo)

Deputada Alexandra Manes (BE): Quem o ouvisse falar das Flores assim!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(* **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução do Grupo Parlamentar do CDS já tem algum tempo e apresenta uma recomendação que é relativamente simples. Mas antes de ir a ela, obviamente não poderia deixar de dizer que o transporte de carga, neste caso de carga aérea, é para muitos setores de atividade absolutamente determinante, porque é a única forma que têm de escoar, em tempo útil, os seus produtos para fora da ilha e da Região e exige que haja infraestruturas nas mais diversas ilhas. E numa ilha como a população e a atividade económica da Ilha Terceira, essa necessidade existir um terminal e também uma rede logística funcional e moderna, é determinante para o seu desenvolvimento.

Certamente que agora com o novo cargueiro anunciado – mas ainda com muito pouca informação, essa articulação entre as duas tutelas também será feita. Com certeza o terminal não terá capacidade para o cargueiro, mas terá capacidade para trabalhar em articulação com ele.

(Aparte impercetível do Vice-Presidente do Governo Regional)

As questões que foram levantadas em Comissão relativamente aos problemas funcionais existentes, é óbvio que levam à necessidade de se analisar e avaliar, como recomenda o CDS, a infraestrutura que está construída.

Fazendo fé naquilo que foi dito na Comissão e que está plasmado no relatório, a questão do frio e dos próprios locais de carga e descarga de mercadorias, levantam problemas que, no mínimo, têm de ser analisados e avaliados, sendo evidente que deverá ser possível mitigar, pelo menos uma parte deles, e resolver estas mesmas questões.

Tendo em conta também o tempo que esta Proposta já foi apresentada e esteve em Comissão, este terminal já foi inaugurado há vários meses, está em funcionamento e a tutela tem já conhecimento dela, o que pergunto é, nesta fase, o que é que o Governo Regional já fez, sendo certo que deve ter feito uma análise, não estaria certamente à espera da aprovação desta Proposta que passará com certeza, para tomar as diligências que são necessárias, para avaliar o que está construído e em operação e perceber o que é possível fazer e o que é que isso implicará também ao nível de investimento público nesta área?

É esta a questão que deixo, ao mesmo tempo em que declaro que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda irá naturalmente votar a favor da Proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Disseram aqui que “depressa e bem não há quem”. Bem, o PS lá tentou para que isto aparecesse antes das eleições regionais, 4 milhões e meio e a coisa correu muito bem, como algumas escolas que também foram muito bem feitas, mas que em termos de funcionalidade e em termos práticos são zero, bola!

Temos agora um Projeto de Resolução que é o mais antigo que ainda não foi apresentado a esta Assembleia – já passou mais de 1 ano, que é para analisar e avaliar aquilo que supostamente são os constrangimentos dentro do terminal, nomeadamente na sua refrigeração e também da parte de carga, para que haja uma ação produtiva dentro do próprio terminal e que não existe neste preciso momento, mas de certeza que o Governo está à espera deste Projeto de Resolução *extremamente novo*, todos dizem que é muito rápido. Aliás, dizem todos que é uma urgência, mas o próprio Projeto aqui presente e que obviamente o PAN vai votar favoravelmente, não entendo porque é que

demorou mais de 1 ano, se é tão urgente resolver um problema que veio do Governo anterior e passou para este que inaugurou julgo que em fevereiro do ano passado e ainda temos (Projeto) que pedir ao Governo que analise e avalie. Por isso, gostaria de perguntar ao Governo se essa análise ou avaliação já foi feita? E se este Projeto de Resolução não será extemporâneo neste momento? Ou então não estamos a inserir a pressão de urgência para aquilo que é mesmo necessário para os terceirenses e para este terminal de carga.

Obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(* **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando eu me inscrevi ainda tinham falado os Srs. Deputados António Lima e Pedro Neves. Por isso, realmente aquilo que eu tenho para dizer agora é reiterar aquilo que já foi dito.

Afinal que urgência era esta que já está há 14 meses em Comissão e só agora vamos deliberar sobre um Projeto de Resolução que tem um único ponto resolutivo? Que é uma coisa óbvia, isto é, saber o que é que está mal.

Sinceramente eu não tenho coragem de acusar o Partido Socialista relativamente a essa situação, porque é aquela velha máxima do “preso por ter cão e preso por não ter”.

Se o edifício fica grande demais, é porque foi sobredimensionado, foi uma obra megalómana, *blá blá blá*, essas coisas todas. Se o edifício é pequenino, é porque não atendeu ao crescimento da ilha, porque houve falta de perspetiva, foi não acreditar na ilha e não sei quantos.

Eu acho que o assunto aqui é outro. É arranjar solução. E ela não passa seguramente por um Projeto de Resolução demorar 14 meses para dizer que é

preciso fazer um estudo sobre o que é que está mal. Daí que obviamente eu tenho que fazer a seguinte pergunta especificamente ao Sr. Vice-Presidente:

- O assunto está resolvido? Está estudado? Estão identificadas as situações?

Obviamente que eu acredito que estará. E acredito por duas razões: primeiro, pela razão óbvia de que tem que estar; segundo, porque o empenho que o Sr. Vice-Presidente dedica a assuntos da Terceira – e desculpe esta brincadeira – evidentemente que já lhe deve ter dado a suficiente e necessária para criar as alternativas, porque agora, como se diz em bom português, “não vale a pena chorar sobre o leite derramado”.

O edifício está pequenino, não tem as condições adequadas ok, isso toda a gente já percebeu. Vamos é partir para encontrar as alterações.

E, Sr. Vice-Presidente, o desafio que lhe deixo é que diga efetivamente o que é que se consegue fazer para consertar algo que não nasceu com o devido tamanho. Mas, lá está, são as contingências habituais; se fosse grande demais, estaríamos hoje a falar se calhar dos custos de operacionalidade dum edifício que tinha ficado sobredimensionado.

Disse.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, o problema do terminal de carga da aerogare civil das Lajes, começa, como disse e bem o Sr. Deputado Nuno Barata, com a aerogare civil em 2008. É bom que se faça um pouco de história para percebermos isso. Nesse ano, era eu Deputado, estava aí nesse sítio...

Deputado Nuno Barata (IL): Não era aqui. Era ali onde está o Sr. Deputado Rui Martins.

O Orador: Não era Deputado sozinho. Estava ali onde está agora o Sr. Deputado António Lima.

De acordo com o Presidente do Governo de então “a aerogare civil das Lajes custou 25 milhões de euros em 2008, é a maior aerogare civil dos Açores e a mais moderna, quer na conceção dos seus espaços quer no aparato tecnológico associado às suas funcionalidades...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que coisas bonitas que eles diziam!

O Orador: “A infraestrutura que aproveitou a parte antiga da aerogare” – não era nenhuma aerogare, era o armazém da Navy – obviamente não serviu (como se viu!) ... Sr. Presidente quando eu puder dar a minha explicação

(Apartes impercetíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

Deputado Francisco Coelho (PS): Não vai proibir os apartes Sr. Vice-Presidente, pois não?

O Orador: Eu sei que o incomoda, Sr. Deputado Francisco Coelho, mas é a vida. *Vai da sorte*, como disse alguém.

Deputado Francisco Coelho (PS): É sim senhor!

Deputado Nuno Barata (IL): Vai da sorte, vai.

O Orador: Calhou-me na sorte.

Deputado Nuno Barata (IL): Foi no multibanco?

O Orador: Antes tivesse sido. Teria saído dinheiro e não o papelinho.

Deputado Nuno Barata (IL): Vai da sorte!

O Orador: Mas 25 milhões de euros. E na altura, a oposição disse que aquela estrutura não servia a Ilha Terceira. E logo depois veio-se a verificar que não servia. Só tinha 1 tapete de bagagens, um único alçapão para descer a bagagem, os *check-in* foram postos da maneira que ficaram (vão ser corrigidos agora). Enfim, não foi uma obra projetada para a economia dos Açores.

E, Sr. Deputado Nuno Barata, devo-lhe dizer também, como Vice-Presidente do Governo, não é em desenvolver a economia da minha ilha. É a economia dos Açores e com certeza a da minha ilha, porque faz parte dos Açores.

Nesse sentido, era preciso ter tido uma visão mais a longo prazo e de crescimento da economia.

Quanto ao terminal de carga, e não indo mais além, porque a aerogare vai ser alvo de melhorias nos balcões de *check-in*, com mais um alçapão para as bagagens, modificar outras questões, de modo a ficar mais funcional e a responder. Lembro que já em 2019, como a Sra. Deputada Andreia sabe, já tinha um movimento de perto de 800 mil passageiros por ano, era expectável, por isso, que o terminal de carga não fosse suficiente.

E...vai da sorte, fui eu que o inaugurei, Sr. Deputado Nuno Barata. Mas não fui que pressionei a inauguração. Tanto que a obra ainda não foi dada por concluída, porque há coisas a corrigir que estamos a corrigir as que são possíveis de o fazer. Desde logo, a capacidade de frio.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, eu não ponho em causa que as instituições que referiu lhe tenham dito isso.

O que eu estranho é que agora tenham dito o contrário daquilo que disseram. Ou seja, a FRUTER, uma semana depois do terminal de carga estar a funcionar, veio-se queixar que não tinha armazenamento para as flores. Os comerciantes de peixe vieram-se queixar não tinham armazenamento para o peixe.

Portanto, como V. Exa. sabe, as queixas vieram dessas mesmas instituições.

A SATA...

Deputada Andreia Costa (PS): Que aprovou o projeto.

O Orador: ... logo a seguir, veio dizer que aquilo não servia.

Os CTT que tinham dado parecer favorável, logo a seguir vieram dizer que aquilo não servia.

Sra. Deputada, há aqui qualquer coisa que não se está a perceber.

Agora uma coisa é certa e inequívoca: o terminal de carga não serve a economia da Ilha Terceira nem dos Açores.

Deputada Andreia Costa (PS): Mas não foi por incúria do anterior Governo.

O Orador: e as críticas não vieram deste Governo, como sabe, mas sim das associações empresariais e dos utilizadores daquela infraestrutura, nomeadamente do operador.

Vejo que o Sr. Deputado Nuno Barata não está interessado nas respostas.

Relativamente à capacidade de frio, Sr. Deputado Carlos Furtado, posso-lhe dizer que já foram adquiridos – como disse e bem o Projeto de Resolução já dura há algum tempo, a culpa não é certamente minha – 2 contentores de 40 pés que já deviam ter chegado, devido à pandemia (sei que já chegaram a Lisboa), mas em breve, talvez 15 dias ou 3 semanas – não posso prever e não havia no mercado – devem chegar. Ou seja, essa parte deverá ficar resolvida e julgo que na época alta não temos nenhuma dificuldade quer de armazenamento de peixe quer de flores.

Porém, obviamente que foram tomadas algumas medidas, porque foram identificadas. Mas há umas que têm que ser estudadas a fundo, porque para já, o terminal de carga ficou mal orientado (na orientação geográfica); apanha com ventos dominantes de oeste, o que certamente em dias de mau tempo não tem nenhuma proteção; não havia espaço suficiente entre a balança que fica no meio da estrada; vejam lá, o camião chega para ser pesado, para e não pode passar, entretanto, mais nenhum carro. Ou seja, estes são erros que – esses sim – apontados à senhora Diretora da Aerogare Civil das Lajes, dizendo que era necessário alterar isso e esses pedidos não foram atendidos pelo dono da obra, Sra. Deputada Andreia Cardoso. Eu tenho a certeza disto que lhe estou a dizer.

Por exemplo, o aspeto da iluminação para o lado da pista (que não tinha), foi chamado a atenção de que era necessário, agora já tem, e não também não foi atendido na obra.

A questão do portão de quem vinha no sentido das Lajes para cá, tinha que dar a volta. E, sobretudo, aquele muro e vedação que ali ficam, para alterar aquilo é preciso estudar bem com a Câmara Municipal, ver se é possível vir mais um bocado à estrada e é preciso ver como é que se corrige, pondo ali uma pala. Mas está-se a estudar uma solução, porque não sei se com os ventos dominantes é possível ter uma cobertura ali.

A questão do raio-X já foi resolvida, mudando-o de sítio, porque efetivamente metia água por cima dele, uma vez que ele foi colocado debaixo duma claraboia.

Em resumo, os defeitos de obra nova, pequena ou grande, esses foram corrigidos.

A questão de armazenamento de frio, foi um mau planeamento completo, porque já se sabia desde o início – por isso admira-me como é que a FRUTER deu parecer favorável – que a capacidade de frio ia ser inferior à que havia antes.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Como é que pode ter reduzido?

O Orador: É sim senhora. É só fazer contas.

São os 5 contentores que estão lá, as câmaras frigoríficas pequeninas e os dois de 40 pés que a senhora tinha. É só fazer contas.

Deputada Andreia Costa (PS): Eram de 20 pés. Não eram de 40.

O Orador: Sendo que um foi destinado, pelas suas características, só para flores. Ora, se foi só para flores, obviamente condicionava tudo. Ou seja, não sou eu que o digo, eu não sou utilizador daquela infraestrutura, são os comerciantes que dizem que a capacidade de frio não chega.

Deputada Andreia Costa (PS): Agora é muito fácil dizer que não se sabe.

O Orador: E é quem opera ali, a SATA, que diz que não chega e tem constrangimentos todos os dias.

Deputada Andreia Costa (PS): Pois, mas foi exatamente a SATA que deu parecer favorável.

O Orador: Tanto que foi necessário pôr ali um polícia sinaleiro permanentemente a mandar o trânsito, para quando o carro está a descarregar, os outros entrarem. Foi a única maneira que encontramos de resolver, porque não se vê em nenhuma parte do mundo nada assim.

Quanto aos equipamentos mecânicos exteriores, como algumas câmaras frigoríficas e ares condicionados, estava tudo desprotegido, portanto, já foi resolvido também esse problema, obviamente criando uma zona de resguardo. A iluminação também já foi resolvida e já adquirimos 500 prateleiras para os CTT poderem trabalhar, porque eles não quiseram usar aquela infraestrutura, alegando que não era funcional. Está dito e está escrito.

Portanto, os constrangimentos estão identificados.

Agora, o que é preciso fazer?

Não vale a pena chorar sobre o leite derramado. Vamos tentar melhorar aquilo que temos. É essa a nossa missão. O Governo tem que fazer isso.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Obviamente que aquela obra estava planeada há alguns anos. Talvez não tenha sido feito o seu *update* a devido tempo. E obviamente que resultou neste constrangimento muito grande.

Deputada Andreia Costa (PS): Foi, em 2020.

O Orador: E era expectável que com a liberalização do espaço aéreo que já tinha havido, naturalmente ia aumentar o volume de carga, portanto, esta questão era absolutamente expectável.

Por isso, o paradigma começa não em 2019, mas em 2008. Ainda nos falta agora requalificar o resto da infraestrutura com o antigo terminal de carga, ou seja, o antigo terminal da Navy que ainda existe nos nossos tempos.

Portanto, é necessário ainda mais obras, Sr. Deputado Carlos Furtado. É necessário ainda corrigir. E vamos fazê-lo. No entanto, há coisas que já não se pode corrigir. Eu não vou mandar o terminal de carga abaixo, não posso nem há necessidade disso. Mas o que for possível corrigir, estamos a corrigir. Algumas questões de arquitetura, como sabe tem que ser com autorização do projetista e do arquiteto. E depois há uma série de pormenores e de burocracias. Mas que a infraestrutura se revelou pequena, que não se revelou capaz de satisfazer as necessidades da Terceira e dos Açores, é um facto inquestionável. Que estamos a tentar melhorar é um facto e vamos fazer aquilo que é possível, inclusivamente melhorando o antigo armazém da Navy que é a agora chamado Aerogare Civil das Lajes – falta pôr lá a placa da certificação civil do aeroporto.

Deputada Andreia Costa (PS): O senhor não vai repetir as coisas todas outra vez!

O Orador: Portanto, isto é o que temos que fazer. Corrigir os erros do passado, porque eles existiram e naturalmente temos que o fazer, na medida do possível. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(* **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós estamos aqui a discutir um Projeto de Resolução do CDS que visa recomendar ao Governo que avalie os possíveis erros no âmbito da construção do terminal de carga da Aerogare Civil das Lajes. Mas há aqui um conjunto de questões que tem vindo a ser referidas, e daí eu ter pedido a palavra, que não me parece correto sejam referidas nesses termos, porque tentam criar a ideia – uma coisa dita muitas vezes, tentam que passe a ser verdade, quando assim não é.

Não é verdade que o novo terminal de cargas da Aerogare Civil das Lajes tenha reduzido em 70% a capacidade de armazenamento de frio.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Leia o relatório.

O Orador: Isso não é verdade!

Eu convido todas as Sras. e Srs. Deputados, eventualmente numa visita liderada pelo Sr. Vice-Presidente do Governo, a irmos todos visitar aquela infraestrutura onde vamos constatar que isso não é verdade. O Sr. Deputado Pedro Pinto pode ir comigo visitar, terei muito gosto em ir consigo visitar o terminal de cargas.

Anteriormente, e se estiver errado o Sr. Vice-Presidente poderá corrigir-me, nós tínhamos 3 contentores de 20 pés na rua, cada um com 33 m³.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Dois, dois.

O Orador: Agora temos 5 câmaras com 34 m³ cada uma. Ou seja, nós antes tínhamos uma capacidade de armazenamento de frio de cerca de 100m³ e agora temos cerca de 170m³.

Portanto, agora com a nova infraestrutura, nós temos uma maior capacidade de armazenamento de frio.

Haverá com certeza, e aliás isso foi referido nas audições, a necessidade de avaliar o funcionamento daquele terminal.

Haverá com certeza a necessidade, no âmbito da gestão daquela infraestrutura, de avaliar se é importante melhorar algumas questões no âmbito do seu funcionamento. Agora, Sr. Vice-Presidente, é abusivo dizer-se que aquela

infraestrutura não responde às necessidades e aos desafios e aos empresários da Ilha Terceira.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): São os empresários que se queixam.

O Orador: Nós não podemos aceitar esse tipo de afirmação. Porque a verdade e a realidade não comprovam isso. Pode ser importante melhorar o seu funcionamento. Pode ser importante introduzir algumas questões no âmbito da sua gestão que tenham que ser obviamente melhoradas. Mas Sr. Vice-Presidente, não é correto dizer-se que a capacidade de armazenamento de frio daquela infraestrutura reduziu em 70%, porque isso sim, na nossa e na minha perspetiva, seria uma matéria grave. Só que não é verdade. Todas as outras questões, como os CTT, eles não estão lá por opção própria, porque já tinham estrutura montada noutra sítio e acharam por bem não ir para lá. Não foi porque acharam que não era funcional ou que funcionava mal. É porque já estavam com estrutura montada noutra sítio. E o Sr. Vice-Presidente sabe muito bem disso.

Os senhores terão a sua visão. Agora, é importante que no âmbito da governação, tentem fazer o melhor para servir, no caso em apreço, os terceirenses e os açorianos.

Não é correto, Sr. Vice-Presidente, e isto estende-se a todos os Membros do Governo, que tentem permanentemente a desmerecer o trabalho do anterior Governo, para nalguns casos desculpar as suas incapacidades e as suas fragilidades.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Aquela infraestrutura é importante. Dá resposta às necessidades do tecido empresarial da Ilha Terceira. Carecerá dalgumas melhorias no âmbito da sua gestão, nós admitimos isso não há nenhum problema, mas dizer, como disse o Sr. Deputado Paulo Gomes, que aquilo é uma desgraça, isso sim é um grande desrespeito por todos empresários e utentes que utilizam aquela infraestrutura.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes.

(*) Deputado Paulo Gomes (PSD): Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, acho que não é correto estar a culpabilizar as opiniões dos parceiros que foram dadas na década passada. Foi dito isso nalguns apartes, que a opinião deles é que contou e que eles é que tiveram a culpa.

Deputado Carlos Silva (PS): Ninguém disse isso.

O Orador: Eu vou ler só três frases das audições da FRUTER: “Na primeira utilização esgotámos o espaço do terminal, ficando carga na rua.

Não havendo capacidade de frio, a carga tem que ser entregue 3 horas antes do voo, não podendo as flores estar muito tempo sem frio.

O histórico era de grande volume de exportação, logo havia informação para se adequar o investimento da obra”.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Ouça Sr. Deputado Berto Messias.

O Orador: Eu vou ter que repetir: a obra é um desastre!

Na nossa opinião, o que aconteceu ali foi uma óbvia falta de atenção ao projeto. Devia ter havido maior atenção, maior conversação com o projeto, porque há ali coisas que são básicas. Qualquer uma pessoa, não é preciso ser arquiteto, para se perceber alguns dos erros e defeitos que ali estavam e que, como disse e bem o Sr. Vice-Presidente, serão difíceis de corrigir. Mas acredito que o atual Governo tudo fará para suprimir essas carências.

Gostaria também de lembrar, e o Sr. Deputado Carlos Furtado disse e bem, não vamos estar a chorar sobre o leite derramado, mas é importante que quem tem responsabilidades assuma isso.

O que aconteceu naquele terminal foi aproveitamentos eleitoralistas...

Deputada Andreia Costa (PS): Isso não é verdade, francamente!

O Orador: ... em que levaram 4 eleições regionais e 4 eleições autárquicas sempre a falar no terminal de cargas. E depois quando é inaugurado, foi o que se viu.

Portanto, cá estamos nós à espera que o Governo Regional realmente cumpra e corrija os erros que estão naquela obra.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Aplausos das bancadas da Coligação e de alguns Membros do Governo

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Berto Messias, V. Exa. não me ouviu desmerecer aqui, nem hoje nem antes, o trabalho do anterior Governo. Nunca ouviu.

Ouviu sim, e foi o que eu disse, é que aquela infraestrutura não serve o desenvolvimento económico da Ilha Terceira e dos Açores. E não sou eu que o digo.

Então se o senhor aumentou a capacidade de frio, porque é que a FRUTER se queixa?!

Porque é que os pescadores se queixam?!

Porque é que toda a gente se queixa que não tem capacidade de frio para exportar as coisas?!

Porquê, Sr. Deputado, Se o senhor aumentou a capacidade?

O senhor tinha 3 contentores velhos, um já não funcionava, estava lá parado, era um monte de sucata que a anterior Direção da Aerogare não resolveu! Informe-se, Sr. Deputado e a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Portanto, estamos a corrigir as questões, sendo que a questão do frio é a mais fácil, porque já adquirimos 2 contentores de 40 pés. Não fui eu que me queixei que ficava à espera com o carro, porque não tinha espaço para passar, enquanto um estava a pesar na balança a meio do trajeto, Sr. Deputado Berto Messias!

Foi o seu Governo, os seus projetistas e a Direção da Aerogare Civil das Lajes, Sr. Deputado!

Foi o seu Governo!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos das bancadas da Coligação e de alguns Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Pensei que o senhor tinha dito que não tinha falado mal do anterior Governo!

O Orador: E agora o senhor está a ouvir aquilo que pediu para ouvir!

Não fui eu que orientei as portas para oeste, que quando vem ventania, leva as portas.

Deputado Berto Messias (PS): Leva as portas cá nada!

O Orador: Já várias vezes.

Quando tiver um dia de ventania, eu vou passar por sua casa e vou levá-lo lá para ver!

E mais: sabe que quando vem o vento, aquele muro não protege nem pessoas, nem bens, nem até a própria infraestrutura.

O senhor sabe disso tão bem ou melhor do que eu, porque o senhor é que foi o dono da obra. Não fui eu. O senhor é que estava aqui, não era eu! E, portanto, o legado é seu!

Mais, Sr. Deputado: para abrir (está-se a estudar essa hipótese) tem que se pôr aquele muro abaixo e há hipótese de se vir para a estrada regional para alargar para poder passar um carro pelo outro.

Os senhores é que fizeram os armazéns das empresas que lá estão antes. Quando o senhor entra, eles estão lá. E disseram logo que não serviam. Foram os primeiros a criticar.

Portanto, o role de críticas não foi meu, nem foi deste Governo a desmerecer o trabalho do anterior Governo. Foram os empresários que lá atuam e foram as empresas de exploração que lá estão. Não foi este Governo.

Quem desmereceu o trabalho do vosso Governo foram os utentes daquela infraestrutura. Todos eles sem exceção.

O Sr. Deputado se quiser também pode ir comigo à Câmara do Comércio, à FRUTER, a esses sítios todos, onde o senhor quiser.

É injusto que o senhor tenha dito que eu tenha aqui desmerecido no vosso Governo.

Quanto à inauguração... pois foi da sorte! Tive que a fazer.

Fiz uma inauguração num dia, passado uma semana estava a levar com as críticas todas. E, portanto, este Governo é que tinha que resolver todos os erros que o senhor deixou! Mas é o meu dever e é o dever deste Governo resolver a situação, independentemente daquilo que herdou. E é isso que estamos a fazer e vamos continuar a fazer, Sr. Deputado!

A crítica é democrática e essa vem – ao menos reconhecer-me-á enquanto Deputado – desde 2008, que a maior e melhor Aerogare Civil das Lajes ia dar no que deu!

Tive razão em 2008. Tenho razão hoje em dia também!

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas da Coligação e de alguns Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Veio o Sr. Deputado Berto Messias relembrar tempos antigos.

Quando o senhor se sentava ali naquela bancada, o que nós tínhamos era sempre um não reconhecimento dos problemas das obras, dos problemas que afetavam a sociedade nos Açores, enfim, dos problemas que os diversos partidos da oposição tinham oportunidade de aqui apresentar.

Deputado Manuel Ramos (PS): Não apoiado!

O Orador: Sempre que apresentávamos estas aspirações ou estas dificuldades e estes problemas por resolver, a resposta era sempre um muro de intransigência de quem não teve a capacidade de perceber as críticas, de as aceitar e recolher outras opiniões.

Bem, eu pensei que tudo tivesse mudado. Mas vejo que o Sr. Deputado Berto Messias continua com a mesma atitude. Continua a não ter em conta aquelas que são as aspirações das populações, aquelas que são as queixas das populações.

Deputado Carlos Silva (PS): Porque é que o senhor não pratica isso no Corvo?!

O Orador: É evidente que V. Exa. vive na Ilha Terceira e sabe perfeitamente que estas queixas são recorrentes. Eu próprio as ouvi por parte dos diferentes

agentes. Ou seja, aquela infraestrutura tem um conjunto de problemas que aqui já foram descritos por parte do Sr. Vice-Presidente.

Portanto, há que ter a humildade nesta nova fase política do Partido Socialista, de reconhecer os problemas, de reconhecer que erramos e que há coisas que precisam ser melhoradas. E V. Exa. continua com essa intransigência de que se considera infalível e o partido que integrou também.

Acho muito bem que o CDS tenha apresentado aqui esta iniciativa, no sentido de ser corrigido aquilo que tem que ser e de se corresponder às expetativas das populações e dos agentes que se têm vindo a queixar das limitações da infraestrutura em causa. E isso é fundamental e é isto que o Governo também tem vindo a fazer, pensar noutra escala. Acreditar nos Açores. Acreditar que conseguimos crescer mais do ponto de vista económico.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Acreditar que os Açores têm futuro, que os setores produtivos também e que é necessário criar as infraestruturas para que essa atividade económica possa crescer e possa ter as condições para se desenvolver.

É isso que nós estamos a fazer. Pensar de forma diferente, pensar a outra escala, a médio e longo prazo.

V. Exas pensavam apenas a curto prazo, pensavam para prazos de 4 anos para ganhar eleições.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: Nós pensamos para o futuro, a médio e longo prazo. E acreditamos nos Açores e no seu potencial.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Lá vem o *bombeiro!*

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votaremos com muito gosto, por sentido de dever e por convicção, favoravelmente esta proposta de Resolução. E fá-lo-emos, porque há coisas que eu acho que precisam de ser esclarecidas e o Sr. Vice-Presidente já mencionou algumas. E eu só posso dizer que concordo em absoluto consigo, nem que seja para proteção e defesa deste Governo que está em funções.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Deste?!

O Orador: Deste Governo que está em funções.

Eu passo a explicar o meu raciocínio.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Faça favor!

O Orador: Há três argumentos que são apresentados por parte dos proponentes e daqueles que apoiam esta iniciativa para fundamentar o seu mérito.

O primeiro é que – não foi dito expressamente, mas é o que passa - esta obra teria sido feita não ligando nada a ninguém. Isso não é verdade e já foi demonstrado que não é verdade.

Segundo que esta foi uma obra feita á pressa. Bom, eu acho que o problema desta obra é exatamente o inverso. O problema desta obra é exatamente o contrário. É ter tido uma data de contratempos que levaram a que ela não fosse feita na altura devida. E, portanto, não foi feita à pressa nem foi feita por causa de *pra frente é que é caminho*, nem nada que se pareça.

O concurso público foi lançado em 2016 – se não me falha a memória.

Deputada Andreia Costa (PS): Exatamente.

O Orador: E em 2015, para tratar desses dois aspetos, foi feito um processo de consulta a diversas entidades que utilizariam aquela infraestrutura, para saber o que é que pensavam daquele projeto.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Então a culpa é deles!

O Orador: Não. A culpa não deles.

Deputada Andreia Costa (PS): Ninguém está a dizer isso.

O Orador: E há registo, obviamente, dessas pronúncias. E houve inclusive alterações que foram feitas ao projeto na sequência desse processo de audições. Recordo-me, por exemplo, à capacidade do raio-x, em que foi feita uma alteração ao que estava inicialmente previsto, exatamente na sequência – salvo erro – da audição da FRUTER.

Deputada Andreia Costa (PS): Foi sim senhor.

O Orador: E quando eu digo que até é para defesa e proteção deste Governo, não em relação a esta obra. Este Governo inaugurou a obra que já vem detrás.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É verdade!

O Orador: Mas é importante saber como é que nós chegámos a uma situação em que entidades que no momento da apresentação dum projeto, dizem “muito bem, vamos avançar” e depois já não é assim.

Eu acho que é para defesa deste Governo, mas não é pelo facto de ser este em concreto. É de **um Governo** desta Região. E, portanto, acho que num processo de consulta, podem ter mudado os dirigentes – também pode acontecer isso; pode ter havido um aumento exponencial de carga – não é o caso. Eu até julgava que pudesse ser isso. Mas vendo os dados do Serviço Regional de Estatística, o nível de carga expedida e carga importada, o nível de correio por via aérea, é sensivelmente o mesmo, logo o problema não é esse; este não é um *bom problema* – digamos assim; seria um *bom problema* se a razão fosse essa. Mas obviamente que é necessário esclarecer o que é que aconteceu aqui. Se

efetivamente, conforme o Sr. Deputado Berto Messias já salientou, não há uma redução da capacidade de frio – não há;

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Há!

O Orador: se há um edifício de raiz construído para esse propósito, bom, não pode ser um *inferno na Terra*. Por isso, nós precisamos de ver o que é que aconteceu.

Não se pode dizer que o projetista não conhecesse a realidade local.

Deputada Andreia Costa (PS): Também não.

O Orador: O projetista de onde é?

É da Ilha Terceira.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O senhor é que o contratou!

O Orador: Portanto, há aqui um conjunto de coisas que naturalmente nos interessa também a nós esclarecer. E quando eu digo que é para proteção e defesa do Governo, não me refiro em concreto a esta obra e a este Governo. Refiro-me a este tipo de processos de consultas em que no período em que ela é feita, há coisas que não se dizem ou diz-se que estão bem e que depois diz-se que estão mal.

Eu estou a falar desta forma tendo alguns indicadores e t alguns dados, recordo-me naturalmente de algumas coisas, por isso é que votámos a favor desta proposta e por isso é que acho que é preciso perceber o que é que aconteceu.

Houve erros de projeto? Se houve erros de projeto, acho que deve ser acionada a responsabilidade. Não sei se a obra já teve receção definitiva ou não.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Ainda não tem!

O Orador: Fizeram bem em não rececionar definitivamente a obra.

O que é que aconteceu?

Mas isso é completamente diferente de dizer “os senhores fizeram a obra à pressa. Os senhores fizeram uma obra em que não ouviram ninguém. E os

senhores fizeram uma obra que, no fundo, reduz a capacidade de frio”, tal como invocou o Sr. Deputado Paulo Gomes. Porque obviamente não é nem foi este o caso.

Se, neste momento, há este tipo de reação em relação à obra, eu acho muito bem a Proposta de Resolução apresentada pelo CDS. Tenho pena até que ela tenha levado tanto tempo. Mas acho muito bem, porque nós precisamos saber primeiro se houve alguma falha, ou se são apenas diferenças de entendimento.

Se houve alguma falha, onde é que ela esteve e como é que ela aconteceu. Porquê?

Não tem a ver com este Governo. Tem a ver com a defesa do Governo, da Região enquanto entidade pública e que afeta recursos. Mas isso é uma coisa com a qual nós estamos inteiramente de acordo.

O que não acontece é a imagem que se quis passar, porque efetivamente isso não aconteceu.

Foram ouvidos parceiros. O processo levou mais tempo do que o devia ter levado. A obra teve duas prorrogações, uma das quais se deveu à questão do Covid e tudo mais. Tudo isso é justificado. E não há efetivamente piores condições do ponto de vista de capacidade, do que havia.

Portanto, nós achamos muito bem que se esclareça, que se estude e analise onde é que está o problema. Mas isso é completamente diferente da imagem que se quis passar para justificar uma Proposta de Resolução que, por si mesma, já tem esse mérito. Mesmo que o anterior Governo tenha feito tudo de bom, tudo corretamente, essa iniciativa tem este mérito de averiguar por que razão é que nós temos, neste momento, uma reação em relação àquela obra, quando o processo foi aquele, ou seja, quando o processo de audição e auscultação foi o que foi. E, portanto, nós votamos favoravelmente esta Proposta de Resolução.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(O Deputado Berto Messias dá a indicação de que prescinde da palavra)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, muito obrigado pela sua intervenção.

De facto, isto é para proteção não é deste Governo ou do seu Governo, mas sim para proteção da Região e, sobretudo, das instituições.

Deputada Andreia Costa (PS): Exatamente.

O Orador: Mas há factos:

A obra foi, como o Sr. Deputado sabe, provisoriamente aceite (teve de ser), ainda falta a receção definitiva – fica esta informação.

Há coisas foi possível corrigir e que estamos a corrigir. Há coisas outras que eu não posso responder, porque não sou técnico, e não sei se é possível ou não corrigir.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas eu também não lhe estou a perguntar isso.

O Orador: Por isso, e concordo com V. Exa, a utilidade desta resolução, para podermos ver se efetivamente é possível alargar aquele acesso ao terminal de carga; para podermos ver se é possível pôr alguma proteção naquelas portas; se podemos pôr alguma pala que proteja as pessoas da chuva e do vento, quando estão a descarregar a mercadoria.

Conseguimos mudar o raio-x, já fizemos um melhoramento.

Conseguimos para o lado que não tinha, isto é, já fizemos um melhoramento de segurança e proteção de pessoas e bens.

O que foi possível fazer, estamos a fazer exatamente para dignificar a instituição que se chama Governo, seja ele qual for. E sabe que a minha postura, já me conhece há muitos anos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas eu não disse o contrário.

O Orador: Mas, vou-lhe dizer uma coisa, Sr. Deputado, se permite: a Sra. Deputada Andreia Cardoso há bocado falou de 3 contentores, é certo. A Aerogare Civil das Lajes tinha na sua posse 3 contentores.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ah tinha 3 contentores!

O Orador: Espere.

Se me permitem, eu vou esclarecer a capacidade de frio.

Como sabe a Sra. Deputada, a capacidade de frio da velha aerogare e dos velhos contentores era de 252m³.

Deputada Andreia Costa: Acho que não.

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade!

O Orador: O Sr. Deputado Berto Messias poderá ir ver comigo.

Deputado Berto Messias (PS): Eram 3 contentores de 20 pés!

O Orador: Eu estou a falar em metros cúbicos enfim.

Os novos contentores têm 28m³, Sra. Deputada.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não senhor.

O Orador: Ó Sr. Deputado Vasco Cordeiro, há aqui uma questão: estas são as informações técnicas que me deram. Ou seja, a Direção da Aerogare Civil das Lajes e a SATA deram estas informações.

Como sabe, quem gere os contentores de frio é a SATA.

Deputada Andreia Costa (PS): Será que são os mesmos? Se calhar não são.

O Orador: E, portanto, dizem que cada contentor (novos) dos 5 que lá estão, tem 28m³. Ou seja, temos uma diminuição de 112 m³. É esta a matemática que me deram.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas acho que deve esclarecer!

O Orador: Mas isso vai-se esclarecer.

A informação é esta. Se esta informação é errada, então aí vai ter que haver responsabilidades.

Deputado Berto Messias (PS): é, é! Deram informação de contentores de 40 pés, e são de 20 pés!

O Orador: Ó Sr. Deputado Berto Messias, eu estou a falar em metros cúbicos.

Deputado Berto Messias (PS): Está a falar em metros cúbicos! E deram-lhe a informação de contentores de 40 pés e os que estão lá são de 20 pés!

O Orador: Ó senhor, a informação que tenho é da Direção da Aerogare que já vem de trás. Não fui eu que a dei. A Direção tinha estes números no processo. Não fui eu que os dei. Já lá estão. Mas a gente pode ir lá ver, Sr. Deputado. Mas isso talvez seja o problema menor, porque esse está resolvido.

Agora questão da balança que está no meio da estrada não sei como é que resolve.

Deputado Berto Messias (PS): “Meio da estrada”?! Lá está.

O Sr. Vice-Presidente. não resiste!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É preciso esclarecer. Vamos esclarecer.

O Orador: Ó Sr. Deputado, sabe o que é que eu lhe estou a dizer!

Tem o terminal de carga e em frente há o acesso ao terminal de carga. E a balança está no meio desse acesso. Ou seja, quando se está a pesar um carro, não passa outro. E isso não sei se é possível corrigir, isto é, não sei se é possível alargar para passar outro carro. E daí a utilidade. Ou seja, há coisas que foram mal planeadas. Há coisas que não sei se é possível corrigir. Agora que nós vamos fazer tudo para corrigir e melhorar, ah isso vamos!

Para proteção deste Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, (este Governo) não foi o dono da obra, não projetou a obra. E eu não duvido, aliás nunca duvidei, disse-o na minha primeira intervenção, que o Governo anterior tenha ouvido as associações e os clientes daquela infraestrutura. No entanto, o que é estranho é que os clientes da mesma, todos eles, digam agora o contrário do que disseram em 2015 e 2016.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Por isso é que é preciso esclarecer.

O Orador: Isso é que é estranho, Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Aí concordará comigo que há aqui qualquer coisa que não faz sentido. Uma coisa é certa: que todos eles que se queixam, é um facto.

Não fui eu nem este Governo – a Sra. Deputada Andreia Cardoso estava na inauguração – que teci qualquer crítica àquela infraestrutura. Foram os utentes e os utilizadores daquela infraestrutura.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Acho que se deve esclarecer.

O Orador: Nesta parte estamos esclarecidos e não há dúvidas sobre essa matéria.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Serei breve, porque julgo que já está tudo mais ou menos dito, mas uso da palavra para fazer uma citação:

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): *A maior e a melhor aerogare dos Açores!*

O Orador: Início de citação: “O terminal de cargas das Lajes, um investimento de mais de 4 milhões de euros, é uma infraestrutura que complementa a Aerogare Civil, constituindo-se não só como um instrumento fulcral para a reprodução de riqueza na ilha e na Região, como também fortalece e dinamiza o mercado interno que é uma das premissas fundamentais do tão almejado desenvolvimento harmonioso das nossas ilhas” – fim de citação.

Estou a citar o Sr. Vice-Presidente na cerimónia de inauguração presidida...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Sei isso de cor.

O Orador: ... por V. Exa. do terminal de cargas.

O Sr. Vice-Presidente é um homem experiente, é um político experimentado, dos que está no ativo na nossa Região há mais tempo e, portanto, jamais faria uma afirmação destas se não tivesse a certeza daquilo que estava a dizer.

(Risos dos Deputados Nuno Barata e António Lima)

E, portanto, quando o senhor recebeu o briefing ou memorando que o seu Gabinete naturalmente lhe entregou para esta inauguração, obviamente que se quis certificar que de facto era assim, senão jamais faria este tipo de afirmações em público senão tivesse essa garantia.

Uso esta citação para quê, Sr. Vice-Presidente e para tentar rematar este debate, se me permite?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Os bodos são só ao domingo!

O Orador: A verdade é que aquela infraestrutura importante, com grandes virtudes, concordando, por isso, com as suas afirmações na cerimónia de inauguração. Haverá com certeza questões que têm que ser corrigidas no âmbito da sua gestão, obviamente que sim.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não é uma questão de gestão.

O Orador: E o Sr. Vice-Presidente já teve aqui a humildade de afirmar isso. Agora não pode ficar a perceção ou a imagem que alguns intervenientes neste debate quiseram fazer passar, sobre aquela infraestrutura ser uma desgraça ou não responder minimamente às necessidades dos nossos empresários.

Portanto, o Grupo Parlamentar do PS votará a favor desta Resolução em naturalmente a breve trecho, visitar *in loco* o terminal de cargas. Esperamos que possamos ser acompanhados pelo Sr. Vice-Presidente para que vejamos também *in loco* as alterações e correções que foram feitas no âmbito da gestão daquela infraestrutura.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Alerto-o de que tem muito pouco tempo.

(* Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não contaria intervir novamente, depois de ter respondido ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Mas gostaria de dizer que sim, essa afirmação é minha e prova a minha boa-fé e o meu não desmerecimento pela obra do seu Governo.

Portanto, Sr. Deputado...vai da sorte! Saiu-lhe esta!

Deputada Andreia Costa (PS): Uma grande sorte!

O Orador: Imagine!

Quanto ao mais, Sr. Deputado...

Presidente: Agradecia que terminasse Sr. Vice-Presidente.

O Orador: O que lhe falta a si é exatamente como terminou, é a humildade de reconhecer que aquela obra não foi aquela que o seu Governo e os senhores queriam para a Terceira, porque ela tem defeitos estruturais. Não é de gestão.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: São defeitos estruturais que eu não sei se é possível corrigir atualmente.

Esse é que é o problema. E sobre ele o Sr. Deputado tinha que ter tido a humildade de dizer “sim senhor, o caminho é estreito, não tinha luz no exterior, etc. etc.”. Defeitos estruturais e físicos, Sr. Deputado. E quanto a esses, eu não vou pôr a obra abaixo, não vou pôr muros abaixo nem vou desfazê-la. Olhe, é que temos. Vai da sorte, Sr. Deputado!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é que é uma demonstração clara de humildade democrática!

Presidente: Muito obrigado Sr. Vice-Presidente.

O Governo esgotou o seu tempo para o debate deste diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu quero aqui registar a posição do Sr. Deputado Vasco Cordeiro sobre esta matéria. Parece-me uma posição sensata, sinceramente. É uma posição que reconhece que há insatisfação por parte dos diversos agentes que utilizam aquela infraestrutura. Faz o reconhecimento de que existe insatisfação.

Aliás, um dos erros pode ser aquilo que eles disseram no âmbito da Comissão e que consta do relatório. É que tendo sido chamados no início, depois não acompanharam a obra e a forma como ela evoluiu. Isso foi o que eles referenciaram na Comissão. Tendo em conta as alterações que, entretanto, foram efetuadas, o tempo que decorreu, talvez fosse boa ideia (e seja uma boa ideia para o futuro) não apenas chamá-los no início, mas chamá-los ao longo de todo o processo. Esta é uma alteração importante.

Quero registar que essa é uma atitude, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, diferente daquela que estava a ocorrer antes de V. Exa. tomar a palavra e fazer a sua intervenção.

Foi uma intervenção muito menos conflituosa e que reconheceu falhas, bem como a capacidade que temos que ter para dialogar permanentemente com as pessoas e verificar o que é que está a correr mal.

O Sr. Vice-Presidente fez a sua intervenção exatamente nesse sentido. Ou seja, a sua intervenção que responde à necessidade e o sentido da intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional nessa matéria, isto é, de reconhecer que existem um conjunto de dificuldades, mas que o Governo está empenhado em encontrar respostas.

Foi isso que o Sr. Vice-Presidente fez e foi isso que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro fez. Mas não foi isso que fizeram outros Deputados.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É mais forte do que o senhor! Bem que tenta, mas não consegue se conter.

Ainda bem que V. Exa participou neste debate com essa atitude.

O Orador: E ainda bem que tomou essa atitude.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos então votar o Projeto de Resolução nº 55/12 – Terminal de Cargas da Aerogare Civil das Lajes.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução nº 55/XII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos para o ponto 6 da nossa Agenda.

Relativamente a este ponto, o proponente deu entrada uma substituição integral do Projeto de Resolução e, simultaneamente, dum requerimento para baixa à Comissão, para nova apreciação, ao abrigo do Artº 134º do nosso Regimento.

Tendo rececionado o requerimento, vou colocá-lo à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O requerimento colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: A iniciativa baixará à Comissão para nova reapreciação.

O ponto 7 da nossa Agenda - “1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022”.

Como é habitual este Orçamento foi elaborado pelos serviços da Assembleia, sob a coordenação do Conselho Administrativo. Mereceu parecer favorável da Mesa e também foi apreciado pela Comissão competente – A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Pergunto se há inscrições relativamente a esta matéria?

Parecendo não haver, vamos passar à votação desta Proposta de Resolução n.º 6/XII - “1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução n.º 6/XII colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Avançamos para o ponto 8 da nossa Agenda, a Petição n.º 18/XI - “Défice de assistentes operacionais na Escola EB1/JI de Matriz e a inerente necessidade de uma revisão urgente da legislação regional que regulamenta a afetação dos recursos humanos às escolas”, tendo como primeiro subscritor Basílio Aires Raposo Ferreira.

Vamos começar pela apresentação do respetivo relatório.

Dou a palavra à Sra. Deputada Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER

Petição n.º 18/XII

“Défice de assistentes operacionais na Escola EB1/JI de Matriz e a inerente necessidade de uma revisão urgente da legislação regional que regulamenta a afetação dos recursos humanos às escolas”

14 DE ABRIL DE 2022

INTRODUÇÃO

A 9 de dezembro de 2021, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 18/XII, intitulada “Défice de assistentes operacionais na Escola EB1/JI de Matriz e a inerente necessidade de uma revisão urgente da legislação regional que regulamenta a afetação dos recursos humanos às escolas”, cujo primeiro peticionário é o cidadão Basílio Ferreira. Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores. Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes, as matérias relativas a “*educação*”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia

Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

OBJETO DA PETIÇÃO

O primeiro peticionário refere, em sede de exposição de motivos, que “Na sequência do início do ano escolar 2021-2022 na Escola EB1/JI de Matriz em Ponta Delgada, São Miguel, agrupamento escolar da EB2 Roberto Ivens, fomos, enquanto pais e encarregados de educação, confrontados com o défice de assistentes operacionais permanentes na escola e com a ausência de previsibilidade de resolução desta situação.

Reconhecendo os demais esforços, encetados pela escola, no sentido de responder às necessidades de recursos humanos, embora sem resultado aquando do regresso às aulas, não podemos ficar indiferentes ao perigo que esta circunstância acarreta, colocando em causa a segurança de todos os alunos da escola, e em permanente situação de sobrecarga o corpo docente e não docente.

Não podemos ficar indiferentes ao facto de existirem 209 alunos, desde o pré-escolar ao 4º ano, e apenas três assistentes operacionais efetivos ao serviço. Sabemos que, parte dos assistentes operacionais efetivos, e afetos à Escola EB1/JI de Matriz em Ponta Delgada, se encontram de atestado médico e a dificuldade que a sua substituição acarreta ao agrupamento escolar da EB2 Robertos Ivens. No entanto, não podemos simplesmente aguardar que estes se apresentem ao serviço, ou esperar que termine o processo de seleção para contratação, o qual, por imposição legal, é extremamente moroso. Esta situação exige uma atuação urgente, por parte do órgão executivo, na gestão e divisão dos recursos humanos que o agrupamento de escolas da EB2 Roberto Ivens dispõe, enquanto se aguarda pelas soluções acima referidas, dando assim cumprimento ao disposto do artigo 36.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2013/A.

Neste momento, a Escola EBI1/JI de Matriz tem um rácio, de cerca de 70 alunos por cada assistente, o que nem sequer cumpre com o disposto na arcaica, obsoleta e completamente desajustada alínea a) do n.º 2, do artigo 40.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2007/A, datado de 13 de julho, que dispõe que na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico, deve existir um trabalhador por cada 50 alunos ou fração.

A título exemplificativo questiona-se, como é possível conceber que na educação do pré-escolar seja suficiente, e adequada, a presença de apenas 1 assistente operacional para responder às necessidades de 50 crianças (quando algumas destas nem sequer completaram 3 anos de idade)? Para quem sabe, realmente, o que significa ser pai ou mãe - efetivos cuidadores dos seus filhos -, será suficiente imaginar a vivência diária de um agregado composto pelos pais e os seus hipotéticos 50 filhos, todos eles em idade pré-escolar, para compreender que nunca será humanamente possível, a 1 assistente operacional, assegurar a necessária segurança, supervisão e higiene, a 50 crianças em simultâneo!

Paralelamente, atente-se também no enquadramento normativo vigente a nível nacional, através da Portaria 272-A/2017, de 13 de setembro, cuja última alteração introduzida pela Portaria n.º 73-A/2021, de 30 de março, determina no seu artigo 7.º que o rácio é de 1 assistente operacional, por cada sala de pré-escolar e 1 assistente operacional por cada 15-30 alunos (que podem ser acrescidos conforme as especificidades definidas na lei). Esse facto, por si só, demonstra a extrema urgência de que se reveste a alteração da legislação regional vigente, no que respeita aos rácios do pessoal não docente, pois esta assenta apenas em critérios reducionistas (número de alunos por escola e nível de ensino).

Acresce que não se pode, sistematicamente, resolver um problema estrutural, como este, através do recurso a colocação de trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais. Estamos perante necessidades permanentes da Escola

que devem ser colmatadas, com recursos humanos integrados no respetivo quadro de pessoal.

Não podemos ainda deixar de manifestar a nossa imensa preocupação face aos riscos iminentes a que os nossos educandos ficam sujeitos, por haver falta de supervisão e pela ausência de capacidade para manter a devida manutenção e organização da escola.

Num ensino que se quer de referência, não podemos permitir, enquanto responsáveis por estas crianças, que não sejam atendidos os princípios básicos de segurança, supervisão e higiene dos nossos educandos. O Sucesso não se faz apenas pedagogicamente, mas em sintonia com todo o espaço escolar. Reconhecemos que o facto de existirem funcionários em situação de pré-reforma, possa imprimir mais alguma morosidade à sua substituição, mas não podemos aceitar que esta situação se prolongue no tempo.

Por isso, questionamos V. Exa. sobre as respostas que estão a ser agilizadas para resolver esta questão e manifestamos a nossa disponibilidade para reunir com V. Exa para que possamos, em conjunto, pensar em soluções para o exposto”.

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

A Comissão de Assuntos Sociais deliberou proceder à audição do primeiro peticionário, o cidadão Basílio Ferreira, do Conselho Executivo da EBI Roberto Ivens, bem como da Secretária Regional da Educação, que decorreram no dia 4 de abril de 2022, pelas 9h30, 10h30 e 16h00, respetivamente.

- **Audição do primeiro peticionário, o cidadão Basílio Ferreira:**

A iniciar a sua intervenção, o Sr. Basílio Ferreira explicou que a petição surgiu devido ao alerta que os docentes deram aos pais, em reunião de encarregados de educação no início do ano letivo, sobre a falta de assistentes operacionais na escola. O primeiro subscritor da petição referiu que esta não é uma situação nova, aliás tem sido verificada ano após ano, mas que se agravou pelo facto de

haver funcionários de baixa médica. O peticionário deu nota que a escola recebeu crianças que ainda não tinham completado os três anos de idade e houve dias em que estavam ao serviço somente três assistentes operacionais, número manifestamente insuficiente para dar o apoio necessário aos alunos e docentes. Acresce ao descrito que muitas necessidades permanentes são colmatadas por funcionários ao abrigo de programas ocupacionais, que nem sempre têm o perfil adequado e cessam as suas funções em alturas em que as aulas ainda estão a decorrer, causando constrangimentos no funcionamento das escolas. Por tal, os peticionários defendem um mecanismo de emergência, para entrada rápida de funcionários quando necessários. Pedem, ainda, que a legislação relativa ao Estatuto do Pessoal Não Docente do Sistema de Educativo Regional seja alterada rapidamente, de modo a atualizar os rácios e integrar mais funcionários na administração pública regional, tendo em conta outros aspetos que não somente o número de alunos e níveis de ensino. Lamentou que o processo não seja agilizado e compreendido pela tutela, que, ao longo dos anos, teve uma ação de bloqueio em vez de facilitador neste processo.

Aberta a primeira ronda de questões, pediu a palavra do deputado Rodolfo Franca (PS) que perguntou se a questão da falta de assistentes operacionais decorria da distribuição inadequada dos recursos humanos pelas escolas que compõem a unidade orgânica ou se o problema derivava da falta de resposta por parte da tutela.

Em réplica, o Sr. Basílio Ferreira referiu que, embora os peticionários não tenham procurado obter a informação diretamente através do órgão de gestão da unidade orgânica, receberam informações por parte da comissão de pais e da própria coordenação da escola. As mesmas davam conta que o Conselho Executivo alegava não ter recursos humanos suficientes para alocar às escolas e que as necessidades reais acabavam por ser colmatadas por funcionários ao abrigo de programas ocupacionais.

Seguidamente, interveio a deputada Délia Melo (PSD) que questionou o peticionário sobre a razão de só agora ser apresentada a petição, se este é um problema que persiste, tendo sido esclarecida que só este ano é que teve conta da real dimensão do problema, acrescentando que os pais foram alertados para o défice de assistentes operacionais pelos próprios professores.

A deputada social-democrata perguntou, ainda, se havia sido registada alguma melhoria desde a apresentação da petição até ao presente, ao que foi informada que o número de assistentes operacionais passou para o dobro, ou seja, de 3 para 6. Para além disso, o peticionário deu nota que tinham entrado dois funcionários de programas ocupacionais para darem apoio, não estando, porém, sempre presentes por terem de responder a outras necessidades imediatas e urgentes que por vezes surgem noutras escolas pertencentes da unidade orgânica. Considerou, no entanto, que os números são ainda insuficientes e que a Região deveria seguir o que estabelece a legislação nacional acerca desta matéria, alegando que a regional não atenta a qualquer critério de especificidade.

Na segunda ronda, a deputada Alexandra Manes (BE) perguntou se a entrada de crianças sem terem completado os três anos de idade poderá ter agudizado o problema.

Para o peticionário, este fator faz com que haja alunos menos dependentes o que conseqüentemente implica um maior apoio a ser dispensado aos mesmos.

A deputada bloquista quis saber se os encarregados de educação preferiam que as situações de falta de assistentes operacionais fossem resolvidas com recurso a contratação ou se aceitavam que se continuasse a recorrer a programas ocupacionais. O peticionário Basílio Ferreira referiu que o ideal seria acabar com os programas ocupacionais, integrando em quadro funcionários em número suficiente para dar resposta às reais necessidades das escolas.

O deputado Rodolfo Franca (PS) perguntou ao primeiro subscritor se a Direção Regional da Educação tinha respondido às questões colocadas pelos pais e encarregados de educação na petição, tendo o mesmo sido esclarecido que inicialmente o propósito era que a carta fosse enviada para a Direção Regional da Educação, mas acabou por não acontecer, tendo os pais decidido passar a missiva a uma petição. Acrescentou que, após ter sido entregue a petição, houve lugar à contratação de mais dois funcionários e a alocação de outros dois ao abrigo de programas ocupacionais.

Interveio, de seguida, o deputado Rui Espínola (PSD) que deu nota que os rácios alegados pelo peticionário, cerca de 50 alunos para um funcionário, não correspondiam à realidade. Sem ter em conta critérios específicos, se olhássemos para o número de alunos e de assistentes operacionais em quadro na região, estávamos perante uma média de 23 alunos por funcionário. Feita esta observação, perguntou ao peticionário qual tinha sido a recetividade do Conselho Executivo na resolução imediata do problema, quando confrontada pelos peticionários.

A resposta foi de que não tinha havido contacto com o Conselho Executivo, pelo que não recebeu qualquer resposta objetiva deste órgão de gestão.

Na terceira e última ronda, o deputado Rodolfo Franca (PS) questionou se a comunidade escolar da EBI1/JI de Matriz se encontrava satisfeita, uma vez que foram atendidas as suas solicitações, tendo passado para o dobro o número de assistentes operacionais afetos àquela escola.

Já a deputada Délia Melo (PSD) lembrou que a legislação em vigor na região foi alvo de debate e foram introduzidas alterações nos critérios de definição dos rácios de pessoal não docente nas escolas, uma posição defendida por todos os partidos à exceção do Partido Socialista. Deu nota, ainda, que o documento carecia de revisão e que tinha ficado o compromisso da tutela em realizar este trabalho. Perguntou, nesta sequência, se o peticionário tinha conhecimento dos

critérios, dado que vão muito para além do número e nível de ensino dos alunos.

Em réplica, o primeiro subscritor deu nota positiva ao aumento do número de assistentes operacionais afetos à escola, mas disse ser ainda um número insuficiente. Quanto à questão da revisão da legislação, o mesmo admitiu que não conhecia os critérios, embora tenha a consciência que algo estava a ser feito para melhorar o documento.

- **Audição do Conselho Executivo da EBI Roberto Ivens:**

A presidente do Conselho Executivo, Dr.^a Adelaide Gomes, começou por referir que a unidade orgânica é composta pela EBI Roberto Ivens e seis escolas de primeiro ciclo e que a situação reportada na petição – défice de assistentes operacionais – é transversal a todas elas. Deu nota que, de momento, existem 71 funcionários, sendo 28 afetos a programas ocupacionais e 53 do quadro, 11 dos quais se encontram de atestado médico. Nos últimos dois anos, reformaram-se oito funcionários e seis entraram para o quadro. De momento encontram-se a decorrer cinco projetos que ocupam vinte e sete funcionários de programas ocupacionais que em breve irão terminar as suas funções.

Aberta a primeira ronda, a deputada Alexandra Manes (BE) perguntou se a entrada de crianças com menos de três anos de idade agudizou o problema da falta de assistentes operacionais, dado os alunos serem menos autónomos, ou se este era um problema crónico. A mesma foi esclarecida que se trata de uma situação que se verifica ano após ano, dando nota que se debate com esta questão desde que assumiu funções no Conselho Executivo, há seis anos. Acrescentou que, apesar do referido, nunca houve situações em que a falta de acompanhamento de um adulto tenha colocado em causa a segurança das crianças.

Seguidamente, usou da palavra o deputado Rodolfo Franca (PS) que questionou a Dr.^a Adelaide Gomes qual a leitura que o órgão de gestão da escola fazia em

relação a esta petição, tendo a mesma referido que foi com alguma surpresa que tomou conhecimento da petição, dado que os peticionários nunca se dirigiram ao Conselho Executivo para obter quaisquer esclarecimentos sobre a matéria. Explicou que se tal fosse feito, haveria lugar para o diálogo e, mesmo não estando na posse de instrumentos para a resolução imediata do problema, poderia ser dada a informação acerca das diligências já efetuadas e a forma como gerem os recursos humanos na escola, evitando-se, assim, a crítica ao Conselho Executivo na gestão que este faz do pessoal não docente. Numa visão holística, os recursos são geridos de acordo com as necessidades mais prementes e, por vezes, há decisões que têm de ser tomadas diariamente, em conformidade com os imprevistos que surgem.

Por último, a deputada Délia Melo (PSD) indagou a presidente do Conselho Executivo acerca das respostas da tutela às solicitações feitas pela escola, ao que foi informada que houve uma alteração na forma de abordagem deste assunto por parte da Secretaria Regional competente na matéria. No passado, recebiam sempre a resposta que a escola tinha mais assistentes operacionais do que a lei previa, mas com a atual tutela houve uma maior abertura para analisar a situação e rever as necessidades. Sublinhou que, nos últimos anos, têm sido poucos os assistentes operacionais a entrarem para o quadro, exceção ao que aconteceu no passado recente, já no Governo de coligação, em que efetivaram seis assistentes operacionais, devido, também, à questão de ter havido um maior número a reformar-se.

Aberta a segunda ronda, o deputado Rodolfo Franca (PS) quis saber qual a interpretação do Conselho Executivo no que toca às questões em torno da apresentação de uma iniciativa do Bloco de Esquerda acerca da alteração de critérios para a definição de rácios e o que poderia ser alterado na legislação. Face às perguntas colocadas, foi esclarecido que, embora não conheça em pormenor o teor do debate, o órgão de gestão da EBI Roberto Ivens tem

esperança que haja melhorias neste campo e o facto de já se ter iniciado uma conversação em torno deste tema revela uma consciencialização do problema.

Seguidamente, usou da palavra o deputado Rui Espínola (PSD) que questionou a presidente do Conselho Executivo qual a resposta recebida pela tutela acerca da situação descrita na petição, ao que foi informado que obteve a informação que está para breve a abertura de um novo procedimento concursal, com um número considerável de vagas. Para além disso, anualmente, a Secretaria Regional da Educação pede às escolas o mapa das necessidades, ao nível de recursos humanos, e, neste momento, as necessidades apresentadas pela escola aguardam autorização da Secretaria Regional das Finanças.

Na última ronda, inscreveu-se o deputado Rodolfo Franca (PS) para perguntar o modo como fez o pedido de recursos humanos necessários, isto é, se houve uma aproximação, esclarecimentos e garantias por parte da Secretaria Regional da Educação. O mesmo foi informado que o pedido foi feito em outubro de 2021 e que em conversa telefónica com a tutela foi esclarecida que em breve haveria lugar à abertura de um novo procedimento concursal.

A deputada Délia Melo (PSD) questionou se se tinha concretizado o que foi tornado público em setembro de 2021, isto é, a retoma de “um procedimento concursal para contratar mais seis assistentes operacionais” e a “autorização para recrutar mais dez ao abrigo do programa CTTS”, tendo obtido uma resposta afirmativa. A terminar, a deputada deixou uma nota em relação à evolução do pessoal não docente na unidade orgânica EB2 da Roberto Ivens, informando que em 2019/2020 tinham cerca de 56 funcionários e em 2021/2022 totalizam os 80 funcionários, isto é, um reforço de 24 funcionários. Sobre esta questão, a presidente do Conselho Executivo confirmou o aumento, mas lembrou que há onze funcionários de baixa, portanto, na realidade, têm 71 funcionários (de programas ocupacionais e a contrato por tempo indeterminado) ao serviço.

- **Audição da Secretária Regional da Educação:**

A Secretária Regional Sofia Ribeiro começou por referir que a situação descrita na EBI1/JI Matriz é a mesma que decorre em muitas outras escolas da Região. Este défice de assistentes operacionais e técnicos já foi reportado à tutela. Face ao problema, o Governo Regional tem trabalhado no sentido de consolidar a situação laboral dos trabalhadores que estavam em modo precário, bem como contratar novos trabalhadores – assistentes operacionais, técnicos e técnicos superiores.

Desde que esta situação concreta foi reportada à tutela, houve a estabilização na sequência da regularização da situação laboral dos trabalhadores da administração pública regional e que ditou a integração de seis trabalhadores no quadro. Para além disso, abriu-se um processo concursal para mais seis trabalhadores. Houve, portanto, a alocação de doze funcionários a contrato indeterminado à Unidade Orgânica da EBI2 Roberto Ivens após a situação de défice de assistentes operacionais ter sido reportada à tutela. Acrescentou, por fim, que, ainda que não seja a situação ideal, é mais confortável relativamente ao início do ano letivo.

A Secretária Regional Sofia Ribeiro asseverou que o Governo Regional tem vindo a acompanhar este processo, que o mesmo tem sido debatido e defendido na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e nas reuniões negociais levadas a cabo com as associações sindicais representativas do pessoal não docente.

Aberta a primeira ronda, a deputada Délia Melo (PSD) perguntou à governante quantos funcionários viram a sua situação laboral regularizada no período de vigência do XIII Governo Regional e quais têm sido as respostas dadas pela tutela às solicitações de igual teor por parte das escolas. A mesma foi esclarecida que a regularização, na área da educação, e por via da norma contemplada no decreto orçamental de 2020, foi de sensivelmente 200

trabalhadores. Não obstante o exposto, o Governo Regional continua a fazer esta integração por via de procedimento concursal. Está a ser feito um estudo do reforço da condição em quadro, para a afetação do pessoal não docente em número considerável no próximo ano letivo, mas este é um processo que está em curso e em verificação no todo da revisão do quadro da administração pública regional para o ano 2022.

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por um grupo de 302 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento;
2. O défice de assistentes operacionais é um problema que persiste há vários anos e não é exclusivo da Escola EBI1/JI de Matriz. A unidade orgânica é composta pela EBI Roberto Ivens e seis escolas de primeiro ciclo e a situação reportada na petição é transversal a todas elas;
3. De acordo com o Conselho Executivo da EBI Roberto Ivens, houve uma alteração na forma de abordagem deste assunto por parte da Secretaria Regional competente na matéria. No passado, recebia sempre a resposta que a escola tinha mais assistentes operacionais do que a lei previa, mas com a atual tutela houve uma maior abertura para analisar a situação e rever as necessidades;
4. Não houve diálogo entre os peticionários e o Conselho Executivo da unidade orgânica, o que causou alguma estranheza e surpresa a este órgão de gestão, uma vez que tomou conhecimento de uma petição sem antes ter sido contactada para esclarecimentos. A presidente do Conselho Executivo explicou que, se tal fosse feito, os pais e encarregados de educação poderiam ter sido informados

acerca das diligências já efetuadas, o ponto de situação e a forma como a escola gere os seus recursos humanos;

5. A Secretária Regional da Educação declarou que o Governo Regional da coligação tem trabalhado no sentido de consolidar a situação laboral dos trabalhadores que estavam em modo precário, bem como contratar novos trabalhadores – assistentes operacionais, técnicos e técnicos superiores – dado que muitas necessidades permanentes são colmatadas por funcionários ao abrigo de programas ocupacionais, que nem sempre têm o perfil adequado e, muitas vezes, cessam as suas funções em alturas em que as aulas ainda estão a decorrer, causando constrangimentos no funcionamento das escolas;
6. Desde que esta situação concreta foi reportada à tutela, houve uma estabilização na sequência da regularização da situação laboral dos trabalhadores da administração pública regional, que ditou a integração de seis trabalhadores no quadro. Para além disso, abriu-se um processo concursal para mais seis trabalhadores. Houve, portanto, a alocação de doze funcionários a contrato indeterminado à Unidade Orgânica da EBI Roberto Ivens e foi autorizado o recrutamento de mais dez funcionários ao abrigo do programa CTTS;
7. Ainda que tenha havido um reforço de pessoal não docente, os peticionários e o próprio Conselho Executivo consideram não ser suficiente. Para situações com carácter de urgência, os peticionários defendem um mecanismo de emergência, para entrada rápida de funcionários. Pedem, ainda, que a legislação relativa ao Estatuto do Pessoal Não Docente do Sistema de Educativo Regional seja alterada rapidamente, de modo a atualizar os rácios e integrar mais funcionários na administração pública regional;
8. A Secretária Regional Sofia Ribeiro asseverou que o Governo Regional tem vindo a acompanhar este processo, que o mesmo tem sido debatido e defendido na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e nas reuniões negociais levadas a cabo com as associações sindicais representativas do

peçoal não docente. Também relembrou que, embora já tenham sido revistos os critérios para a definição dos rácios, houve um compromisso assumido de rever outras questões do Estatuto do Peçoal Não Docente do Sistema de Educativo Regional;

9. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, ao Conselho Executivo da EBI Roberto Ivens, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Ponta Delgada, 14 de abril de 2022.

A Relatora

(Délia Melo)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(Joaquim Machado)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Está apresentado o relatório. E estão abertas as inscrições para apreciação desta Petição, tendo cada grupo e representação parlamentar até 8 minutos e o Sr. Deputado Independente de 5 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Face à timidez dos colegas, avanço eu.

Em primeiro lugar, começo por saudar os Peticionários que trouxeram esta Petição ao Parlamento, na pessoa do 1º subscritor, Sr. Basílio Aires Raposo Ferreira que versa sobre o défice de assistentes operacionais na Escola EBI/JI da Matriz e a inerente necessidade dum revisão urgente da legislação que regulamenta a afetação dos recursos humanos às escolas.

Ora esta Petição traz-nos novamente uma questão que tem sido não só debatida, mas – esperamos – também seja novamente tratada em determinados aspetos durante este plenário, uma vez que temos uma iniciativa que está relacionada.

De facto, a questão do défice de pessoal não docente nas escolas é antiga e, infelizmente, ao nível da resolução do problema, ou seja, ao nível dos números efetivos que existem nas escolas, este problema continua a arrastar-se.

A escola em questão tem 209 alunos, sendo que a mesma apresentava, à data da Petição e do relatório da Comissão, 71 funcionários, 153 do quadro e 28 através dos diversos programas ocupacionais.

Ora esta questão, para além de sabermos que este rácio de trabalhadores do quadro/trabalhadores de programas ocupacionais ser extremamente elevado, é preciso ter em conta que em muitas das nossas escolas (esta não é exceção), e estes são os números da unidade orgânica e não da Escola de Matriz, existem muitas vezes alguns trabalhadores de atestado médico, com baixa médica; neste caso, de acordo com dados do conselho executivo, existiam 11 trabalhadores que estavam ausentes do serviço; o que fazia com que houvessem apenas 42 trabalhadores do quadro.

Como é sabido, os programas ocupacionais têm servido, e servem, nesta escola em particular, para suportarem necessidades que são permanentes nas escolas.

Esse problema é por demais evidente, quando entramos numa escola – aconteceu-me muito recentemente, ainda que não estivesse propriamente em funções de deputado – e me disseram foi que demoraram muito tempo para abrir a porta, porque não havia funcionários, tinham dificuldade em garantir que

os alunos estavam acompanhados na hora de almoço ou no recreio, porque não tinham efetivamente funcionários para estar ou na cantina ou no recreio em simultâneo. Ou seja, esse problema, onde quer que nós vamos, existe em todas as escolas da Região e é sempre senão o primeiro, dos primeiros problemas a ser levantados.

Ora aquilo que os pais pedem é por demais justo, necessário e urgente. Isto é, pedem que haja trabalhadores suficientes (pessoal não docente) para as necessidades da escola.

Este problema agrava-se, e teremos certamente oportunidade de o discutir, neste tempo em que vivemos em que por via (embora a Petição não seja desse tempo) da alteração que existiu nos programas ocupacionais, muitas escolas estão a ficar efetivamente sem recursos humanos para quase manter os portões abertos e com uma grande preocupação para o próximo ano letivo. Ou seja, em vez de estarmos a andar para a frente, parece que estamos a andar para trás. E esse problema tem vindo a agudizar-se originando uma situação que é extremamente grave, estando a atingir um limite muitíssimo complicado.

Resumindo, acompanhamos obviamente as reivindicações dos Peticionários, seja ao nível da colocação de trabalhadores seja ao nível das outras preocupações que levantam.

Esta é a altura certa para o fazer, pois o próximo ano letivo está à porta, embora as férias de verão estejam ainda pelo meio, aliás, já começa a ser tarde, porque é por demais urgente garantir que não há mais um ano letivo nestas condições, muito menos, um ano letivo em piores condições.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra aa Sra. Deputada Célia Pereira.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar os peticionários, na figura do seu primeiro subscritor, pelo recurso a esta via de diálogo e de proximidade, em defesa da educação dos seus filhos e educandos. Em defesa do bom funcionamento da sua escola e do bem-estar de todos – crianças, docentes e não docentes - que nela procuram aprender e/ou educar.

É recorrente dizermos que “É preciso uma aldeia para educar uma criança”.

Que é como quem diz, somos responsáveis uns pelos outros. E, portanto, é nosso dever, é nossa obrigação fazer o possível para que cada uma das escolas da nossa Região possa cumprir o seu propósito, a sua função.

A escola enquanto espaço de conhecimento e de aprendizagem exige um conjunto de recursos materiais e de recursos humanos essenciais ao seu bom funcionamento e desempenho. A ausência ou a falta de uns ou de outros é, portanto, particularmente sentida e dificulta ou põe em risco o cumprimento desta missão.

A ação governativa do Partido Socialista dotou a Região de um parque escolar renovado, quer pelo investimento feito na construção de novas escolas, quer pelo investimento em obras de beneficiação e ampliação do edificado escolar já existente.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Espere pela próxima petição.

A Oradora: É certo que não está tudo feito.

É certo que ainda há muito a fazer.

É certo que atualmente a falta de pessoal assistente e técnico de apoio à educação e ensino é uma realidade e uma preocupação local, regional e nacional.

Neste âmbito, o legislador assume uma ação preponderante ao asseverar que a Legislação acompanhe o evoluir que a realidade impõe. E neste sentido, atento às necessidades locais e regionais, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores encontra-se a ultimar, uma proposta de Decreto Legislativo

Regional com vista a apresentação de um *novo estatuto do pessoal assistente e técnico de apoio à educação e ensino*.

Uma proposta pensada e construída em estreita articulação e diálogo com os principais atores e agentes do sistema educativo regional pelo que, nesta última quinzena de maio, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista reuniu com as seguintes entidades:

- *UGT e SINTAP - 16 de maio*
- *CGTP-IN (STFPSSRA) - 17 de maio*
- *Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação - 17 de maio*
- *STAEE - 18 de maio*
- *SPRA - 23 de maio*
- *E reunirá muito em breve (por questões de agenda ainda não foi possível) com o SDPA.*

Relativamente ao caso concreto da Escola EB1/JI de Matriz, colocada por esta Petição, a falta de funcionários agravou-se no início do presente ano letivo estendendo-se até ao final do primeiro trimestre: para 209 alunos havia somente 3 assistentes operacionais em exercício de funções devido às faltas imprevistas por baixa médica de alguns trabalhadores.

Ficou, todavia, claro na apreciação desta Petição em sede de Comissão, que se tratou sobretudo de um problema circunstancial no arranque do ano letivo, prolongado no primeiro trimestre.

Na anterior legislatura, já tinha sido cumprido o procedimento concursal comum para constituição de vínculo de emprego por tempo indeterminado, tendo em vista a ocupação de 6 postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional, para afetar à Escola Básica Integrada Roberto Ivens. Concurso cujos candidatos selecionados, devido também a atrasos motivados

por condicionalismos impostos pelo quadro de pandemia, só recentemente iniciaram funções.

Por último e a concluir, lembrar que a Educação é um desafio permanente que não pode ser alheio ao evoluir dos tempos e, portanto, todos somos poucos para assegurar que, nesta que é a nossa aldeia insular e atlântica, as crianças e jovens Açoreanos cresçam com a certeza de futuro. Um futuro melhor.

É para este devir que o Partido Socialista trabalhou ontem, trabalha hoje e continuará empenhado e a trabalhar nos dias que estão por vir.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, é de saudar a proatividade dos peticionários na sua sinalização de problemas e busca de soluções para os mesmos. Trazer à discussão temas que consideram que necessitam duma resposta diferente.

Deputada Ana Luis (PS): Não é o que está acontecendo nas escolas.

A Oradora: E daí, saúdo os peticionários pela sua ação.

O que considero que deveria ter sido feito e o que talvez falhou aqui, foi o trabalho prévio que deveria ser feito antes da apresentação da Petição.

Passo a explicar: eu li naquela tribuna que foi com espanto que o conselho executivo da escola teve conhecimento da Petição.

Se estamos a falar dum espaço em que todos estão a trabalhar para o mesmo, embora sendo órgãos diferentes, julgo que nada como o diálogo para se

entenderem. Ou seja, se tivesse havido esse diálogo prévio, certamente teria havido uma explicação do ponto de situação e das diligências já tomadas, bem como daquilo que estava a ser feito para resolver a mesma.

Para além disso, os peticionários teriam sido esclarecidos da forma como, numa visão holística, se gere uma escola e os seus recursos humanos, porque sabemos que uma unidade orgânica que tem a seu cargo 6 escolas do 1º Ciclo, tem de tomar decisões diariamente. E há imprevistos que acontecem e que obrigam à tomada de decisões rápidas.

Os peticionários podem ter tido conhecimento dalgumas situações pontuais, daí que teria sido necessário talvez haver uma conversa prévia. Mas o facto é que trazem uma Petição que levanta aqui duas questões: a questão da falta dos assistentes operacionais na escola é a principal questão levantada e que motiva esta Petição. Como já foi dito, este não é um problema novo, é um problema que persiste há vários anos, só que com uma única diferença entre o *antes* e o *agora*. Ou seja, desde que o atual executivo tomou posse, há uma abordagem e uma sensibilidade diferentes para lidar com esta questão.

Deputada Ana Luis (PS): Não é o que está acontecendo nas escolas.

A Oradora: Sim, Sra. Deputada. Há aqui uma sensibilidade diferente. E isso foi referido pelas próprias pessoas que foram ouvidas na Comissão que disseram que com este executivo há outra abertura e já há alguma ação.

Deputada Ana Luis (PS): Não há é aulas. Os miúdos têm que ficar em casa.

A Oradora: Porque a resposta que recebiam da tutela anterior é que a escola tinha mais assistentes operacionais do que aquilo que previa a lei. E, neste momento, não é essa a resposta que a tutela dá. Tanto é que eu disse e está plasmado no relatório que foi aprovado por unanimidade, que na unidade orgânica em questão, ou seja, na Escola Básica Integrada Roberto Ivens, na sequência da regularização da situação laboral dos trabalhadores na Administração Pública, entraram 6 trabalhadores para o Quadro, abriu o

processo concursal para mais 6 e foi autorizado o recrutamento de mais 10 funcionários ao abrigo dos programas CTTS. Nós estamos a falar de 22 funcionários assistentes operacionais. Portanto, é muito funcionário.

Deputada Ana Luis (PS): Estão é mal distribuídos.

A Oradora: Em bom rigor, se nós quisermos aqui comparar dados, números, as tabelas são públicas, toda a gente pode ver o resultado das respostas aos requerimentos que foram enviados à tutela e as respostas que foram dadas. E verão que:

- Ano letivo 2019/2020 temos 56 funcionários;
- Ano letivo 2021/2022 temos 80 funcionários; isto na unidade orgânica.

Naquela escola em particular – Escola Básica 1/ Jardim de Infância de Matriz, temos o dobro dos assistentes operacionais que tínhamos no início. Portanto, há aqui de facto um esforço real para resolver a situação.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Para além disso, convém não esquecer o esforço que este Governo Regional fez na regularização na área da educação, por via da norma contemplada no Orçamento de 2020 que foi de sensivelmente 200 trabalhadores. Ou seja, há um esforço real para nós resolvermos as situações. O que nós não podíamos era ser coniventes com aquilo que se passava no passado.

Deputada Ana Luis (PS): Esses 200 funcionários surgem no Orçamento de 2020, Sra. Deputada.

A Oradora: Ou seja, perpetuar a situação de precariedade dos trabalhadores nos programas ocupacionais que foram utilizados de forma incorreta. E digo-vos mais, já muita gente se pronunciou sobre esta questão e ainda ontem, se tiveram oportunidade de ler o Açoriano Oriental, havia lá um artigo do

investigador Francisco Simões que eu passo a ler uma frase que sintetiza tudo: “Durante anos a política pública distorceu o caráter transitório dos programas ocupacionais...”

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: ...transformando-os numa solução quase permanente para obtenção de rendimentos”.

Portanto, está tudo dito e eu não sou a única a dizê-lo.

Deputada Ana Luis (PS): Tem é que dizer isso aos pais.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): As pessoas têm direito ao trabalho!

A Oradora: Nós não poderíamos ser coniventes com esta situação!

Este Governo teve a coragem de terminar com esta precariedade e de tomar um rumo diferente.

É certo que não satisfazemos ainda as necessidades todas, mas há um caminho a percorrer e que está a ser feito.

Outra questão levantada aqui pelos peticionários tem a ver com a revisão do Estatuto do Pessoal não Docente e daquilo que são os critérios para a definição de rácios.

Ora isso já foi conversado e debatido nesta Casa. Nós já alterámos os rácios e eles não são reducionistas, como dizem os peticionários nem se baseiam apenas no número de alunos ou no ciclo em que estão. Nós temos aqui outras situações que são contempladas.

Deputado Carlos Silva (PS): Os trabalhadores têm razão. A senhora é que não.

(Apartes inaudíveis da Deputada Ana Luis)

A Oradora: Sra. Deputada, inscreva-se!

Quanto ao Estatuto do Pessoal não Docente, é público que atualmente existem conversações com estruturas sindicais para a revisão, com vista a ser apresentado um novo Estatuto.

Ora se o PS também está a fazer esse trabalho, ainda bem, nunca é tarde. Poderia talvez juntar-se ao Governo Regional e tentar dialogar, apresentar sugestões, para não estar cada um remar para o seu lado.

Deputado José Ávila (PS): A que horas?

A Oradora: De qualquer forma, teremos oportunidade de debater isso nesta Casa mais tarde.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começar por saudar os peticionários. A verdade é que iniciativas como esta são sempre importantes também na aproximação entre os eleitores e os eleitos e como tal, saudar em particular o primeiro peticionário, o Sr. Basílio Ferreira por esta Petição.

A verdade é que traz aqui uma questão há muito debatida e falada nesta Casa que se prende com o défice de assistentes operacionais, neste caso em particular, na Escola EB1/JI da Matriz, mas a verdade é que muitas têm sido as vezes, agora e no passado, que se tem abordado esta questão do défice dos assistentes operacionais.

Infelizmente, isto é uma questão transversal a várias escolas da Região. É um problema que se tem arrastado ao longo dos anos, em que todos nós sabemos o que é que estava (e está ainda) a acontecer com os programas ocupacionais a suprir necessidades permanentes das escolas.

A verdade é que a continuidade desta situação não abonava em nada de favorável quer para a estabilidade necessária a estes trabalhadores quer para a estabilidade que este pessoal não docente deve ter nas próprias escolas para o bem-estar dos alunos e de toda a comunidade escolar.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*):

Muito bem!

A Oradora: E como é verdade – e tem que ser reconhecido por todos – é que esta questão não é fácil de resolver. E a verdade é que se chegámos a este ponto, é porque esta não é uma questão que se resolva dum dia para o outro. Mas este Governo – e isso é necessário reconhecer, até porque é também reconhecido no âmbito das audições pelo próprio conselho executivo desta escola – tem uma nova postura para ultrapassar esta questão. E é isso que tem sido feito, é esse trabalho que tem sido levado a cabo – é preciso reconhecê-lo – por parte deste Governo Regional, em particular da Sra. Secretária que tutela a área da educação, no sentido de se ultrapassar esta questão que não é fácil de resolver e que todos nós sabemos que é preciso resolver. Ou seja, é preciso criar nas escolas lugares de assistentes operacionais no seu próprio quadro, para que se crie uma maior estabilidade e isso seja um benefício para os alunos, para os professores, para esses funcionários, toda a comunidade escola e para os pais, pois é preciso reconhecer que esta é uma preocupação destes pais, mas também de todos os pais da Região que muitas vezes que ou falta funcionários nas escolas, ou acaba um programa vem outro funcionário. E, como tal, isto não tem sido favorável para a nossa comunidade escolar. E é esse caminho que

entende este Governo Regional que deve ser mudado e é nisso que está a trabalhar.

Está tudo feito? Não.

Está tudo como gostaríamos que estivesse? Não está.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

A Oradora: Mas estamos focados naquele que é o objetivo, que é criar maior estabilidade para os assistentes operacionais, de reconhecer e suprir as necessidades – esse trabalho também já foi feito por parte da Secretaria – das nossas escolas. Há um compromisso por parte do Governo Regional que é prioritário suprir as necessidades no que concerne a saúde e a educação. É esse trabalho que está a ser feito. É esse o caminho que queremos seguir. E, como tal, reconhecemos as preocupações e anseios destes encarregados de educação e destes peticionários, porém, e apesar do caminho não ser fácil, estamos certos de que o objetivo será alcançado e que teremos maior estabilidade nas nossas escolas e as necessidades supridas dos nossos alunos

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) Deputado Gustavo Alves (PPM): Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui numa fase em que recebemos o contributo da população através duma Petição trazido pelo seu primeiro subscritor, Sr. Basílio Ferreira, a quem cumprimento e aos demais subscritores.

O que salta à vista desta Petição é um dos problemas da governação socialista e que foi o de usar e abusar dos programas ocupacionais que tinham supostamente um carácter transitório, mas que foi utilizado para suprir necessidades efetivas das escolas, no Sistema Regional de Saúde, entre outros.

Certo é que é preciso dar outro rumo a esses programas e às pessoas visadas nesses programas. Até à data, essas pessoas não têm perspetiva de futuro.

Como é que foram capazes de, durante anos a fio, ter consciência e não perceber que essas pessoas não podem ir ao banco fazer um empréstimo, não conseguem avançar na sua vida, porque estão a realizar uma necessidade efetiva, mas não estão efetivos? Estão através dos programas ocupacionais que na mão do Governo socialista não ultrapassava a fase do transitório. Era praticamente permanente. Isso é deveras vergonhoso e é preciso dar outro andamento a esses programas. E este Governo já introduziu a componente da formação. Ou seja, essas pessoas que estavam a suprir essas necessidades efetivas, mas não havia formação nem havia perspetivas de sair daquele fosso.

Para dar um futuro a essas pessoas, é preciso efetivá-las. E é preciso assumir esse encargo e a partir daí deixa de ser um problema para as instituições escolares e de saúde que deixam de ter sempre o problema da precariedade laboral e passam a sentir-se realizadas.

Para finalizar – só para mostrar o descalabro que isto era, e foi durante muitos anos – a Escola Básica Integrada Roberto Ivens, incluindo as 6 escolas da sua unidade orgânica (já foi dito aqui mas volto a referir) dos 71 funcionários, 28 estavam afetos a programas ocupacionais, o que dá 40% do total de funcionários que se encontravam em precariedade laboral.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Esse é que é o problema. Não é dum dia para o outro.

Unidades escolares, unidades de saúde, entre outras, não se resolve dum dia para o outro.

Os senhores tiveram 24 anos no Governo. Tiveram maiorias absolutas e podiam ter feito, mas devido à arrogância final que V. Exas. tinham, não ouviram as pessoas, não ouviram quem estava à frente dos serviços a dizer “acabem com isto! Mudem o rumo!”

O que é que nós estamos a fazer?

O rumo mudou de governação e, entretanto, estamos a fazer força para que se resolvam esses problemas de décadas.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não queria dizer isso!

Deputado Carlos Silva (PS): 24 anos não são décadas!

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Vinte e quatro anos não são décadas, Sr. Deputado?!

O Orador: Termino a minha intervenção, saudando os peticionários e reiterando que este Governo Regional está empenhado em arranjar soluções – e até já encontrou algumas – para este caso e para outros. Agora não esperem que seja dum mês para o outro ou dum momento para o outro que se façam as coisas.

Tenham calma!

(Risos da Deputada Alexandra Manes)

Deixem-se ficar sentados nesse lado da bancada e tenham calma, tenham uma posição responsável e assumam os problemas e assumam que V. Exas. mantiveram essas pessoas nos programas ocupacionais que deixaram de ser transitórios e passaram a ser efetivos!

É o que eu tenho a dizer!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos dar esta Petição por apreciada e vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 18 horas.

Eram 17 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 05 minutos.

Presidente: Vamos avançar para o ponto 9 da nossa Agenda - **Petição n.º 20/XII – “Requalificação da Escola Secundária Antero de Quental”**, apresentada por Amélia Borges na qualidade de primeira subscritora.

Vamos iniciar esta Petição com a apresentação do relatório, pela Sra. Relatora da Comissão de Assuntos Sociais, Délia Melo, a quem dou a palavra.

(* **Deputada Délia Melo (PSD)**): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER
Petição n.º 20/XII
“Requalificação da Escola Secundária Antero de Quental”

6 DE MAIO DE 2022

INTRODUÇÃO

A 14 de dezembro de 2021, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 20/XII, intitulada “Requalificação da Escola Secundária Antero de Quental”.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do

disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores. Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes, as matérias relativas a “*educação*”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

OBJETO DA PETIÇÃO

A primeira peticionária refere, em sede de exposição de motivos, que “Na sequência da visita de V. Exa. à Escola Secundária Antero de Quental, conjuntamente com a Sra. Secretária das Obras Públicas e Comunicações e a Sra. Secretária da Cultura, da Ciência e Transição Digital, no passado dia 16 de abril, a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária Antero de Quental, vem por este meio, expor a V. Exa. os problemas e preocupações com o estado de degradação das instalações da escola, o qual permanece, há muito tempo, sem que exista uma solução de fundo para a sua resolução.

No ano letivo transato, 2020/21, percebemos que existiria abertura/vontade por parte da Secretaria Regional da Educação para intervir na Escola Secundária Antero de Quental de forma concertada e refletida, o que muito nos agradou, gerando o sentimento de: “Finalmente a nossa Escola vai ser cuidada!”

Esta Escola tem todo o potencial para continuar a ser uma escola de referência na Região, seja a nível (1) das instalações, (2) do corpo docente e não docente, e ainda (3) do cuidado manifestado pelos alunos, fruto do orgulho que sentem por frequentarem uma escola integrada num Edifício Histórico, com aulas em “salas museu”.

No Palácio Fonte Bela, localizado no centro da cidade de Ponta Delgada, passou a funcionar, desde 1921, o Liceu de Ponta Delgada, atual Escola Secundária Antero de Quental.

O palácio está classificado como Imóvel de Interesse Público pela Resolução n.º 41/80, de 11 de junho.

Atualmente assiste-se a uma degradação preocupante deste património histórico, a qual poderá ser definitiva e sem retorno, se continuar a arrastar-se no tempo a necessária intervenção de fundo, sempre com o cuidado de adaptação às exigências da escola do século XXI e sem desvirtuar o património existente.

A falta de conservação/manutenção a que o palácio está sujeito, ao longo dos anos, salvo situações pontuais, está a originar preocupação ao nível da segurança das pessoas que circulam e permanecem naquele espaço. Entre muitas outras situações: os tetos das salas de aula, na parte antiga do edifício principal, necessitam de intervenção de consolidação; o teto da cisterna está em perigo iminente de colapso; a rede de distribuição elétrica não está atualizada; os pátios exteriores têm o pavimento degradado, muito irregular e com buracos. Para além da necessidade das obras de conservação atrás referidas, existe ainda a necessidade premente de adaptação de todas as instalações da escola (edifício

classificado e parte mais recente, secção) às funções de uma escola do século XXI, numa altura de grandes inovações e desafios, acentuados pela pandemia.

Neste contexto, apresentamos algumas situações que, se bem solucionadas, minimizariam muito as dificuldades de toda a comunidade educativa, especialmente dos nossos filhos/educandos, da Escola Secundária Antero de Quental:

- Insuficiente número de salas de aula;
- Refeitório e bar com dimensões manifestamente pequenas para o número de alunos que o frequenta em simultâneo;
- Necessidade de adequação/adaptação/atualização dos espaços exteriores para permanência dos alunos, nos intervalos, ou até para ser utilizado como sala de aula no exterior;
- Necessidade de adaptação de todos os espaços, exteriores, interiores e espaços desportivos, a pessoas com mobilidade reduzida;
- Melhoria da rede de internet que quando não é inexistente é muito lenta;
- Melhoria da cobertura WiFi que é insuficiente e muito má. Tanto alunos como professores têm de usar os seus próprios dados móveis;
- Insuficiente equipamento informático, quadros eletrónicos, projetores de vídeo. Alguns equipamentos estão avariados, sem possibilidade de recuperação;
- Insuficiente número de instalações desportivas. Algumas das que existem não estão em bom estado de conservação.

Assim, pretendemos obter informação sobre como e quando a Secretaria Regional de Educação pretende atuar perante os problemas existentes nas instalações da Escola Secundária Antero de Quental.

Gostaríamos, ainda, de saber se está já em curso algum de projeto de execução para as obras de conservação/recuperação/adaptação das instalações, que contemple a reorganização e interligação dos espaços, plano de acessibilidades,

consolidação da estrutura, novas redes elétricas e de informática, instalação de rede de deteção de incêndios, arranjos de exteriores, etc.

Neste sentido, solicitamos a V. Exa que não negligencie as instalações da Escola Secundária Antero de Quental e que considere, como uma das suas prioridades de mandato, o desafio de “manter vivo o Antigo Liceu de Ponta Delgada” para as futuras gerações”.

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

A Comissão de Assuntos Sociais deliberou proceder à audição da primeira peticionária, a cidadã Amélia Borges, do Conselho Executivo da Escola Secundária Antero de Quental, bem como da Secretária Regional da Educação, que decorreram no dia 4 de abril de 2022, pelas 11h30, 15h00 e 16h00, respetivamente.

- **Audição da primeira peticionária, a cidadã Amélia Borges:**

A primeira peticionária começou por explicar que a Associação de Pais da Escola Secundária Antero de Quental enviou uma carta à Secretária Regional da Educação, tendo recebido, meses mais tarde, uma listagem dos trabalhos que estavam a ser feitos na escola em questão. Não satisfeita com a resposta, a Associação de Pais decidiu enviar a mesma carta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. No fundo, a missiva tem um conjunto de reivindicações dos pais e encarregados de educação para garantir a segurança e melhores condições para a comunidade educativa da escola. Para além disso, trata-se de um edifício histórico, pelo que urge preservá-lo.

Na primeira ronda de questões, a deputada Valdemira Carvalho (PS) começou por listar algumas intervenções feitas na escola, pela tutela anterior, e perguntou o que os tinha motivado a apresentar a petição, se teria sido algo de carácter preventivo ou, de certa maneira, por risco efetivo decorrente de degradação da

Escola Secundária Antero Quental. De acordo com a peticionária, Sra. Amélia Borges, tal se deveu à falta de espaço, à segurança dos alunos e, ainda, à necessidade de preservar o edifício histórico.

Interveio, seguidamente, a deputada Délia Melo (PSD) que perguntou se os peticionários tentaram saber, junto do Conselho Executivo, que diligências tinham sido tomadas junto da tutela, ao longo dos anos, e quais as respostas obtidas.

De acordo com a peticionária, o Conselho Executivo tem feito esforços no sentido de alertar a quem de direito para a situação, mas não há respostas.

A deputada social-democrata ripostou que notícias públicas dão nota da intervenção feita pelo atual Governo Regional, mas a peticionária considerou que não são obras estruturais.

Na segunda ronda de perguntas, usou da palavra a deputada Alexandra Manes (BE) para questionar acerca das condições de segurança na torre e sobre a almejada ampliação da escola, reivindicada pelos pais e encarregados de educação. Às questões formuladas, a peticionária retorqui que o acesso à torre foi interdito e que a construção de novas salas, na sua opinião, deveria ser no parque de estacionamento dos professores, mas admitiu que existem profissionais habilitados a dar uma resposta em relação a esta matéria.

Na última ronda, interveio a deputada Délia Melo (PSD), lembrando que as intervenções feitas pelo atual Governo Regional representam um investimento superior a 800 mil euros, o que, por si só, é bem revelador da complexidade e morosidade da empreitada de recuperação do edifício da Escola Secundária Antero de Quental. Concluiu a sua intervenção levantando a questão da diminuição do número de alunos ao longo dos anos e perguntou se, face aos números, não haveria outra solução para a escola que não passasse pela sua expansão e se esta questão tinha sido estudada em conjunto com o Conselho Executivo. Em resposta, a peticionária declarou nunca ter dialogado com o

órgão de gestão da escola sobre as pretensões dos peticionários, mas tem conhecimento que há salas que foram fechadas por estarem em elevado grau de degradação, comprometendo a segurança dos alunos e retirando-lhes espaço para aulas.

- **Audição do Conselho Executivo da Escola Secundária Antero de Quental**

O presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Antero de Quental, Dr. Ulisses Barata, referiu que houve uma alteração procedimental, feita pelo atual governo, passando a ser a Secretaria Regional das Obras Públicas a adjudicar as obras e em alguns casos a realizar algumas intervenções com meios próprios. “Nós apenas temos reportado o que é necessário fazer e depois têm atuado em conformidade”. Assim, o presidente do Conselho Executivo explicou que foram efetuadas as seguintes obras: “as estruturas de apoio provisório da sala dos professores que estava em risco de ruir junto com os tetos pictóricos, devido à infestação de térmitas”. “Foi feita uma vistoria à cisterna, e um escoramento provisório da estrutura, estando-se à espera de reforço estrutural dos arcos da cisterna”. “Foram retelhadas as salas 27 até à 30, no pátio poente do Palácio”, e “feita a limpeza e análise da cobertura do edifício da secção quanto à presença de amianto”. De acordo com o presidente do Conselho Executivo, procedeu-se também à manutenção dos portões do Palácio, e foram retirados os vasos da varanda sul do mesmo, e os pilaretes foram retocados e limpos, mas ainda não se recolocaram os vasos, porque “aguardam um restauro mais aprofundado”.

Aberta a primeira ronda de questões, a deputada Délia Melo (PSD) questionou se o presidente do Conselho Executivo considerava a transição de serviços da Direção Regional da Educação para a Secretaria das Obras Públicas e Comunicações benéfica, tendo recebido a resposta que foi muito positiva e que se revela uma mais-valia.

A deputada quis ainda saber se a necessidade de intervenção na escola já havia sido reportada no passado e qual a resposta obtida e qual o ano de construção das estruturas que possam eventualmente ter amianto na sua cobertura. A deputada social-democrata foi informada que desde 2014 se fazia pressão para que a escola fosse intervencionada, mas a tutela do Governo Socialista nunca respondeu afirmativamente aos pedidos, a única exceção feita foi uma intervenção na secção de pintura do edifício e colocação de tetos, mas, no caso desta última, houve aspetos que não foram concluídos nem acautelados, pelo que hoje há infiltrações nestas zonas. A concluir, referiu que nunca foram feitas análises às estruturas que se pensa terem amianto, mas estas obras são do final da década de 70, início da década de 80.

Sem mais inscrições por parte dos deputados, o presidente do Conselho Executivo deixou o repto de se pensar num projeto mais abrangente, que implique a ampliação da escola, de modo a não comprometer o futuro da mesma – mais espaços para aulas e para a prática desportiva, aliviando a estrutura do Palácio, para que aí sejam concentrados os serviços.

- **Audição da Secretária Regional da Educação:**

A Secretária Regional Sofia Ribeiro referiu que o trabalho de intervenção ao nível de obras nos edifícios escolares resulta de uma articulação entre a Secretaria Regional da Educação e a Secretaria Regional de Obras Públicas e Comunicações, através da identificação de problemas e consequente anexação a um plano de investimentos próprio e da contratação pública, respetivamente. No caso da Escola Secundária Antero de Quental, por se tratar de um edifício histórico, há também uma intervenção que é da responsabilidade da Secretaria Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital.

No que se refere à escola em questão, está em preparação “o lançamento do concurso para a segunda fase da intervenção nos tetos pictóricos do palácio”.

De acordo com a governante, “numa primeira fase foi feito o escoramento do teto, mas também foi feita uma intervenção na parte não visível na estrutura para conter a infestação por térmitas e reforçar a estrutura que sustenta o teto”, uma vez que este estava na iminência de ruir. A mesma revelou também que foi necessário intervir nas esteiras da eletricidade, “a intervenção está a ser concluída e está-se a preparar um concurso público internacional para uma intervenção nesta sala”.

Segundo a Secretária Regional Sofia Ribeiro, da vistoria feita ao edifício da secção e do ginásio, “revelou-se que é necessário substituir as placas de revestimento da cobertura, uma situação que está em análise”, bem como solucionar o problema de infiltrações no ginásio B e substituir o pavimento do mesmo, uma intervenção que já foi iniciada.

A responsável pela pasta da Educação explicou que ficará concluída na interrupção letiva da Páscoa uma intervenção para aplicação de microbetão betuminoso nos pavimentos dos pátios sul do palácio. Adiantou, ainda, que se está a proceder ao orçamento para a reparação da varanda principal, tendo já sido tratado do reforço para substituição de um vão em madeira do chamado Pátio das Gatas, cuja cabimentação está em curso.

A governante mencionou ainda intervenções às quais o presidente do Conselho Executivo se referiu também, nomeadamente o escoramento provisório da antiga cisterna e o procedimento para reforço estrutural dos arcos da cisterna, a resolução das infiltrações nas salas 27 a 30, dos vasos e pilaretes da varanda sul do palácio, e a manutenção dos portões do mesmo.

Segundo a Secretária Regional Sofia Ribeiro, os problemas infraestruturais da escola têm merecido a atenção do executivo: “é uma situação que tem gerado bastante preocupação, mas também ação e intervenção deste executivo”, sublinhou, referindo que logo de início as três secretárias regionais [Educação,

Cultura e Obras Públicas] visitaram a escola e o presidente do governo regional já esteve na escola “por diversas vezes”.

Aberta a primeira ronda de questões, pediu a palavra a deputada Délia Melo (PSD) para perguntar há quanto tempo necessitava a escola de obras e se havia alguma informação na Secretaria Regional da Educação, aquando da tomada de posse da Secretária Regional Sofia Ribeiro, acerca deste assunto, tendo sido esclarecida que não sabia precisar o tempo de necessidade de reparação das estruturas, mas os problemas já tinham sido reportados há já vários anos, como é do domínio público.

A deputada Valdemira Carvalho (PS) interveio para questionar a titular da pasta da Educação se havia algum plano com a previsão para a requalificação geral da Escola Secundária Antero de Quental, tendo sido informada que a situação de degradação das escolas é grave, como tem dado nota pública e tem referido sempre que chamada a pronunciar-se sobre esta questão na Assembleia Legislativa e na Comissão de Assuntos Sociais. Para além das intervenções já mencionadas, está-se na fase de lançamento de concurso para a segunda fase da intervenção nos tetos pictóricos do palácio para posteriormente se passar aos trabalhos finais de reparação.

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por maioria, com votos favoráveis do PS, PSD, CDS-PP, CH e a abstenção do IL, emitir o seguinte parecer:

10. A petição encontra-se em nome coletivo, subscrita pela Presidente da Direção da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária Antero de Quental. Ainda que não reúna as 300 assinaturas, a mesma deverá ser

apreciada em Plenário, tendo em conta a sua importância social e cultural, nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 192º do Regimento.

11. A petição apresenta um conjunto de reivindicações dos pais e encarregados de educação para garantir a segurança e melhores condições para a comunidade educativa da escola, bem como a necessidade de preservar o edifício histórico – Palácio da Fonte Bela. Ainda que nunca tenham dialogado com o órgão de gestão da escola sobre as suas pretensões, a presidente da Associação de pais refere que tem conhecimento de situações que carecem de melhoria na escola.

12. De acordo com a peticionária, têm sido feitos esforços, por parte do órgão de gestão da escola, no sentido de alertar a quem de direito para a situação, mas não há respostas. Esta posição foi refutada, tanto pelo Conselho Executivo, como pela tutela que listaram um vasto conjunto de intervenções que estão a ser levadas a cabo pelo Governo de Coligação. Estas intervenções representam um investimento muito avultado (superior a 800 mil euros), o que, por si só, é bem revelador da complexidade e morosidade da empreitada de recuperação do edifício da Escola Secundária Antero de Quental. Estão cientes, porém, que muito mais há a fazer.

13. O Presidente do Conselho Executivo deu nota que desde 2014 se fazia pressão para que a escola fosse intervencionada, mas a tutela do Governo Socialista nunca respondeu afirmativamente aos pedidos, a única exceção feita foi uma intervenção na secção de pintura do edifício e colocação de tetos, mas, no caso desta última, houve aspetos que não foram concluídos nem acautelados, pelo que hoje há infiltrações nestas zonas.

- 14.A alteração procedimental feita pelo atual Governo, em que passa a ser a Secretaria Regional das Obras Públicas a adjudicar as obras e em alguns casos a realizar algumas intervenções com meios próprios, é uma mais-valia, de acordo com o presidente do Conselho Executivo. A escola reporta o que é necessário fazer e a tutela tem atuado em conformidade.
- 15.Apesar das intervenções já realizadas, o presidente do Conselho Executivo e a primeira peticionária consideram necessário que se pense num projeto mais abrangente, que implique a ampliação da escola, de modo a não comprometer o futuro da mesma – mais espaços para aulas e para a prática desportiva, aliviando a estrutura do Palácio, para que aí sejam concentrados os serviços.
- 16.A Secretária Regional Sofia Ribeiro explicou que os problemas infraestruturais da escola têm merecido a atenção do executivo, referindo que logo no início da legislatura as três Secretárias Regionais [Educação, Cultura e Obras Públicas] visitaram a escola e o presidente do Governo Regional já esteve na escola “por diversas vezes”.
- 17.Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, ao Conselho Executivo da Escola Secundária Antero de Quental, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Ponta Delgada, 06 de maio de 2022.

A Relatora

(Délia Melo)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(Joaquim Machado)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar os peticionários, mais uma vez a sociedade civil, e bem, entra nesta Casa através duma Petição, levantando uma questão que, para nós, é bastante importante.

Nós temos que ver que há aqui duas questões: temos um edifício histórico, como foi bem dito aqui, que é o Palácio da Fonte Bela, cuja traça devemos acautelar e aquilo que representa na História da cidade de Ponta Delgada e dos Açores, mas também temos uma escola a funcionar, desde 1920 e qualquer coisa, mas que deve ter também as características e equipamentos necessários para o bom funcionamento duma escola.

Por aquilo que ouvimos e pelo relatório da Comissão, há uma preocupação do Governo Regional para com esta escola emblemática, o Liceu de Ponta Delgada – como eu o conheço, apesar de não o ter frequentado. E é isto que se pretende, isto é, que a educação não seja uma mera palavra, mas que também tenha as suas consequências nos equipamentos, nos edifícios, nas políticas etc.

Que assim seja e que se acautele, conforme pedem os peticionários, o bom funcionamento dessa escola. E que se repare urgentemente a degradação natural dum edifício com aquela idade.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é da praxe nestas circunstâncias, saúdo desde esta bancada a iniciativa cívica deste grupo de peticionários, as suas preocupações e anseios que são também os anseios e as preocupações de muitos açorianos, em especial dos micaelenses e dos ponta-delgadenses que naquela escola já estudaram, daqueles que lá estudam e de alguns que querem lá estudar.

A Escola Secundária Antero de Quental, antigo Liceu Antero de Quental, antigo Liceu Nacional de Ponta Delgada, antigo Liceu de Ponta Delgada em 1921, é de facto uma referência da educação e formação de inúmeros jovens e de grandes açorianos que passaram por órgãos de governo próprio desta Região, por órgãos de soberania nacional.

Para citar só alguns: Mota Amaral, Jaime Gama, Paz Ferreira, Medeiros Ferreira, o Sr. Presidente do Governo, o Sr. Deputado Joaquim Machado... Alexandra Manes... Sofia Ribeiro e muitos outros que por lá passaram e que certamente aprenderam naquela escola a serem pessoas diferentes e melhores.

Eu quando leio esta Petição e vejo, por exemplo, referenciada a insuficiência no número de instalações desportivas, olho para o Sr. Deputado Joaquim Machado, propositadamente, recordo-me que essas instalações da então Escola Secundária Antero de Quental chegaram a ser as melhores instalações desportivas da cidade de Ponta Delgada. A única escola com ginásio, com campo de futebol relvado, com court de ténis, com mais um campo de andebol e basquetebol, onde uma boa camada de jovens teve a sorte de participar, pela mão de António Aguiar Machado, naqueles que foram os primeiros eventos de desporto escolar, desporto para a juventude nos tempos (bons) dos anos 80 e 90 do século passado. E hoje, aquelas mesmas instalações são consideradas insuficientes.

Recordo, até, o Sr. Deputado Joaquim Machado – permitam-me esta referência – que comigo treinava salto em altura, nas bancadas de pedra lavrada daquele campo, com a sua então namorada – hoje esposa – às costas para criar músculo nas pernas. Eu levava só 1 quilinho em cada pé numas sacas de areia, porque não tinha nem namorada nem conseguia aguentá-la às costas.

Foram tempos interessantes, penso que o Sr. Deputado João Vasco Costa também participou destes tempos, porque fazia salto em altura também, era grande.

Isto para dizer que é de facto lamentável chegarmos ao ponto de ter talvez a melhor escola de sempre nos Açores, pelo menos na Ilha de S. Miguel, no ponto em que está.

Também não posso deixar de fazer uma referência ao ponto de degradação a que chegou o Paço do Barão de Fonte Bela – Jacinto Inácio Rodrigues da Silveira, que o construiu à conta do dinheiro que ganhou com a exportação da laranja. Um edifício fantástico, ao estilo neoclássico que todos nós conhecemos e que é talvez um dos mais notáveis exemplos da arquitetura desta época gloriosa que foi a época da laranja.

Chegámos ao que chegámos!

É bom que este exemplo daquele edifício, onde funcionou desde 1921 uma entidade pública, uma escola, sirva de referência e de preocupação para todos os edifícios que estão nessas circunstâncias na Região Autónoma dos Açores.

Apagar a nossa História. Apagar aquilo que nos deixaram, é a mesma coisa que renegar a nossa origem. É a mesma coisa que renegar a essência do povo açoriano, aquilo que foi capaz de fazer em tempos muito difíceis em que não havia fundos da União Europeia, o estado estava em condições financeiras deploráveis. E nos Açores havia uma época florescente da economia que nos deixou de facto um legado enorme nas Cidades de Horta, Ponta Delgada, de

Angra do Heroísmo onde se preservaram inúmeros edifícios e onde se construíram outros.

Mais uma vez, louvar os peticionários e deixar aqui estas referências, porque entendo que devemos sempre lembrar aqueles que nos deixaram algo de bom e que isso nos inspire para construir um futuro ainda melhor.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar as e os peticionários, na pessoa da primeira peticionária Sra. Amélia Borges.

Palácio Fonte Bela, localizado no centro da cidade de Ponta Delgada, desde 1921 tem servido à educação. Inicialmente como Liceu de Ponta Delgada, atualmente Escola Secundária Antero de Quental, sendo mais um lugar, mais um reconhecimento a Antero de Quental que vê uma das suas poesias mais repetida, inscrita. “As Fadas, eu creio n’elas.”.

Este edifício está classificado como Imóvel de Interesse Público pela Resolução nº. 41/80 de 11 de junho, e as suas paredes, varandas, escadas, salas e tetos contam histórias do passado, do presente e querem um futuro.

Tal como a redação desta petição dita, nos últimos anos tem vindo a assistir-se a uma degradação deste espaço que poderá ditar a perda de material histórico.

Este é mais um dos casos em que foi e é possível conservar património atribuindo-lhe uma função de extrema importância!

E sem desvirtuar a história que este edifício encerra, é imperativo a sua manutenção e adaptação ao século XXI, mediante uma intervenção de fundo.

Quando se tem assistido a um decréscimo de alunos matriculados nas escolas da Região, as salas disponíveis que procuram esta escola de referência já não dão resposta! O seu refeitório tornou-se pequeno para o número de alunos que o

procuram, e que assim, optam por comer na escola. A necessidade de adaptação para a inclusão de todas as pessoas são algumas das questões apontadas nesta petição.

Esta é mais uma escola degradada do nosso parque escolar. Se não queremos insucesso nem abandono escolar, é necessário arranjar estratégias para que tal não aconteça; se queremos a educação como um elevador social para alavanca da economia, temos de avaliar todas as variáveis e o mínimo é providenciar instalações que propiciem bem-estar aos alunos e restante comunidade educativa.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tem alertado para várias situações com necessidade urgente de obras de fundo. Estamos a falar até da segurança de crianças, jovens e adultos.

Termino citando a petição: “Neste sentido, solicitamos a V. Exa que não negligencie as instalações da Escola Secundária Antero de Quental e que considere, como uma das suas prioridades de mandato, o desafio de “manter vivo o Antigo Liceu de Ponta Delgada” para as futuras gerações”.

Disse.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Valdemira Gouveia.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista saúda a iniciativa da petição coletiva, cuja 1ª subscritora é a representante da Associação de Pais da Escola Secundária Antero de Quental, a Sra. D. Amélia Borges.

Os peticionários solicitam a requalificação da Escola Antero de Quental, chamando à atenção para aquilo que deve ser a solução para minimizar as dificuldades ali existentes e das consequências para toda a comunidade educativa.

Fazendo apenas uma pequena alusão à História da Escola Antero de Quental, no ano de 1920 foi comprado o então Palácio da Fonte Bela, transformando-se em estabelecimento de ensino com o nome de *Liceu Antero de Quental*, homenageando-se, assim, o valoroso poeta e filósofo português Antero de Quental.

Por aqui passaram tantas gerações, como aqui foi dito pelo Sr. Deputado Nuno Barata, o Sr. Deputado Joaquim Machado passou por ali, eu também ali estive e outros mais que foram aqui mencionados.

Um edifício imponente, cheio de tudo o que era imprescindível naquela altura. E, hoje, com um significado muito especial para os Açores e principalmente para a Ilha de S. Miguel.

Grandes nomes da docência açoriana aqui lecionaram. É o caso dos nossos saudosos Dr. Rui Galvão de Carvalho, Antonieta Pimentel, João Gil, Roberta Fraga e Madalena Carreiro, estas duas ainda estão entre nós.

Seguimos todos com saudades as grandes salas de aula com os seus tetos decorativos, a grande biblioteca, a escadaria em pedra, o torreão onde tínhamos as aulas de música com o Sr. Padre Mariano da Lagoa. Grande referência histórica, para nós, este edifício.

Temos todos consciência que as escolas são o suporte para a valorização e o conhecimento de todos os indivíduos como seres conscientes e responsáveis. E devem ser também um espaço seguro e inclusivo. É nas escolas que se encontram a mais eficaz alavanca de mobilidade social e as suas infraestruturas são um elemento muito importante para que toda a comunidade educativa desenvolva o seu máximo potencial.

Não podemos esquecer, também, que entre o ano 2002 e 2011, sob a orientação do então Presidente Conselho Administrativo, professor Boaners foram feitas algumas obras de beneficiação e restauro, onde estiveram envolvidos 2 milhões de euros. Foram essas obras, a cobertura das salas de aula, a remodelação dos

soalhos, o tratamento antitérmicas, o reforço na estrutura do torreão, toda a fachada sul do palácio também levou tetos novos e foram colocadas redes nos 3 parques de estacionamento que ainda fazem parte da (parte) traseira do Liceu. Também foram construídas 14 salas de aula.

O Partido Socialista deu sempre o valor e fortaleceu aquilo que era e é a realidade das nossas escolas, sendo certo que no período de 2016/2020 foi feito um grande investimento público no parque escolar dos Açores em cerca de 100 milhões de euros; só nas infraestruturas, temos:

- Ilha de S. Miguel (Escola Canto da Maia) 18 milhões;
- Escola Básica Integrada Gaspar Frutuoso 18 milhões de euros;
- Na Escola EB1 das Capelas 8 milhões e 400 mil euros; o que perfaz só aqui 44 milhões e 400 mil euros.

É óbvio que este trabalho tem que ser forçosamente contínuo, face às necessidades e às exigências que vão surgindo com o passar do tempo.

Face ao exposto e perante a Petição em causa, o Partido Socialista acolhe esta iniciativa agora apresentada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Naturalmente, como é habitual, o Grupo Parlamentar do PSD saúde a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária Antero de Quental pela autoria desta Petição que tem por objeto a progressiva

degradação das condições de funcionamento da Escola Secundária Antero de Quental.

Desde 1921, o Liceu Central de Ponta Delgada – atual Escola Secundária – funcionou no antigo palácio do Barão da Fonte Bela, Jacinto Inácio da Silveira que em 1817 tratou de edificar no local onde se situava o antigo Paço dos Capitães Donatários da ilha.

O Liceu, como ainda hoje é carinhosamente referido por antigos e atuais alunos, é a única escola patrimonial da Região com uma lindíssima biblioteca no conjunto edificado que deslumbra os visitantes, apesar das justaposições de edifícios entretanto construídos a partir da década de 1960, e anos subsequentes, por forma a acolher um maior número de alunos.

Diga-se, também, que em junho de 1980 o Governo Regional dos Açores classificou aquelas instalações como Imóvel de Interesse Público.

Estes sucintos dados históricos justificam inquestionavelmente o cuidado e a preservação que devem ser dispensados a este edifício histórico. Acresce a circunstância de tais espaços continuarem a servir a comunidade educativa daquela escola. E, nessa medida, consideramos justa e oportuna a Petição que foi apresentada ao nosso Parlamento pela Associação de Pais e Encarregados de Educação. Até porque a degradação das instalações teve uma dupla gravidade: atentou contra a segurança da comunidade escolar e deu um sinal de sentido contrário quanto à proteção do património edificado.

Não podemos, portanto, deixar de afirmar com toda a nossa convicção que o elevado estado de degradação destas instalações é consequência do abandono a que aquele estabelecimento de ensino foi deixado pela governação do Partido Socialista.

Ouvido na Comissão de Assuntos Sociais, o Presidente do Conselho Executivo deu nota que desde 2014 se fazia pressão para que a escola fosse intervencionada, mas a tutela do Governo socialista nunca respondeu

afirmativamente aos pedidos, sendo a única exceção uma intervenção no edifício da secção com a pintura e colocação de tetos, mas houve aspetos – disse o Presidente da escola – que não foram concluídos nem acautelados, pelo que hoje, passados cerca de 7 anos e meio, há novamente infiltrações nessas mesmas zonas intervencionadas em 2014.

Por sua vez, em 2018, a assembleia de escola dava conta “das carências mais prementes que colocam em causa o funcionamento da escola e a segurança dos seus agentes educativos” – estou a citar.

Na resposta, o Governo Regional dizia “estar a decorrer a análise sobre o melhor procedimento a adotar para a resolução do problema identificado que é da presença de térmitas” (2018). Mas nada avançou. Melhor dizendo, avançou vertiginosamente o estado de degradação, ao ponto de em setembro de 2020 serem encerradas 3 salas de aula, a sala dos professores e a biblioteca patrimonial que é o salão mais bonito daquele palácio.

A 1 ano das eleições regionais, rapidamente foram prometidas as devidas obras. O Governo Regional, através das Direções Regionais da Cultura e da Educação, diziam “estar a fazer tudo para que o processo de reabertura dos espaços encerrados na escola seja o mais rapidamente possível” – citei o sempre então *zeloso* GACS.

Veio 2020 e a inscrição de 300 mil euros no plano de investimentos da Região. Mas no fim do ano, a execução resumiu-se, e cito, “à transferência de verbas para o fundo escolar para a aquisição de pavimento”.

Foram afinal executados...4 mil euros. Ou seja, 1,33% da dotação prevista. Repito: 1,33% da dotação.

O edifício do antigo Liceu de Ponta Delgada não podia ter sido deixado ao abandono como foi, sem a devida manutenção e restauro da estrutura e dos elementos decorativos que eram exigidos.

Esta situação herdada da anterior governação socialista obriga, agora, a um redobrado esforço financeiro e a trabalhos tecnicamente mais complexos que estão a decorrer e naturalmente ir-se-ão estender por mais tempo.

O Governo Regional da Coligação – PSD, CDS e do PPM – foi sensível e atento para com esta situação, considerando-a prioritária, nela se empenhando os departamentos da Educação, da Cultura e das Obras Públicas.

O Presidente do Governo Regional José Manuel Bolieiro também já ali se deslocou duas vezes. E, logo em abril de 2021, se iniciaram trabalhos de desinfestação das estruturas de madeira, de intervenção das esteiras da rede elétrica e de restauro dos testos, bem como dos respetivos elementos pictóricos de grande valor artístico.

Entretanto, revelou-se necessário solucionar o problema de infiltrações num dos ginásios e substituir o pavimento do mesmo, tratando-se duma intervenção já iniciada, assim como aplicar microbetão betuminoso no pavimento dos pátios sul daquele palácio.

O restauro do Palácio da Fonte Bela inclui, ainda, a recuperação de um baixo-relevo da autoria de Canto da Maia, situado no jardim do estabelecimento e que é um ícone para quem ali estudou ou estuda.

A intervenção em curso representa um investimento superior a 800 mil euros o que, por si só, é bem revelador da complexidade e morosidade da empreitada de recuperação deste edifício.

A essa verba – também é bom dizer – poderá ser acrescida mais alguma pela inclusão de outros melhoramentos julgados necessários para a execução de todos os trabalhos.

A falta de manutenção regular da rede regional dos edifícios escolares, é um problema grave herdado da governação socialista.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não deixamos de reconhecer o investimento feito em novas instalações. Mas é preciso dizer, com a mesma seriedade e com a mesma frontalidade, que paralelamente urgia fazer obras de manutenção que se deixou de fazer e que agora importam em muitos milhões de euros.

Cito 2 exemplos: Escola Básica Integrada da Lagoa, ou Escola Secundária das Laranjeiras, cujas intervenções vão orçar em mais de uma dezena de milhões de euros, precisamente por não se ter feito a manutenção no tempo em que ela se impunha.

Os recursos financeiros ao dispor da Região, como sabemos, são exíguos.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):

Só Ponta Garça é quase 1 milhão de euros!

O Orador: A dívida pública é superior a 3500 milhões de euros.

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Termina já Sr. Presidente.

E o que falta fazer, vai muito para além do horizonte desta Legislatura, diria mesmo, muito para além de 2024. Ainda assim, estamos a recuperar o tempo perdido na governação socialista. Estamos a fazer diferente e melhor, com responsabilidade e qualidade, como é o caso da Escola Secundária Antero de Quental.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos na discussão duma Petição sobre a Escola Antero de Quental que é um edifício de interesse público e de elevado valor arquitetónico e histórico, mas que se encontra num estado de degradação muito avançado de inverno para inverno.

Em 2014 foi feito um alerta ao então Governo Regional, mas aparentemente não tomaram a devida nota.

O que pedem os peticionários?

Pedem soluções de fundo e estruturais, não meras cosméticas e pequenos remendos.

Sabemos que o parque escolar da Região é muito vasto, mas lamentamos o descuido existente nesta escola após todos os alertas feitos pelas associações de pais.

Assim sendo, temos plena confiança em que este Governo Regional, através da Secretaria Regional da Educação, em representação deste XIII Governo Regional, vai ter em devida conta (e já tem!) os constrangimentos encontrados naquela escola (não são poucos e muito complexos).

O que posso deixar aqui a todos os peticionários, em particular, e a todos os açorianos em geral, é uma palavra de esperança, para que doso juntos consigamos elevar os padrões desejados e almejados para a nossa Região, neste caso no parque escolar, para que o ensino seja dignificado e valorizado.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começar por saudar os peticionários, nomeadamente a 1º peticionária, Sra. Amélia Borges da Associação de Pais que traz aqui à discussão e também à Comissão esta temática da requalificação da Escola Secundária Antero de Quental.

Realmente colocam-se aqui duas questões: a de preservação este património arquitetónico da nossa Região e, em particular, da Ilha de S. Miguel, que é de todo necessário, mas também da requalificação desta escola, criando as condições de segurança, acima de tudo, necessárias para esta comunidade escolar.

Ao longo dos trabalhos de Comissão e tendo em conta as reivindicações trazidas, realmente prendem-se com o facto de se criar essas condições de segurança e melhores condições para estes alunos, professores e toda a comunidade escolar. O edifício apresenta um elevado estado de degradação e é necessário intervencionar.

A verdade é que por toda a Região existem estruturas escolares que necessitam de manutenção. Como é natural não é possível acudir a todas ao mesmo tempo. É trazida por esta Petição esta preocupação específica em relação à Escola Secundária Antero de Quental.

A verdade é que o próprio Governo Regional já definiu esta como sendo uma prioridade. E é esse trabalho que tem sido desenvolvido por parte deste Governo Regional, assim como, e em particular, pela Secretaria Regional que tutela a Educação, Obras Públicas e a Cultura. É esse trabalho conjunto de todas estas áreas que se têm esforçado para ultrapassar todos estes constrangimentos; muitos constrangimentos estruturais deste edifício que têm que ser ultrapassados. Esse trabalho está a ser desenvolvido. São intervenções que

representam um investimento de mais de 800 mil euros e, como tal, por si só, isto também é reflexo da prioridade que o Governo Regional entende que deve ser em termos de intervenção.

É verdade, e isso foi relatado na própria Comissão, este edifício encontra-se em elevado estado de degradação. Foi dito pelo Presidente do Conselho Executivo que desde 2014 faziam pressão para que a escola fosse intervencionada, mas a verdade é que este Governo, naquilo que são as suas funções, assume como sendo esta uma prioridade. E é esse trabalho que está a ser desenvolvido e assim é que tem de ser, para que seja mantido um edifício com grande importância para a nossa Região, por tudo aquilo que representa, mas acima de tudo, para que sejam criadas as condições de segurança e necessárias para esta comunidade escolar.

Muito obrigada.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito desta Petição?

Parecendo não haver, damos assim por concluída a apreciação da Petição.

Avançamos nos nossos trabalhos para o ponto 10 da nossa Agenda - **Relatório sobre o pedido de autorização para que o Deputado Tiago Alexandre dos Santos Lopes possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no Processo n.º 780/22.2T8PDL.**

O relatório foi distribuído por todos.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como estão.

Secretário: O relatório colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos para o ponto 11 da nossa Agenda - **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 120/XII – “Recomenda ao Governo Regional a intervenção na República pelo fim da burocracia no Subsídio Social de Mobilidade nos Açores”**.

É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do Chega.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A urgência justifica-se pelo facto de nós diversas vezes já termos falado neste tema e continuamos aqui a marcar passo; nós não, mas a República neste caso.

Continuamos a ter uma burocracia desnecessária, numa situação de justiça e uma boa medida – o subsídio de mobilidade – que faz com que os açorianos apenas tenham que pagar um preço fixo e nada mais em relação às deslocações ao território nacional.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É pertinente o assunto que nos traz a Representação Parlamentar do Chega. Há de facto alguns constrangimentos nesse processo. Algumas famílias não têm condições de dispor dos valores necessários para adquirir bilhetes e depois irem buscar o reembolso. No entanto, eu lembro à Câmara que está na Comissão de Economia para apreciação uma anteposta de lei do Bloco de Esquerda que visa, *tout court*, a mesma matéria.

Nesse sentido, entende a Iniciativa Liberal que seria preferível baixar este Projeto de Resolução do Chega à Comissão para que, em conjunto com a anteproposta de lei do Bloco de Esquerda, a própria posição da Região, aqui solicitada pelo Sr. Deputado José Pacheco, saia mais reforçada em termos da pressão que podemos fazer junto do Governo da República para alterar um processo que teve a sua bonomia em 2015, mas que de facto está ultrapassado e já cria constrangimentos a quem viaja dos Açores para fora da Região, nomeadamente para o continente português que é onde ele se aplica.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De alguma forma concordo com o Sr. Deputado Nuno Barata quando diz que este assunto tem o mesmo objetivo duma anteproposta de lei apresentada pelo Bloco de Esquerda na passada semana. Mas depois discordo quando o Sr. Deputado estabelece uma comparação mesmo entre as duas propostas. Desde logo, porque enquanto a proposta do Bloco de Esquerda – e eu não sou de esquerda, mas tenho que reconhecer – tem a humildade de apresentar a anteproposta de lei para baixar à Comissão, ouvir pareceres e a partir daí dar fundamentação para que a nossa decisão tomada nesta Casa, a proposta do Chega alinha num outro princípio, isto é, de que o Chega sabe tudo, já tem as decisões devidamente fundamentadas, não precisa ouvir ninguém, o que é preciso é votar isto e passar à frente.

Ora bem, desde logo, isso para mim é incomodativo, porque acho que o atual subsídio de mobilidade já está implementado há meia dúzia de anos, grosso modo. E eu não acredito que nem o Governo do Partido Socialista nem o Governo atual de direita tivessem a maldade de não querer resolver este

problema e que estivessem à espera que alguém apresentasse uma solução que era apenas dois papelinhos num projeto de resolução para resolver o assunto.

O assunto é muito mais profundo do que isso. Todos nós sabemos que é, até porque isto não é uma questão de maldade nem de *descobrir s pólvora*, porque ela está descoberta há muito tempo. Acho que a questão aqui é alimentar ou não alimentar populismos.

Eu como não gosto de dar para esses *peditórios*, obviamente que vou votar favoravelmente esta urgência e penso que ela deve ser debatida conforme o proponente. Quer debater com urgência *aos pontapés* – passe a expressão – pois que seja debatido desta forma.

Disse.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito deste Pedido de Urgência?

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para justificar o nosso sentido de voto sobre este Pedido de Urgência.

Em primeiro lugar, esta matéria tem sido alvo de tomadas de posição de diversos partidos, também por parte do Bloco de Esquerda. Apresentámos uma anteproposta de lei que procura enviar para a Assembleia da República para que seja alterado o decreto-lei que regula esta matéria. E consideramos que ela deve ser tratada de forma aprofundada. Devem ser ouvidas em Comissão diversas entidades que estão relacionadas, nomeadamente a própria SATA ou outras companhias aéreas que estão envolvidas, para que se encontre a melhor solução. E que seja uma solução o mais possível consensual, ou até mesmo unânime. Porque de facto é algo que diz respeito aos Açores, a todos os açorianos e açorianas, e que – julgo eu – ultrapassa diferenças ideológicas.

Trata-se duma questão de operacionalização dum mecanismo que existe e que é o *subsídio social de mobilidade*. E julgo eu, será possível encontrar uma solução que seja adequada, que satisfaça todas as partes, embora não haja soluções perfeitas, haverá sempre alguém que fique menos satisfeito, mas penso que poder-se-á encontrar um consenso.

Por isso, nós consideramos que este Projeto de Resolução deve baixar à Comissão para ter uma análise conjunta. Nada contra que o Governo Regional, como recomenda este Projeto, faça também algum trabalho nesta matéria – embora não tenha propriamente competência legislativa sobre isto – isto é, que possa apresentar uma proposta a esta Casa ou procurar intervir, sensibilizar e negociar com o Governo da República – porque é essa também a sua competência. Mas devo dizer que a proposta que nos é aqui apresentada pela Representação Parlamentar do Chega tem problemas que podem até ser corrigidos em Comissão, se assim for a vontade do proponente, uma vez que se trata dum projeto de resolução.

Posto isto, nós iremos votar contra o Pedido de Urgência, para que a proposta baixe à Comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também para explicar o sentido de voto do PAN, não pelo objeto em si com o qual concordamos, pois é óbvio que existe bastante burocracia nesta matéria. Este assunto já foi discutido em 2017 na Assembleia da República. É uma situação que é pedida pelo Chega e também pelo Bloco de Esquerda.

Há alguns considerandos, relativamente à iniciativa do Chega, que têm mais a ver com o pedido ao Governo da República. Mas seja como for, devido a ser

uma iniciativa que irá mudar algo que é complexo (mas válido) e que nós apoiamos, penso que tem de haver mais debate entre os partidos e claro, neste caso, na Comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito deste Pedido de Urgência?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista reconhece também a importância do tema *subsídio social de mobilidade*.

Entendemos que é importante e desejável que o modelo seja simplificado, aliás esse foi também um compromisso eleitoral do PS. No entanto, o Pedido de Urgência que nos traz o Chega tem, no nosso entender, algumas limitações, primeiro porque é pouco objetiva, na medida em que recomenda apenas ao Governo Regional que interceda junto do Governo da República - não o faz, como por exemplo o Bloco de Esquerda que entrega uma anteproposta para aperfeiçoar de certa forma o modelo; e também porque, já entrando até no conteúdo da resolução, ela deixa de fora os estudantes que não são contemplados. E, portanto, esse assunto deve merecer um debate mais aprofundado. Deve merecer no essencial uma posição deste Parlamento que seja forte, credível e devidamente fundamentada.

Esta é a nossa posição e, por isso, não concordamos com a Urgência.

Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Sr. Deputado José Pacheco fica a dever essa ao Sr. Deputado Carlos Furtado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito deste Pedido de Urgência?

Não havendo vamos então votar este Pedido de Urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Pedido de Urgência colocado à votação foi rejeitado com 24 votos contra do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, tendo registado 20 a favor do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do Deputado Independente.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Peço desculpa, retiro o que disse!

Presidente: Tendo sido rejeitado este Pedido de Urgência, a iniciativa baixa à Comissão.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros pede a palavra para?

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Para uma interpelação Sr. Presidente.

É para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Pedia à Conferência de Líderes que se acercasse da Mesa por favor.

(Pausa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, A Conferência de Líderes deliberou por unanimidade encerrar os nossos trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10 horas com o PTAP.

Boa noite a todos.

Os trabalhos terminaram às 19 horas.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

A redatora: Ana Paula Lemos